

Relatório ICTP.Br 2022-23



15 DE FEVEREIRO

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br

Equipe:

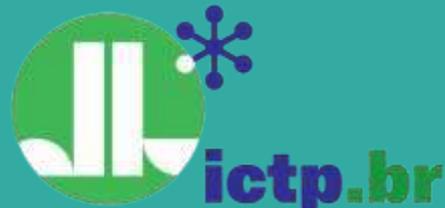
Fábio Guedes Gomes – Secretário Executivo

Rômulo Batista Sales – Assessoria Administrativa

Aline Cavalcanti – Assessoria Parlamentar

Jéssica Mattos – Assessoria de Comunicação

José Roberto – Assessoria de Imprensa



**Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento**

Preâmbulo

Em maio de 2023 a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br completará 4 anos de existência. Pensada e articulada em torno de 8 grandes entidades nacionais que representam a grande maioria das associações e instituições da comunidade acadêmica e científica brasileira, são elas:

- Academia Brasileira de Ciências – **ABC**
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – **Andifes**
- Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa – **Confap**
- Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – **Confies**
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – **Conif**
- Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação – **Consecti**
- Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis – **Ibrachics**
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - **SBPC**

A ICTP.Br ganhou projeção e espaço na sociedade brasileira pelo peso desse conjunto de entidades e pelo trabalho coletivo em defesa das pautas de interesse da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Outras importantes entidades nacionais demonstraram interesse em ingressar nesse coletivo, a exemplo da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – Abruem. Por unanimidade, as entidades da ICTP.Br aprovaram, em 2022, a participação da Abruem na ICTP.Br.

A ICTP.Br ao longo desse curto espaço de tempo desde sua criação também contou com a colaboração de várias outras instituições que contribuíram direta e indiretamente com as discussões e mobilizações políticas lideradas pela Iniciativa, assim como também nos somamos a várias outras campanhas e movimentos que foram promovidos por instituições congêneres às nossas ou com os mesmos propósitos.

Um exemplo dessa rede colaborativa é o grupo de *WhatsApp* denominado *Fórum FNDCT*, criado em 2021, que reúne uma quantidade importante de representações do ecossistema de CT&I brasileiro e se tornou um espaço de permanente discussão sobre os dilemas, problemas e desafios da Ciência e Educação no país, além de outros temas correlatos e de interesse nacional.

Somos muito gratos a todas as instituições componentes da ICTP.Br. Nossos agradecimentos se estendem aos segmentos e representações estudantis, empresariais e à imprensa brasileira que colaboraram, ativamente, com as lutas em prol da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, sobretudo nos anos mais recentes, quando essas áreas sofreram todo tipo de restrição, oposição e sabotagem por parte do governo federal.

A ICTP.Br contou com o extraordinário esforço do Congresso Nacional, e uma boa parte da bancada de parlamentares que, ao compreender que a Educação e CT&I são fundamentais para o desenvolvimento e futuro do país, não mediu esforços para atender à pauta de nossas entidades e defendê-las tanto no plenário das duas casas como na forma de recursos regimentais.

De fevereiro de 2022 aos dias atuais, a ICTP.Br conseguiu com muito trabalho, colaboração e imprescindível apoio das nossas entidades, produzir um volume de ações que foi fundamental para que pudéssemos superar muitas das dificuldades que o sistema de CT&I nacional sofreu, mais precisamente no que diz respeito às restrições impostas pelo governo federal ao fomento e financiamento.

A maior parte desse conjunto de ações está reunida nesse breve relatório que colocamos à disposição para apreciação das entidades que compõem a Iniciativa. Ele está

subdividido em 4 partes, mais os anexos. Na primeira, relatamos as atividades e agendas do Secretário Executivo, destacando os diversos documentos preparados e aprovados em reuniões com as entidades, viagens e participações em eventos representando a ICTP.Br. Na segunda parte, evidenciam-se as principais ações de articulação da ICTP.Br com os meios de comunicação, especialmente a grande imprensa e nossa inserção. Na terceira parte consta como as ações da ICTP.Br foram desenvolvidas nas redes sociais e seus principais resultados. Na quarta parte, apresentamos o cerne das atividades da ICTP.Br, nossa interação com o parlamento brasileiro e acompanhamento das principais pautas de interesse das entidades. Por fim, um elenco de desafios que teremos para o ano de 2023

Gostaria de destacar e agradecer o convite me feito pelas entidades para que pudesse assumir esse importante “posto”, sucedendo o Ex-Ministro Celso Pansera, a confiança dispensada e todo o apoio e orientações que são corriqueiras em nossas atividades.

Atenciosamente,

Fábio Guedes Gomes

Secretário Executivo

I – Secretaria Executiva

As atividades do Secretário Executivo são diversas e complexas. Elas variam desde a preparação e condução de reuniões com os representantes das entidades à complexa relação com o Parlamento brasileiro e acompanhamento de sua dinâmica naquelas pautas que interessam às entidades que compõem a ICTP.Br. Além disso, o Secretário Executivo necessita estar em permanente contato e articulação com parlamentares, especialmente os presidentes de comissões aderentes aos temas de interesse da ICTP.Br e lideranças partidárias.

A intensa agenda do Secretário Executivo entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, representando a ICTP.Br ou conduzindo suas atividades internas, pode ser averiguada através dos dados objetivos.

No quadro logo a seguir, elencamos todas as 21 notas e manifestações que foram amplamente divulgadas, com grande impacto e relevante influência no debate público

No quadro seguinte são relacionados 25 documentos preparados e enviados às autoridades governamentais e parlamentares, com as mais diversas pautas, todas alinhadas aos interesses das áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Importante destacar que a preparação de todos esses documentos é antecedida de um amplo debate, coleta de sugestões e alterações, até que os mesmos alcancem a aprovação, por unanimidade, de todos os representantes das entidades para que sejam amplamente divulgados pelas redes sociais das entidades e da ICTP.Br, enviados às autoridades governamentais e parlamentares através de e-mails institucionais e *WhatsApp*, e para a imprensa.

NOTAS E MANIFESTAÇÕES		
N.	Títulos	Data
1	Entidades repudiam veementemente atos terroristas e antidemocráticos	08.01.2023
2	(Des)Governo Bolsonaro corta bolsas e compromete a formação de jovens profissionais e estudantes de pós-graduação	07.12.2022
3	Educação e Ciência são novamente castigadas pelo (des)Governo Bolsonaro	29.11.2022
4	Governo Federal retira recursos da Ciência brasileira	12.10.2022
5	Governo Federal mais uma vez corta recursos para Educação	05.10.2022
6	Entidades da ICTP.Br endossam nota da SBPC e ABC sobre ameaças à pós-graduação brasileira	14.09.2022
7	A Ciência brasileira contra os vetos	12.08.2022
8	As Entidades Acadêmicas e Científicas agradecem e parabenizam os Congressistas que defenderam, integralmente, a ciência brasileira na votação contra a MP da Sucata	05.08.2022
9	A Ciência brasileira sofre mais um duro golpe do Governo Federal	04.08.2022
10	Entidades da ICTP.Br endossam manifestação da Academia Brasileira de Ciências em defesa do processo do Estado Democrático de Direito e da lisura do processo eleitoral brasileiro	19.07.2022
11	Parabéns ao Congresso Nacional, Comunidade Acadêmica, Científica e Representações Empresariais pela Defesa da Ciência Brasileira	12.07.2022
12	Entidades da ICTP.Br endossam nota técnica da SBPC repudiando manobra do governo contra a lei complementar nº 177/2021	06.07.2022
13	Governo federal quer pagar desmanche de caminhões velhos com dinheiro que seria para pesquisa e inovação	01.07.2022
14	NÃO aos cortes em Educação e Ciência!	19.06.2022
15	Repúdio das Entidades aos Assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips	16.06.2022
16	A ICTP.Br se posiciona criticamente aos projetos que ferem princípios constitucionais	25.05.2022
17	A ICTP.Br é contra a PEC que abre possibilidade de cobrança de mensalidades nas Instituições Federais de Ensino Superior	24.05.2022
18	As Entidades da ICTP.Br reafirmam seus compromissos com a Democracia brasileira	31.03.2022
19	Nota em agradecimento ao Prof. Luiz Davidovich	30.03.2022
20	Nota de Pesar Luiz Pinguelli Rosa	03.03.2022
21	Declaração de princípios quanto à constituição do SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	21.02.2022

CARTAS ENVIADAS ÀS AUTORIDADES E PARLAMENTARES				
N.	Documento	Instituição	Data	Assunto
1	Carta à Ministra Sônia Guajajara	Ministério dos Povos Originários	21.01.2023	Crise Humanitária Povo Yanomami
2	Carta à Ministra Nísia Trindade	Ministério da Saúde	21.01.2023	Crise Humanitária Povo Yanomami
3	Carta à Ministra Luciana Santos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	21.01.2023	Crise Humanitária Povo Yanomami
4	Carta ao Ministro Camilo Santana	Ministério da Educação	21.01.2023	Crise Humanitária Povo Yanomami
5	Carta ao Ministro Wellington Dias	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	21.01.2023	Crise Humanitária Povo Yanomami
6	Carta à Ministra Luciana Santos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	19.01.2023	Descontingenciamento FNDCT
7	Carta ao Dep. Evandro S. Barreto Leitão	Assemb. Legislativa do Ceará	16.12.2022	Orçamento Constitucional FUNCAP
8	Carta à Dep. Luisa Cansiani	Câmara dos Deputados	14.12.2022	PEC 24/2019
9	Carta ao Dep. Arthur Lira	Câmara dos Deputados	13.12.2022	PEC 32/2022
10	Carta ao Sen. Marcelo Castro	Senado Federal	25.11.2022	Recomposição Orçamentária
11	Carta ao GT de CT&I	Grupo de Transição Novo Governo	24.11.2022	Recomposição Orçamentária
12	Carta ao Luiz Antonio Elias	Coord. Grupo de Transição CT&I	24.11.2022	Reunião com Entidades da ICTP.Br
13	Carta ao GT de CT&I	Grupo de Transição Novo Governo	23.11.2022	Descontingenciamento FNDCT
14	Carta ao Sen. Marcelo Castro	Senado Federal	22.11.2022	PEC da Transição e FNDCT
15	Carta ao Sen. Rodrigo Pacheco	Senado Federal	31.08.2022	MP 1136/2022
16	Carta ao Dep. Arthur Oliveira Maia	Câmara dos Deputados	05.07.2022	PEC 96/2019
17	Carta ao Sen. Jean Paul Prates	Senado Federal	28.06.2022	Convite Semana Nacional de Ciência
18	Carta ao Dep. Milton Coelho	Câmara dos Deputados	28.06.2022	Convite Semana Nacional de Ciência
19	Carta aos Parlamentares	Congresso Nacional	28.06.2022	PEC 16/2022
20	Carta ao Min. Paulo Alvin	MCTI	01.06.2022	Contingenciamento e Bloqueio MCTI e FNDCT
21	Carta ao Min. Paulo Alvin	MCTI	13.04.2022	PNCTI
22	Carta ao Dep. Arthur Lira	Câmara dos Deputados	06.04.2022	MP 1112/2022
23	Carta aos Parlamentares	Congresso Nacional	05.04.2022	MP 1112/2022
24	Carta ao Min. Marcos Cesar Pontes	MCTI	25.03.2022	PNCTI
25	Carta ao Fernando C. Rizzo Assunção	CGEE	25.03.2022	PNCTI

A Secretaria Executiva da ICTP.Br tem ampliado seu espaço e sido convidada a participar de diversos eventos com o propósito de discutir os assuntos atinentes às áreas de interesse das entidades, bem como representar a Iniciativa em reuniões de trabalho. No primeiro quadro abaixo destacamos a agenda de eventos que participamos em 2022.

Para cumprir a agenda de eventos, audiências públicas e reuniões representando a ICTP.Br, o Secretário Executivo fez os seguintes deslocamentos, conforme o segundo quadro a seguir.

PALESTRAS, MESAS-REDONDAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS				
N.	Tema	Instituição	Local	Data
1	Mesa-redonda <i>O Futuro do CNPq</i>	CNPq	Brasília/DF	27.04.2022
2	Mesa-redonda <i>A atual crise no setor de CT&I: projeto de desenvolvimento nacional, financiamento e obscurantismo</i>	ADUFAL	Maceió/AL	29.04.2022
3	Palestra <i>Caminhos e descaminhos na política de fomento à ciência e tecnologia no País</i>	67º Congresso ABRUEM	Maceió/AL	19.05.2022
4	Entrevista ao Jornal da CBN nacional sobre <i>A MP da Sucata</i>	CBN	São Paulo/SP	11.05.2022
5	Audiência pública <i>Ameaça à destinação de recursos para pesquisa e inovação na MP 1112/2022</i>	Câmara dos Deputados	Brasília/DF	26.05.2022
6	Audiência pública <i>A situação do financiamento à ciência e tecnologia do país, bem como seu impacto no desenvolvimento e na soberania nacional</i>	Câmara dos Deputados	Brasília/DF	02.06.2022
7	Audiência Pública <i>Os impactos da PEC 32 na Educação</i>	Assembleia Legislativa de Alagoas	Maceió/AL	06.06.2022
8	Mesa-redonda <i>Ciência e Universidade na atual conjuntura sociopolítica nacional: desafios e estratégias em tempos de bloqueios orçamentários e sucateamento das instituições federais</i>	Prograd/UFAL	Youtube	21.06.2022
9	Mesa-redonda <i>25 anos do PELD e 30 anos da FAPESQ</i>	FAPESQ	João Pessoa/PB	04.07.2022
10	Audiência pública <i>Perdas de recursos na área de C&T e possibilidades de recuperação</i>	Câmara dos Deputados	Brasília/DF	11.07.2022
11	Mesa de abertura PROIFES-FEDERAÇÃO	XVIII Encontro Proifes	Natal/RN	12.07.2022
12	Audiência pública <i>A proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia</i>	Senado Federal	Brasília/DF	14.07.2022
13	Mesa-redonda <i>O papel da ciência nacional e da pós-graduação para a reconstrução de um Brasil independente</i>	28º Congresso ANPG	Youtube	25.07.2022
14	Mesa-redonda <i>CT&I no Parlamento</i>	74ª Reunião SBPC	Brasília/DF	27.07.2022
15	Palestra de abertura <i>Cenários da ciência, pesquisa e inovação brasileira: percalços e horizontes</i>	47ª Reunião ABRUC	Brasília/DF	27.07.2022
16	Mesa de abertura do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC 2022)	XLII Congresso da CSBC	Niterói/RJ	31.07.2022
17	Mesa-redonda <i>Parcerias institucionais para inovação, estratégias e conjunturas</i>	Fortec	Maceió/AL	04.10.2022
18	Conferência <i>O Futuro ainda nos pertence?</i>	2º Congresso Acadêmico da UEPB	Campina Grande/PB	08.11.2022

AGENDA DE VIAGENS			
N.	Motivações	Local	Data
1	Comemoração 70 anos do CNPq	Brasília/DF	27.04.2022
2	Reunião Magna da Academia Brasileira de Ciências	Rio de Janeiro/RJ	04.05.2022
3	Reunião no MCTI	Brasília/DF	11.05.2022
4	Audiência pública na Câmara dos Deputados - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Brasília/DF	25.05.2022
5	XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação	Natal/RN	12.07.2022
6	74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Coordenação da mesa redonda <i>CT&I no Parlamento</i>	Brasília/DF	27.07.2022
7	Participação da Sessão Solene de Abertura do CSBC 2022 XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC 2022)	Niterói/RJ	31.07.2022
8	Transmissão de cargo à Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação	Brasília/DF	02.01.2023
9	Anúncio do novo presidente do CNPq, Ricardo Galvão	Brasília/DF	17.01.2023
10	Reunião na SBPC com a Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação	São Paulo/SP	10.02.2023

Um dos momentos também que marcaram a atividade da ICTP.Br no Parlamento foi a exposição intitulada Faces da Ciência no Brasil.

Em cooperação com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sob a tutoria do ex-Presidente da SBPC e professor da UFRJ, Ildeu Moreira, a exposição foi especialmente preparada e produzida para celebrar as comemorações do Bicentenário da Independência. Através de 20 grandes painéis com imagens e textos, a exposição revisitou a vida e obra de grandes cientistas, homens e mulheres, que protagonizaram o desenvolvimento científico e tecnológico ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

A exposição após ter sido exibida na Câmara dos Deputados entre os dias 18 de maio e 01 de junho de 2022, no corredor do anexo I, ela marcou presença na 74ª Reunião Anual da SBPC, realizada na Universidade de Brasília – UNB, no período de 24 a 30 de julho do mesmo ano. Após isso, ela passou um mês (01-30/09/2022) em exibição na Cidade Administrativa em Belo Horizonte, MG. Em seguida foi para o Instituto Nacional da Mata Atlântica, na cidade de Santa Tereza, ES, onde encontra-se até o momento.

A SBPC produziu uma bela publicação que se encontra no anexo a este relatório e que apresenta o conteúdo de toda a exposição, que ocupou parte do corredor do anexo I da Câmara dos Deputados.

II – Assessoria de Imprensa

As atividades de assessoria de imprensa tiveram início em novembro de 2021, quando as ações da ICTP.Br se concentravam intensamente nas questões relacionadas à definição da Lei Orçamentária Anual de 2022 – LOA 2022. Conseqüentemente, esse também foi o foco imediato e exclusivo da assessoria de imprensa naquele momento.

Já em 2022, foi possível dar início a um trabalho estruturante junto à imprensa, com o atendimento às demandas imediatas, mas também com uma perspectiva de fundo, visando o médio prazo. Ao lado da divulgação das ações pontuais, procurou-se apresentar a ICTP.Br à imprensa como uma nova fonte, com ampla representatividade, para o fornecimento de informações, análises e opiniões qualificadas sobre a vida científica nacional.

O trabalho da assessoria de imprensa, sob a coordenação do Secretário Executivo, teve como foco principal os grandes veículos de comunicação e, de maneira adjacente, aqueles das capitais estaduais, por meio da elaboração e publicação de artigos de opinião, envio de *press-releases*, contatos diretos (por telefone, *WhatsApp* e e-mail) com jornalistas e disponibilização de fontes para entrevistas.

Dessa forma, a assessoria executou as atividades previstas em seu contrato de prestação de serviços para a ICTP.Br, a saber:

- Assessoria de Imprensa: elaborar o planejamento de mídia para apresentar pautas à imprensa e gerar matérias espontâneas (não pagas).
- Criar propostas de pautas, realizar releases e contato telefônico (acompanhamento) com jornalistas para oferecer reportagens/notas em veículos importantes e especializados.
- Obter orientação ICTP.Br quanto ao melhor posicionamento em situações relevantes.

– Divulgação dos eventos da ICTP.Br (online ou presenciais), enfatizando a contribuição da produção científica para o Brasil.

– Promover a aproximação da ICTP.Br com parceiros institucionais que tenham objetivos afins.

– Editar, revisar e propor artigos de opinião dos porta-vozes da ICTP.Br e de seus gestores em veículos nacionais.

– Concepção e divulgação de iniciativas e eventos da ICTP.Br para posicioná-la como referência em sua área.

Por ausência de demandas e/ou outras condições objetivas no âmbito da ICTP.br, deixaram de ser realizadas as atividades de:

– Promover contatos dos porta-vozes da ICTP.Br com editores, repórteres, colunistas e formadores de opinião.

– Preparação e acompanhamento dos porta-vozes em entrevistas, viagens, eventos e reuniões para o processo de Relações Públicas.

Importante observar que para execução de suas atividades, o trabalho da assessoria de imprensa abrangeu a realização de buscas e pesquisas em diferentes fontes de dados para obtenção de informações detalhadas e confiáveis sobre assuntos da agenda da ICTP.Br, especialmente os relacionados ao financiamento da CT&I no Brasil. No âmbito da ICTP.Br, a interlocução foi sempre com o seu Secretário Executivo.

Ao fim dos doze meses contemplados neste relatório, pode-se inferir que o objetivo principal da assessoria de imprensa foi alcançado: a ICTP.Br passou a ocupar maiores espaços em veículos da grande mídia, tanto no noticiário como em sessões de opinião

Adicionalmente, e também muito importante, a ICTP.Br começou a se tornar referência, para jornalistas, como fonte de informações, reflexões e posicionamentos sobre CT&I. Essa condição se fez mais destacada, até o momento, nos jornais *Folha de S.*

Paulo e O Globo e na rádio CBN. Com o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar dos mesmos esforços, os resultados ficaram aquém dos demais veículos.

O trabalho em busca de visibilidade para a ICTP.Br está focado também nos veículos de comunicação regionais. Os resultados têm sido pontuais, uma vez que tradicionalmente esses veículos são pouco permeáveis ao noticiário sobre CT&I. De qualquer modo, os profissionais de comunicação das capitais estão tomando conhecimento da existência e atuação da ICTP.Br, uma vez que os releases são distribuídos, via e-mail, para os principais veículos de todos os Estados.

Na divulgação relacionada à Medida Provisória 1.112/2022, a chamada MP da Sucata, a disponibilidade de dados sobre os investimentos em P&D no setor de petróleo e gás possibilitou a elaboração de *releases* customizados para cada Estado da federação. Sobre essa MP especificamente, a assessoria de imprensa auxiliou o Secretário Executivo da ICTP.Br na prospecção e compilação de dados e estatísticas junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP para que a ICTP.Br participasse ativamente das audiências públicas promovidas pelo Congresso Nacional para discutir o assunto. Também fez contatos com o setor de comunicação da Coppe/UFRJ e do Instituto Brasileiro do Petróleo, entidades também interessadas no tema da MP.

Constam deste relatório os *press-releases* produzidos pela assessoria, os artigos dos quais participou da redação e fez as negociações para sua publicação, *clipping* de notícias e de artigos publicados na grande imprensa e três exemplos de jornalistas (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* e rádio CBN) que buscaram a ICTP.Br como fonte para reportagens.

À exceção do *press-release* sobre a mesa-redonda “CT&I no Parlamento”, realizada na 74ª Reunião da SBPC, os demais textos jornalísticos se basearam nas cartas, notas e documentos emitidos pela ICTP.Br com algum grau de interesse para a imprensa.

Desse modo, foram feitas 15 campanhas de divulgação, sendo 11 por meio de *press-releases* e *WhatsApp* e quatro exclusivamente por *WhatsApp*, neste caso especialmente quando os fatos em questão exigiam urgência na sua divulgação. Os

contatos por telefone ocorreram reiteradamente, com jornalistas dos principais veículos da mídia impressa, TV, rádio e internet.

Com essas ações, em 2022 a ICTP.Br se consolidou como mais um porta-voz da ciência brasileira junto aos principais veículos de comunicação da mídia impressa do país.

Importante notar que a divulgação da ICTP.Br não é exclusivista. Não raramente, *releases* da ICTP.Br despertaram interesse da mídia para entrevistas com dirigentes das entidades que a compõem. Ocorreram também situações em que jornalistas de veículos procuraram a assessoria de imprensa da ICTP.Br com demandas que, por serem mais apropriadas, foram encaminhadas para uma ou mais das entidades.

Além das ações específicas de divulgação para a mídia, a assessoria elaborou um plano de comunicação para a ICTP.Br, que pode ser parcialmente implementado.

Outra iniciativa estruturante foi a composição de um *mailing* com informações sobre as assessorias e os veículos de comunicação de todas as universidades públicas federais. Os próximos segmentos contemplados serão os institutos federais, os centros de CT&I federais e as universidades públicas estaduais. Uma vez que a ICTP.Br existe e trabalha em benefício da ciência brasileira, é importante que sua atuação seja de amplo conhecimento da comunidade científica.

Para além das matérias e notícias veiculadas pela imprensa e meios de comunicações nacional envolvendo os documentos e manifestações da ICTP.Br, o Secretário Executivo aproveitou esses espaços para fomentar e contribuir com o debate sobre temas de interesse direto das entidades sobre Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. No quadro a seguir são relacionados os principais textos e matérias publicadas envolvendo direta e indiretamente as entidades da ICTP.Br e seus protagonistas.

Importa ressaltar que a multiplicação dessas informações alcança um número exponencial através de outros meios de comunicação e veículos de imprensa.

ARTIGOS E MATÉRIAS PUBLICADAS NA GRANDE IMPRENSA				
N.	Títulos	Veículos	Link	Data
1	Ministério da Ciência recompõe orçamento em 2022, mas cientistas ainda não comemoram. Saiba porquê	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/brasil/ministerio-da-ciencia-recompoe-orcamento-em-2022-mas-cientistas-ainda-nao-comemoram-saiba-por-que-25399424	18.02.2022
2	Bolsas de estudo alcançam o menor valor da história	Jornal Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/03/bolsas-de-estudo-alcancam-o-menor-valor-da-historia.shtml	15.03.2022
3	Para onde vai o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações?	Jornal O Globo	https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaio/post/para-onde-vai-o-ministerio-da-ciencia-tecnologia-e-inovacoes.html	23.03.2022
4	Entidades de ciência e inovação repudiam MP que retora verba de pesquisa para renovação da frota de caminhões	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2022/08/entidades-de-ciencia-e-inovacao-repudiam-mp-que-retira-verba-de-pesquisa-para-a-renovacao-da-frota-de-caminhoes.ghtml	12.05.2022
5	Entidades científicas criticam propostas do SUS pago e de mensalidade em universidades públicas	Jornal Estado de S. Paulo	https://www.estadao.com.br/brasil/entidades-cientificas-criticam-propostas-de-sus-pago-e-de-mensalidade-em-universidades-publicas/	26.05.2022
6	Governo Federal prepara corte de R\$ 2,9 bilhões no orçamento da ciência	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/governo-federal-prepara-corte-de-r-29-bilhoes-no-orcamento-da-ciencia.ghtml	27.05.2022
7	A destruição do sistema de saber brasileiro	Jornal Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/06/a-destruicao-do-sistema-de-saber-brasileiro.shtml	20.06.2022
8	Congresso barra proposta do governo que liberava corte em principal fundo da Ciência	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/governo-quer-liberar-cortes-em-principal-fundo-da-ciencia-e-vacina-brasileira-contracovid-corre-risco.ghtml	12.07.2022
9	Congresso rejeita medida que bloqueava R\$ 2,5 bilhões da ciência	Jornal Folha de S. Paulo/UOL	https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/07/congresso-rejeita-medida-que-bloqueava-r-25-bilhoes-da-ciencia.shtml	12.07.2022
10	Ciência? Pra que ciência?	Jornal Estado de S. Paulo	https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/ciencia-pra-que-ciencia/	20.07.2022
11	Da ciência básica ao desenvolvimento tecnológico	Jornal Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rogeri-ogentile/2022/07/da-ciencia-basica-ao-desenvolvimento-tecnologico.shtml	29.07.2022
12	Bloqueio de recursos de fundo da ciência deve prejudicar mais de 70 projetos, dizem entidades	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/08/bloqueio-de-recursos-de-fundo-da-ciencia-deve-prejudicar-mais-de-70-projetos-dizem-entidades.ghtml	30.08.2022
13	A ciência brasileira neste ano acabou, diz pesquisador sobre MP que limita gastos	Jornal Folha de S. Paulo/UOL	https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/09/ciencia-brasileira-neste-ano-acabou-diz-pesquisador-sobre-mp-que-limita-gastos.shtml	02.09.2022
14	Entidade vê riscos a novos projetos de pesquisa com a edição de MP	Jornal Estado de S. Paulo	https://www.estadao.com.br/economia/riscos-da-mp-adia-e-limita-gastos-ciencia-tecnologia/	03.09.2022
15	Governo Bolsonaro retira R\$ 1,2 bilhão de recursos para ciência	Jornal Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/10/governo-bolsonaro-retira-r-12-bilhao-de-recursos-para-ciencia-e-entidades-criticam.shtml	14.10.2022
16	Governo bloqueia recursos da educação durante jogo da seleção brasileira; entidades protestam	Jornal Estado de S. Paulo	https://www.estadao.com.br/educacao/governo-bloqueia-recursos-da-educacao-durante-jogo-da-selecao-brasileira-entidades-protestam/	29.02.2022
17	Bolsas da Capes: UNE e outras entidades estudantis vão à justiça para exigir pagamento	Jornal Estado de S. Paulo	https://www.estadao.com.br/educacao/bolsas-da-capes-entidades-estudantis-vaio-a-justica-para-exigir-pagamento/	07.12.2022
18	Entidades da indústria, comércio, serviços e bancos condenam atos terroristas	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/entidades-da-industria-comercio-e-bancos-condenam-atos-terroristas.ghtml	08.01.2023

II – Assessoria de Comunicação

Um dos objetivos estratégicos da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento - ICTP.Br no âmbito social, é ampliar a divulgação das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial as que tangem às pautas no Parlamento brasileiro. No mesmo contexto, melhorar a comunicação institucional, integrando, de forma sistêmica, fortalecendo e consolidando o envolvimento da ICTP.Br com o Congresso Nacional.

As atividades da Assessoria de Comunicação referendam a atuação da ICTP.Br no sentido de ter como missão o desenvolvimento de estratégias voltadas ao fortalecimento do relacionamento da sociedade com o Sistema Nacional de CT&I. As redes sociais, no presente contexto, cumprem o papel de diálogo tanto com a sociedade quanto com as entidades desse sistema.

Um dos maiores objetivos da atuação da Assessoria de Comunicação é promover esse diálogo com a sociedade por meio dos canais digitais disponíveis, oferecendo conteúdos informativos, divulgando ações e tornando público os variados documentos, notas, manifestações e compartilhando importantes pautas das entidades que compõem a ICTP.Br.

Em anexo a este relatório temos os números de impressões e alcance que apontam como as publicações da ICTP.Br estão chegando ao público em geral. Nota-se que alguns conteúdos são vistos por pessoas que ainda não seguem a página, o que representa um grande potencial de crescimento.

No Instagram, por exemplo, atualmente são no total 7.253 seguidores do perfil institucional, com 777 publicações. No *Twitter*, são 632 seguidores. Já no *YouTube*, são 474 inscritos.

Essas estatísticas são relevantes para entender como a coalizão é vista pelo público. Mas, ainda assim, não podem ser analisadas de forma isolada. Os apontamentos do número de seguidores e curtidas servem para saber se algumas estratégias estão funcionando e se algo foi ineficiente.

O engajamento é um indicador bastante expressivo, no que tange a ICTP.Br. É importante notar interações relevantes para a coalizão.

Durante o período de análise, 1º de janeiro de 2022 a 1º de janeiro de 2023, a ICTP.Br produziu conteúdo pertinente e divulgou inúmeras atividades.

Em todas as redes sociais foram conquistados novos seguidores, destacando-se o perfil do *Instagram*. A constante publicação nas redes, assim como respostas às interações, públicas e privadas, garantiram o crescimento do nome da ICTP.Br e a ampliação do conhecimento por parte da sociedade de seu papel, missão e posicionamento estratégico.

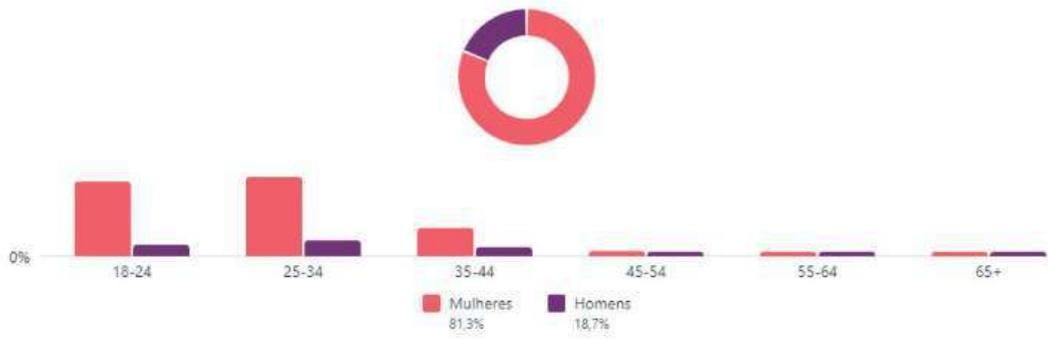
Nas imagens abaixo, informações que ilustram os avanços alcançados pela nossa área de comunicação.

Público

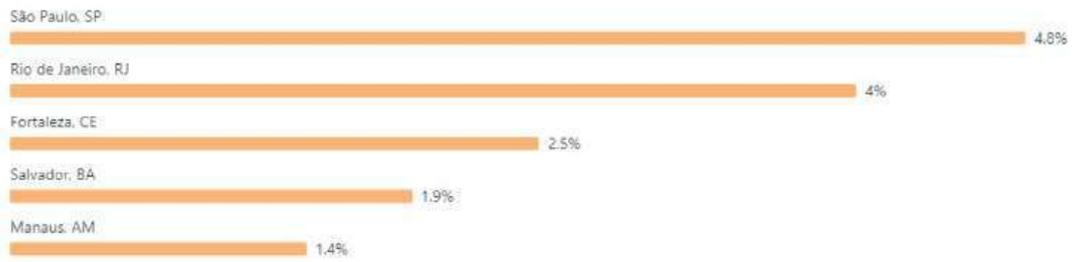
Seguidores do Instagram ⓘ

7.258

Faixa etária e gênero ⓘ



Principais cidades



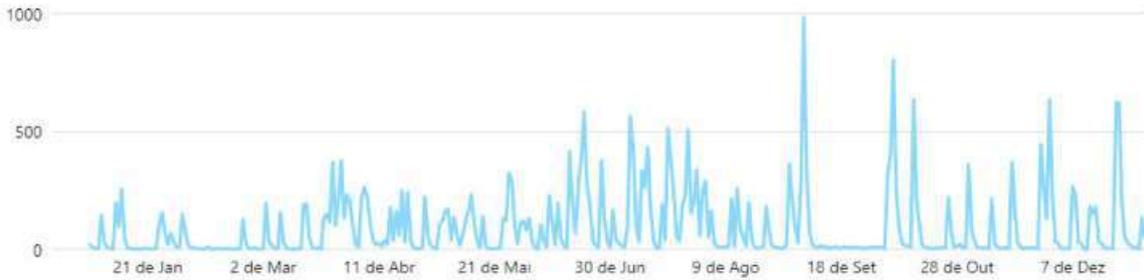
Principais países



Resultados

Alcance do Instagram ⓘ

10.143 ↑ 54,5%



Visitas ao perfil do Instagram ⓘ

2.694 ↓ 3,8%



Novos seguidores do Instagram ⓘ

10.853 -



III – Assessoria Parlamentar

A ICTP.br atua no acompanhamento das atividades e pautas legislativas relativas às políticas públicas em CT&I. Faz isso por meio de constantes interações com parlamentares e autoridades do Poder Executivo, além de outras iniciativas que remetem para a função precípua da Iniciativa de representar os interesses da ciência no parlamento brasileiro.

De um lado, a ICTP.Br subsidia suas entidades constituintes com informações sobre os encaminhamentos dados pelo parlamento aos temas de interesses da CT&I. De outro lado, provê esse mesmo parlamento de informações relevantes do setor, de modo a orientar e qualificar a atividade legislativa nas decisões atinentes a CT&I.

O ano de 2022 foi marcado por muitas situações críticas envolvendo a C,T&I. Apesar do curto período de funcionamento da Câmara Federal e do Senado, uma vez que o calendário eleitoral comprometeu o andamento das proposições legislativas entre agosto e novembro, o Poder Executivo Federal atuou, ininterruptamente, para prejudicar o setor, por meio de contingenciamentos e cortes nos orçamentos do MCTI, das agências federais de fomento, das organizações sociais e institutos vinculados ao MCTI e, principalmente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Científico e Tecnológico (FNDCT). Também foram prejudicados os orçamentos das universidades e institutos federais.

“Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.”

Desta forma, muito mais que encerrar o ano de 2022, concluímos um período muito difícil para a CT&I do Brasil. Em paralelo, a estruturação e conceituação da ICTP.Br se aperfeiçoou. A Iniciativa está apta para uma nova fase, em que as perspectivas frente ao novo governo se apresentam favoráveis e fazem crer que a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação contarão com mais recursos financeiros, terão maiores possibilidades de participação na elaboração de políticas públicas em diferentes áreas do governo federal e serão protagonistas nas estratégias de desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental do país.

As atividades da assessoria parlamentar se organizaram em três eixos fundamentais: 1) estabelecimento de contatos com parlamentares e provocação de audiências públicas; 2) levantamento e acompanhamento de proposições de interesse das entidades da ICTP.Br; e, 3) acompanhamento do Secretário Executivo em visitas a gabinetes parlamentares e órgãos do executivo.

1) Estabelecimento de contatos com parlamentares e provocação de audiências públicas

A assessoria parlamentar auxiliou o Secretário Executivo nas demandas que diziam respeito à produção de informações e sua disseminação junto aos parlamentares, com objetivo de auxiliá-los na definição das pautas que atendiam aos interesses das entidades que compõem a ICTP.br. Este relatório apresenta as agendas e audiências públicas acompanhadas pela assessoria parlamentar para tratativas de pautas de interesse da ICTP.Br.

Várias das demandas que nasceram das discussões entre as entidades da ICTP.Br foram apresentadas nas casas legislativas federais, mediante articulação com o *staff* dos parlamentares. No quadro abaixo, estão relacionadas algumas audiências que a ICTP.Br teve com parlamentares.

Agendas		
Proposições legislativas de interesse da ICTP.Br		
Confirmadas	Data	Não Confirmadas
Sen. Izalcir Lucas	27.04.2022	Dep. André Figueiredo
Dep. Jandira Feghali	18.05.2022	Dep. Gustavo Fruet
Dep. Paulão	18.05.2022	Sen. Leila Barros
Dep. Denis Bezerra	25.05.2022	Dep. Nilto Tatto
Dep. Ângela Amin	25.05.2022	Dep. Paulo Ramos

No quadro a seguir estão as requisições de audiências públicas provocadas pela ICTP.Br, por meio de parlamentares.

Audiências Públicas		
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços		
Data	Parlamentar - requerimento	Tema
02.06.2022	Dep. Zé Neto	A situação do financiamento à ciência e tecnologia no Brasil, bem como seu impacto no desenvolvimento e na soberania nacional.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática		
Data	Parlamentar - requerimento	Tema
11.07.2022	Dep. Jandira Feghali	Perdas de recursos na ciência e tecnologia brasileiras e possibilidades de recuperação.

As audiências públicas das quais as entidades da ICTP.Br participaram juntamente com o Secretário Executivo estão relatadas abaixo.

Audiências Públicas		
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Câmara dos Deputados		
Data	Parlamentar	Tema
26.05.2022	Dep. Milton Coelho	Ameaça à destinação de recursos para pesquisa e inovação na MP 1112/2022
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Senado Federal		
Data	Parlamentar - requerimento	Tema

14.07.2022	Sen. Jean Paul Prates	A nova política de ciência e tecnologia e a Lei de instituição no novo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
------------	-----------------------	---

No quadro a seguir está um dos requerimentos aprovados, com audiência ainda sem data para realização.

Requerimento Aprovado		
Comissão de Educação, Cultura e Esporte		
<i>Aguardando agendamento de audiência pública</i>		
Data	Parlamentar	Requerimento
08.08	Sen. Marcelo Castro	REQ 58/2022 – Realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós graduação no Brasil

2) Levantamento e acompanhamento de proposições de interesse das entidades da ICTP.Br

A assessoria parlamentar tem o compromisso também de acompanhar a entrada de todas as proposições que são de interesse da ICTP.Br. Em 2022, o fluxo de processos no parlamento federal foi intenso, especialmente daqueles que tramitam pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte e CT&I, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado. Isso não quer dizer que também não tramitem proposições por outras comissões importantes, a exemplo das de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Somente na Comissão de CT&I da Câmara dos Deputados existem, atualmente, mais de 200 proposições em tramitação, aguardando providências como designação de relator, pareceres, várias prontas para serem inseridas na pauta e apreciadas pelo plenário etc. Esse conjunto de informações, tabuladas pela assessoria parlamentar e disponibilizadas à Secretaria Executiva, consta neste relatório por meio do Anexo X.

Ademais, através do grupo de *WhatsApp*, ICTP.Br – Executivo, a assessoria parlamentar atualiza constantemente a pauta legislativa, informando sobre portarias e resoluções do governo federal atinentes às áreas de Educação e C,T&I.

A seguir segue quadros resumidos de proposições que tramitam nas duas casas legislativas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Comissão	Situação	Total
CCTIC	Tramitando em conjunto	208
	Pronto para a pauta	37
	Aguardando Parecer	182

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Comissão	Situação	Total
CE	Tramitando em conjunto	31
	Pronto para a pauta	15
	Aguardando Parecer	182

SENADO FEDERAL			
Comissões	Total Geral	Situação	Total
CCT	Total Geral 495	Aguardando designação de Relator	11
CE	Total Geral 165	Aguardando designação de Relator	17
CCJ - C&T	Total Geral 609	Aguardando designação de Relator	2
CCJ - CE	Total Geral 609	Aguardando designação de Relator	17

Logo abaixo temos espelhos de emendas das comissões temáticas de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e da Educação, todas para o orçamento 2023



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 32/2022 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	*****
EMENTA		
Emenda 1 CCTCI - Fomento à pesquisa e desenvolvimento científico em áreas estratégicas		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão	SEQUENCIAL	
	000001012	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO		
ORGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
FUNCIÓNAL PROGRAMÁTICA 19.571.2204.00LV.0001		
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico	
PROGRAMA		
2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento		
AÇÃO		
00LV - Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico		
SUBTÍTULO		
0001 - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA		
Beneficiário atendido (pessoas/ano)	META	QTD META A ALTERAR
	72.201	57.246
GND		
MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
1 - Outras Despesas Correntes	90 - Aplicações Diretas	RP
		ACRÉSCIMO
		em R\$ 1,00
		800.000.000
TOTAL: 800.000.000		
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS		
em R\$ 1,00		
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID RP CANCELAMENTO
000003301 1000 9 - Reserva de Contingência	99 - A Debitar	0 2 800.000.000
TOTAL: 800.000.000		

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento científico e tecnológico apresenta importantes avanços, mas enfrenta graves problemas com a redução drástica da execução orçamentária para as pesquisas. A presente emenda é fundamental para a correção do valor das bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, oferecidas pelo CNPq, que estão sem reajuste desde 2013. Por essas razões, torna-se imprescindível a alocação de recursos apresentados nessa emenda.



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 32/2022 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	*****
EMENTA		
Emenda 2 CCTCI - Apoio a Startups de áreas estratégicas em cooperação com a Rede Federal de Ensino e Pesquisa		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
13 - Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO		
204 - Fomento a(s)		
TIPO DE REALIZAÇÃO		
308 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação		
ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO		
ORGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	
FUNCIÓNAL PROGRAMÁTICA 19.572.2208.20V6		
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
19 - Ciência e Tecnologia	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	
PROGRAMA		
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável		
AÇÃO		
20V6 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo		
SUBTÍTULO		
Prototipando Startups: Inovação, Cooperação Acadêmica Empresarial - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE		
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA		
Projeto/Iniciativa apoiado(a) (unidade)	META	QTD META A ALTERAR
		100
GND		
MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
1 - Investimentos	90 - Aplicações Diretas	RP
		ACRÉSCIMO
		em R\$ 1,00
		800.000.000
9 - Reserva de Contingência	99 - Aplicações Diretas	RP
		ACRÉSCIMO
		em R\$ 1,00
		800.000.000
TOTAL: 1.600.000.000		
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS		
em R\$ 1,00		
SEQUENCIAL FONTE GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID RP CANCELAMENTO
000003301 1000 9 - Reserva de Contingência	99 - A Debitar	0 2 1.600.000.000
TOTAL: 1.600.000.000		

JUSTIFICATIVA

O papel das startups tem se mostrado cada vez mais relevante no mundo dos negócios, especialmente para a promoção da inovação e a atração de valor para a sociedade e a economia nacional. Propomos um grande projeto de apoio às Startups, com a participação direta da academia, aproveitando a inteligência nacional de nossas universidades, institutos federais, centros de pesquisa e centros tecnológicos agropecuários. Tal apoio deveria contemplar setores estratégicos, incluindo tecnologias para o estímulo à inovação voltada para a produção agrícola, fertilizantes, internet das coisas, hidrogênio verde, complexo de saúde, biotecnologia, entre outros. É primordial o apoio a esse ecossistema de forma a melhorar o ambiente empresarial e promover a cooperação entre o lado empresarial e uma forte rede acadêmica já existente.



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 32/2022 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	*****
EMENDA		
Emenda 4 CCTCI - Fomento à pesquisa e desenvolvimento científico em áreas estratégicas		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	00001009	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ORGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	19.571.2204.20US.0001	
FUNÇÃO		
19 - Ciência e Tecnologia		
PROGRAMA		
2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento		
AÇÃO		
20US - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico		
SUBTÍTULO		
0001 - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA		
Projeto apoiado (unidade)		QTD META A ALTERAR
		1.349
		38.434
GND		
MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
em R\$ 1,00		
ACRÉSCIMO		
3 - Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	R\$ 800.000.000
4 - Investimentos	90 Aplicações Diretas	R\$ 200.000.000
TOTAL:		800.000.000
CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS		
em R\$ 1,00		
CANCELAMENTO		
020003302 - 1000 - Reserva de Contingência	99 A Definir	R\$ 800.000.000
TOTAL:		800.000.000
JUSTIFICATIVA		
O fomento à pesquisa e desenvolvimento científico traz o avanço e ampliação do estoque de conhecimento na fronteira do campo das ciências, propiciando a geração de dados e informações para o enfrentamento de questões em nível regional, nacional e internacional. A presente emenda visa repor recursos ao CNPq para fomento de pesquisas em ICTs, Laboratórios de Universidades, Centros de Pesquisas e outras entidades do SINCTI, que desenvolvem pesquisas em áreas estratégicas como, por exemplo, Hidrogênio verde, Semicondutores entre outras.		



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 32/2022 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	*****
EMENDA		
Emenda 3 CCTCI - Inclusão digital, infraestrutura de acesso e equipamentos		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	000002281	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO		
ORGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
41000 - Ministério das Comunicações	41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	24.126.2205.20V8.0001	
FUNÇÃO		
24 - Comunicações		
PROGRAMA		
2205 - Conecta Brasil		
AÇÃO		
20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital		
SUBTÍTULO		
0001 - Nacional		
LOCALIDADE BENEFICIADA		
9000000 - Nacional		
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA		
Iniciativa apoiada (unidade)		QTD META A ALTERAR
		5
		23
GND		
MODALIDADE DE APLICAÇÃO		
em R\$ 1,00		
ACRÉSCIMO		
3 - Outras Despesas Correntes	50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 400.000.000
TOTAL:		400.000.000
CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS		
em R\$ 1,00		
CANCELAMENTO		
020003302 - 1000 - Reserva de Contingência	99 A Definir	R\$ 400.000.000
TOTAL:		400.000.000
JUSTIFICATIVA		
A emenda visa apoiar a inclusão digital com o objetivo de proporcionar a implantação de infraestrutura mínima para o acesso a educação digital, a cidadania e a governo eletrônico. Além disso, é necessário promover o acesso da população de baixa renda a equipamentos, por meio do apoio a projetos como, por exemplo, os CRCs (Centros de Recondicionamento de Computadores). Isso é especialmente importante para atender as necessidades das populações de baixa renda e das comunidades mais remotas e excluídas, bem como o fortalecimento dos espaços públicos de inclusão digital.		

No quadro seguinte, o acompanhamento da validade das Medidas Provisórias de interesse crucial para as entidades da ICTP.Br

Acompanhamento dos Prazos das Medidas Provisórias em Tramitação 2022							
MPV	Data de	VIGÊNCIA	Prazos para Emenda	Obstrução da Pauta	Prorrogação	Situação	Link para o Proposição
MPV 1136/2022 Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.	29/08/2022	29/08/2022 - 27/10/2022	29/08/2022 - 31/08/2022	05/02/2023	05/02/2023	Perdeu a eficácia em 06/02/2023	https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/154595
MPV 1124/2022 Transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD em autarquia em regime especial, vinculada à Presidência da República, para o exercício de 2022.	14/06/2022	14/06/2022 - 25/08/2022	14/06/2022 - 20/06/2022	11/08/2022	24/10/2022	Transformado em norma jurídica - Lei nº 14.460 de 25/10/2022	https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/153611
MPV 1112/2022 A presente Medida Institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar, voltado para agregar iniciativas e ações voltadas à retirada progressiva dos veículos em fim de vida útil, a renovação de frota ou à economia circular no sistema de mobilidade e logística do País.	01/04/2022	01/04/2022 a 11/08/2022	01/04/2022 - 05/04/2022	16/05/2022	03/11/2022	Transformado em norma jurídica com veto parcial - Lei nº 14.440 de 02/09/2022 - VET.47/2022	https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/152560

3) Acompanhamento do Secretário Executivo em visitas a gabinetes parlamentares e órgãos do executivo

A assessoria parlamentar é responsável por organizar as agendas em Brasília do Secretário Executivo. Além de estabelecer contatos e preparar reuniões, a assessoria acompanha, quando solicitada, o Secretário Executivo nesses encontros e visitas, tanto ao parlamento quanto aos órgãos do poder executivo.

Para a legislatura que se inicia em 2023, a assessoria parlamentar realizou um levantamento de todos os parlamentares novos das duas casas legislativas, constando esse documento no Anexo Y.

As lideranças partidárias são definidas, geralmante, no início da legislatura, em fevereiro. Já a composição das mesas diretoras das comissões temáticas é concluída entre fevereiro e março.

Este é o calendário inicial do Congresso Nacional:

a. De acordo com Art. 57 da Constituição Federal:

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)*

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

(...)

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)*

§ 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

a. A programação para a abertura dos trabalhos parlamentares 2023 consiste:

ELEIÇÃO E POSSE

Programação 1º de fevereiro

CÂMARA DOS DEPUTADOS

10h - Posse

13h - Fim do prazo para formação de blocos parlamentares

14h - Reunião de líderes para a escolha dos cargos da Mesa

15h30 - Fim do prazo para o registro das candidaturas e sorteio da ordem dos candidatos na urna eletrônica

16h30 - Início da sessão destinada à eleição da Mesa

SENADO FEDERAL

10h - Posse

Em seguida será a eleição da nova Mesa do Senado.

CONGRESSO NACIONAL

Programação 02 de fevereiro

16h - Sessão solene de instalação dos trabalhos legislativos no Plenário das Câmara dos Deputados.

IV – Perspectivas para 2023

Em maio de 2023 a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro completará 4 anos. A Secretaria Executiva discutirá com as entidades que a compõem as possibilidades de comemoração dessa simbólica e importante data. Numa proposta inicial, a ideia é promover um seminário envolvendo não somente todas as entidades, mas também representações governamentais, parlamentares, do sistema de CT&I etc. Todos reunidos em volta de algumas discussões temáticas que estejam alinhadas aos interesses do desenvolvimento do país através da Ciência e Educação.

Como aconteceu em 2022, com a integração da Associação Brasileira de Reitores de Universidades Públicas Estaduais e Municipais – Abruem, é importante voltar a discutir o ingresso de novas entidades ou a reformulação da organização da ICTP.Br, até mesmo através de seu avanço por intermédio da institucionalização da Iniciativa, com a redefinição do papel da Secretaria Executiva, sua temporalidade, formas de financiamento etc.

Outro interessante debate pode ser desenvolvido a partir da análise de SWOT da ICTP.Br em 2022, conforme apresentado logo abaixo.

A ICTP.Br tem se destacado na sua atuação junto ao Congresso Nacional e em ações pontuais nos estados da federação. O fechamento do ciclo 2019-2022 foi de grande aprendizagem e de estruturação conceitual da Iniciativa. Um novo salto poderá ser dado na direção da sua consolidação e institucionalização: a locação de um espaço em Brasília para a execução das atividades da Iniciativa e/ou a ocupação, na Câmara Federal, de um espaço que permita a presença mais próxima e constante da ICTP.Br junto à dinâmica parlamentar.

Essas providências têm por objetivo aumentar e qualificar a relação da atuação

no Congresso Nacional, por meio de reuniões, palestras com especialistas e parlamentares, treinamentos, entre outras atividades.

A exemplo de outros setores com instituições representativas, como agricultura e educação, uma sede em Brasília certamente servirá para que a ICTP.Br aprofunde seu trabalho em benefício das entidades que a constituem e da C,T&I brasileiras.



Por fim, foi extremamente importante o Brasil ter dado uma guinada a partir das eleições de 2022. Até então, como comprovam praticamente todas as notas, manifestações e cartas produzidas pelas entidades da ICTP.Br, a Ciência e Educação brasileira passaram por um dos piores momentos de sua história nos aspectos do financiamento e na ocupação dos espaços de diálogo com o governo federal. Essa situação mudou completamente e a comunidade científica e acadêmica, bem como as instituições representativas, estão em estado de grandes expectativas. Certamente, a agenda que se abre para 2023 será na linha das discussões propositivas com o governo federal e de acompanhamento da pauta do Congresso Nacional para que não experimentemos mais retrocessos.

ANEXOS

Relação de anexos

- 1. Síntese de imagens, campanhas e publicações em redes sociais**
- 2. Notas, manifestações, cartas e certificados de presença em eventos representando a ICTP.Br**
- 3. Clipping de notícias, matérias e artigos em principais veículos de comunicação**
- 4. Revista visual da Exposição Faces da Ciência**



Álbum de Imagens e Publicações



**Posse da
Helena
Nader na
ABC**

ictpbr



**Reunião
com o
Senador
Izalcir Lucas**





**Seminário
70 anos do
CNPq**



**Reunião com o
Ministro Paulo Alvin,
MCTI**



ICTP.BR HOMENAGEIA LUIZ DAVIDOVICH

por sua contribuição à frente da
Academia Brasileira de Ciências.

Entidade será assumida, em maio
deste ano, pela biomédica Helena
Nader.



ictp.br

Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento



NOTA DE PESAR



Grande físico brasileiro,
Luiz Pinguelli Rosa



NOTA DE PESAR

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro lamentam o falecimento do grande físico brasileiro, **LUIZ PINGUELLI ROSA**.

Pinguelli Rosa foi professor da Coppe/UFRJ, presidente da Eletrobrás e um extraordinário pesquisador, principalmente na área de energia nuclear. Contribuiu de maneira íntegra à luta por uma ciência e tecnologia nacional mais ativas e de elevada qualificação.

Nossos sentimentos aos familiares e amigos.

Brasília, 03 de março de 2022



www.ictpbr.com.br



ictp.br

Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento

Participação na 74 SBPC



Participação na 47 Assembleia Abruc



Dia Nacional da Ciência e Dia do Pesquisador



8 de julho, às 14h

ACOMPANHE PELO YOUTUBE/SBPC

PAINEL CIÊNCIA & DEMOCRACIA



HELENA NADER
PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC)



FÁBIO GUEDES GOMES
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA INICIATIVA PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PARLAMENTO (ICTP.BR)



JEAN PAUL PRATES
SENADOR E PRESIDENTE DA COMISSÃO LEGISLATIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES DO SENADO FEDERAL



RENATO JANINE RIBEIRO
PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

Dia Nacional da Ciência | Painel Ciência e Democracia



Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador

CIÊNCIA E UNIVERSIDADE NA ATUAL CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA NACIONAL

Desafios e Estratégias Em Tempos de Bloqueios Orçamentários e Sucateamento das Instituições Federais

Terça-feira, 21 de junho às 16h

[youtube.com/proifefederacao](https://www.youtube.com/proifefederacao) [facebook.com/proifefederal](https://www.facebook.com/proifefederal)



Énio Pontes
PROFES



Bárbara Coelho
ALUF



Inácio Arruda
EX-MINISTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Fábio Guedes Gomes
ICTP.BR



Antônio Gomes
ABC



Fernando Peragrina
CONFES



Clóvis Lima
MCTI



Evento promovido pelo PROIFES



Audiência Pública no Parlamento Alagoano

AUDIÊNCIA PÚBLICA

na CCTCI da
Câmara Federal

AMEAÇA À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA PESQUISA E INOVAÇÃO NA MP 1112/22

26/05 (QUINTA-FEIRA), ÀS 14H30

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

Diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, representando o ministro Paulo Alvim

FERNANDO PEREGRINO

Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confics)

ROBERTO MUNIZ

Representante do Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Servidores das Carreiras de Ciência e Tecnologia (Fórum de C&T)

VALDER STEFFEN

Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

ÁLVARO TOUBES PRATA

Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

FÁBIO GUEDES GOMES

Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br)



Audiência Pública na Câmara dos Deputados



AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL

DEBATER O IMPACTO DA MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 1.136, DE 29 DE AGOSTO DE 2022, SOBRE O
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

MEDIADOR: SENADOR JEAN PAUL PRATES (PT/RN)

26/10/22 | 10H ANEXO II, PLENÁRIO 7

ASSISTA PELO CANAL DO YOUTUBE DO SENADO

HELENA NADER
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC);

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA
MINISTÉRIO DA ECONOMIA (ME);

FÁBIO GUEDES GOMES
INICIATIVA PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA
NO PARLAMENTO (ICTP.BR);

RENATO JANINE RIBEIRO
SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO
DA CIÊNCIA (SBPC);

DÁCIO MATHEUS
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
(ANDIFES);

FERNANDO PEREGRINO
CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES DE
APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
E DE PESQUISA C&T (CONFIES).



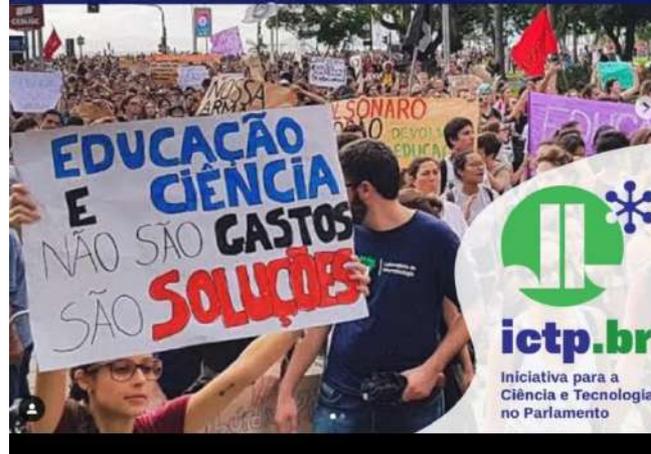
Campanhas

Senhor (a) parlamentar,
vote contra o artigo
12 da MP 1112/22.

DIGA **NÃO** À TROCA DE
CONHECIMENTO POR SUCATA



Participe da campanha
**NÃO AOS CORTES EM EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA 21 DE JUNHO**





ANDIFES TEM NOVO PRESIDENTE

**REITOR DA UFPR É ELEITO
PARA MANDATO 2022-2023**

 www.ictpbr.com.br



ictp.br

Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento



MOÇÃO DO CONSECTI E DO CONFAP



Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento

ANDIFES NO ATO PELO DESBLOQUEIO DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento



FÓRUM NACIONAL DO CONFIES

ato pela democracia valoriza
Ciência brasileira



Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento



LIVE-
VALOR



GABRIEL VASCONCELOS
REPÓRTER DO VALOR NO RIO



HELENA B. NADER
PRESIDENTE ELEITA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

**FUNDO DA CIÊNCIA FOI
'ASFIXIADO' POR
MANOBRAS FISCAIS DO
GOVERNO FEDERAL, DIZ
PRIMEIRA MULHER A
PRESIDIR ACADEMIA
BRASILEIRA DE CIÊNCIAS**



ictp.br
Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento

“

O presente nos
oprime, mas o
futuro nos
pertence.



**SOCIÓLOGA FERNANDA SOBRAL,
VICE-PRESIDENTE DA SBPC, EM
ENTREVISTA À REDE BRASIL ATUAL**



ictp.br
Iniciativa para a
Ciência e Tecnologia
no Parlamento

**SB
PC** Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



FACES da CIÊNCIA no Brasil

Comemorações do Bicentenário da Independência

Exposição
18/05 a 01/06

**Corredor do Anexo I
Câmara dos Deputados**





Entrevista à
CBN Nacional

Evento Fortec





**Visita à
Parlamentares na
Câmara dos
Deputados**





**Posse da
Ministra
de CT&I**

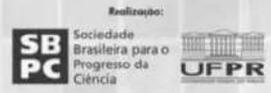




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
#sbpcnaufpr · 23 a 29 de Julho de 2023

Inscrições abertas

<https://ra.sbpcnet.org.br/75RA/>



ictpbr



ictpbr A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizarão a 75ª Reunião Anual da SBPC, em Curitiba, entre os dias 23 e 29 de julho de 2023. As atividades serão realizadas no Campus Centro Politécnico da UFPR, Complexo da Reitoria, Praça Santos Andrade e Prédio Histórico da UFPR. Algumas atividades serão virtuais. O tema central desta edição é "Ciência e democracia para um Brasil justo e desenvolvido".

A programação será divulgada até o fim de maio e contará com atividades de diversas áreas do conhecimento, com temas importantes da atualidade, para estudantes, professores, pesquisadores, profissionais diversos e o público em geral.

#SBPC #ICTP #ICTPbr #ReuniãoAnual #UFPR

1 sem Ver tradução



Curtido por sbpcnet e outras 21 pessoas

JANEIRO 27

Adicione um comentário

Publicar



**Encontro com a
Ministra de
CT&I, Luciana
Santos na sede
da SBPC**





Brasília, 08 de janeiro de 2023.

Entidades repudiam veementemente atos terroristas e antidemocráticos

As entidades da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br repudiam, **veementemente**, os ataques às Instituições que compõem o Estado Democrático de Direito com atos terroristas e de vandalismo praticados hoje à tarde, no Planalto Central, no centro do poder da República.

A sociedade brasileira não pode aceitar, tampouco ser conivente, com movimentos radicais, de natureza fascistas de extrema direita, que buscam golpear a democracia brasileira, não reconhecendo o resultado da eleição presidencial de 2022.

As entidades que subscrevem essa nota, integrantes da ICTP.Br ainda lamentam, profundamente, a leniência e complacência das forças de segurança pública do Distrito Federal, governado pelo Sr. Ibaneis Rocha.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Des)Governo Bolsonaro corta bolsas e compromete a formação de jovens profissionais e estudantes de pós-graduação

À medida que se aproxima o fim do (des)governo Bolsonaro, as surpresas desagradáveis não param de surgir, comprometendo uma série de políticas públicas estratégicas e essenciais para o país. Nessa terça-feira, dia 06 de dezembro, a sociedade brasileira foi informada que o Ministério da Educação não conta com recursos orçamentários para honrar compromissos com vários programas importantes, como, por exemplo, o pagamento de 14 mil bolsas para jovens médicos residentes que realizam estágios em centenas de unidades hospitalares distribuídas por todo território nacional.

Estarrecedora ainda foi a nota oficial divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, dando conta que o pagamento de 200 mil bolsas que aconteceria nesse dia 07 de dezembro não será mais possível, em razão da publicação do Decreto nº. 11.269, de 30 de novembro de 2022, que “zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros” nesse mês.

É muito grave a situação que o país passa no momento, com vários programas sendo interrompidos pela completa falta de planejamento e provisão do Governo Federal. As entidades nacionais que compõem a Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br, denunciam mais uma vez a perversa manobra da gestão Bolsonaro, que nesse final de mandato prejudica diretamente milhares de jovens profissionais e estudantes cortando o pagamento das bolsas, impedindo que desempenhem suas atividades acadêmicas, de pesquisa e profissionais e possam dar continuidade à formação.

As entidades da ICTP.Br e outras importantes representações do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação conclamam o Parlamento brasileiro para que debata a situação e possa influenciar, rapidamente, na reversão do gravíssimo quadro instalado pelo (des)governo Bolsonaro.

Brasília, 07 de dezembro de 2022.

Entidades: Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Representações:

1. Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES)
2. Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)
3. Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT)
4. Centro de Estudos SoU_Ciência
5. Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP)
6. Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc SN)
7. Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED)



A Educação e Ciência são novamente castigadas pelo (des)Governo Bolsonaro

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br repudiam mais uma vez o Governo Bolsonaro e o tratamento dado às áreas de Educação e Ciência no país.

Com o anúncio do novo bloqueio de R\$ 5,7 bilhões, essas áreas foram novamente atingidas com um corte total de R\$ 2,1 bilhões: R\$ 1,7 bilhão no Ministério da Educação - MEC e R\$ 450 milhões no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

As universidades federais foram penalizadas com a retirada de R\$ 244 milhões nessa segunda-feira, dia 28.11. No ano, as perdas já somam quase R\$ 700 milhões. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o novo corte foi R\$ 122 milhões e os prejuízos ao sistema de funcionamento dos Institutos Federais já somam R\$ 306 milhões em 2022.

No caso do MCTI o corte de R\$ 450 milhões ameaça comprometer importantes ações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, porque o Ministério não conta mais com saldos financeiros nesse valor, podendo recair no CNPQ os prejuízos de mais uma tesourada do Governo Bolsonaro. Isso paralisará várias chamadas públicas que estão em aberto ou já encaminhadas para contratação de projetos.

A Educação e a Ciência brasileira foram escolhidas por este (des)Governo para auxiliar na draconiana política de ajuste fiscal, com impactos profundos e dramáticos no sistema de produção de conhecimento do país, na paralisação de milhares de pesquisas, na interrupção de ações e programas das Universidades e Institutos Federais e comprometendo o funcionamento dessas instituições pela impossibilidade de manutenção dos contratos e serviços básicos que atendem suas infraestruturas.

Brasília, 29 de novembro de 2022.

Entidades: Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



NOTA

GOVERNO FEDERAL RETIRA RECURSOS DA CIÊNCIA BRASILEIRA

A comunidade científica, que continua lutando contra a Medida Provisória nº 1.136 (a “MP anticiência”), publicada em 26 de agosto de 2022 pelo governo federal, foi surpreendida por mais uma ação contra a ciência e o futuro do Brasil: agora, em 6 de outubro, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento publicou a Portaria nº SETO/ME Nº 8.893, abrindo crédito suplementar em favor dos Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional.

Essa Portaria anula a dotação orçamentária de vários programas e projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI financiados com recursos do FNDCT. O que sugere uma ilegalidade e absurdo jurídico. Lembrando: a MP 1136 alterava a Lei Complementar 177/2021 e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que proíbem o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Serão drasticamente prejudicados com a descontinuidade no financiamento, devido à nova Portaria, o Programa Brasil na Fronteira do Conhecimento, o Programa Espacial Brasileiro e o Programa de Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável, entre outros. Neles se incluem projetos estratégicos para o país e seu futuro, tais como a Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração – SIRIUS, a Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas e o Fomento às Pesquisas Básicas e aplicadas em áreas fundamentais como saúde, Amazônia e meio ambiente, tecnologia da informação, agronegócio, biotecnologia, recursos hídricos, energia, mineração, transportes etc.

A referida Portaria, portanto, retirou R\$ 1,2 bilhão de reais da ciência brasileira, desviando esses recursos para despesas ordinárias em outros Ministérios. Restaram, por enquanto, apenas R\$ 600 milhões, valor absolutamente insuficiente para honrar todos os compromissos assumidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq e Finep, inclusive com vários editais públicos lançados, alguns até com resultados já publicados e divulgados. **A sociedade brasileira poderá testemunhar o maior desvio de um governo em seus compromissos com a Ciência.** Se a Medida Provisória 1.136/2022 não for rejeitada pelo Congresso Nacional, o governo federal condenará sua estrutura de produção científica e desenvolvimento tecnológico a uma sentença de destruição.

Brasília, 13 de outubro de 2022.

Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



NOTA

GOVERNO FEDERAL SACRIFICA A CIÊNCIA BRASILEIRA

A comunidade acadêmica, científica e empresarial brasileira vem a público denunciar mais uma manobra para retirar recursos do financiamento à Ciência brasileira, efetuada nesta segunda-feira, 29.08, quando o governo federal publicou uma Medida Provisória que, na prática, contingencia os recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

A Medida Provisória nº 1.136, de 26 de agosto de 2022 altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o FNDCT, numa clara afronta ao Congresso Nacional que, no ano de 2021, aprovou, após derrubar o veto presidencial, a Lei Complementar nº 177, que proíbe o contingenciamento orçamentário do Fundo pelo governo federal.

Do total previsto na LOA 2022 para o FNDCT (R\$ 9 bilhões), a MP autoriza a liberação de R\$ 5,5 bilhões para o exercício. Desse montante, metade se destina às operações de empréstimos da FINEP, com impactos no setor industrial do país, e a outra para o financiamento de programas, estratégias e fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Considerando que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à CT&I, pode-se concluir que os valores empenhados de cerca de R\$ 2,7 bilhões não serão mais honrados em 2022. Pune-se as instituições por serem eficientes no uso e transparência dos recursos públicos.

Isso significa que mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq, Finep e das Organizações Sociais vinculadas ao Ministério, serão diretamente prejudicados, com um prejuízo impossível de avaliar para a Ciência brasileira.

Para agravar a situação, a MP ainda impõe um escalonamento até 2027 dos percentuais do Orçamento que serão liberados para o FNDCT. Na prática, todas as ações e programas que não forem honrados no exercício de 2022, serão transferidos para o ano de 2023, comprometendo, assim, o orçamento liberado deste ano, e assim por diante, até 2027.

A exposição de motivos que baliza a Medida Provisória, assinada pelo Ministro da Economia e pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, justifica a necessidade de cumprir a regra constitucional do Teto dos Gastos (EC 95/2016), quando a sociedade brasileira testemunha os vultosos recursos públicos pulverizados para outras finalidades, como o chamado Orçamento Secreto, em prejuízo de políticas estruturantes para o país, como Ciência e Tecnologia.

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br, conjuntamente com diversas outras associações e instituições que fazem parte do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, **conclamam o Presidente do Congresso Nacional, Sen. Rodrigo Pacheco, a necessária devolução da MP nº 1.136, de 26 de agosto de 2022**, sob pena de nosso País assistir ao colapso de sua produção científica, com retrocesso de várias e importantes políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e inovação, e a desestruturação de um ecossistema sensível, produtor de riquezas e gerador de empregos com elevada qualificação.

Brasília, 31 de agosto de 2022.



A) Entidades da ICTP.Br:

1. Academia Brasileira de Ciências (**ABC**);
2. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**);
3. Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**);
4. Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**);
5. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**);
6. Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**);
7. Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (**Ibrachics**);
8. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

B) Além das entidades da ICTP.Br, assinam:

1. Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (**Abruc**)
2. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (**Abipti**)
3. Associação Brasileira de Antropologia (**ABA**)
4. Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (**Abeco**)
5. Associação Brasileira de Ciência Política (**ABCP**)
6. Associação Brasileira de Cristalografia (**ABCr**)
7. Associação Brasileira de Editores Científicos (**ABEC Brasil**)
8. Associação Brasileira de Educação em Engenharia (**ABENGE**)
9. Associação Brasileira de Enfermagem (**ABEn**)
10. Associação Brasileira de Ensino de Biologia (**SBEnBio**)
11. Associação Brasileira de Estatística (**ABE**)
12. Associação Brasileira de Estudos de Defesa (**ABED**)
13. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (**ABEP**)
14. Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (**Esocite**)
15. Associação Brasileira de Limnologia (**ABLimno**)
16. Associação Brasileira de Literatura Comparada (**ABRALIC**)
17. Associação Brasileira de Mutagênese e Genômica Ambiental (**MutaGen**)
18. Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (**Abrapcorp**)
19. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (**Abrasco**)
20. Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (**Abed**)
21. Associação Brasileira dos Reitores das Universidade Estaduais e Municipais (**Abruem**)
22. Associação de Linguística Aplicada do Brasil (**ALAB**)
23. Associação dos Empregados da Financiadora de Estudos e Projetos (**Afin**)
24. Associação dos Servidores do CNPq (**ASCON CNPq**)
25. Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (**ANEPCP**)
26. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (**Anprotec**)
27. Associação Nacional de História (**ANPUH-Brasil**)
28. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (**Anpei**)
29. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (**ANPTUR**)
30. Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (**ANPAP**)



31. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (**ABPEE**)
32. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (**ANPAD**)
33. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (**ANPOCS**)
34. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (**ANPEd**)
35. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (**ANPEGE**)
36. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (**ANPOLL**)
37. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (**ANPUR**)
38. Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (**ANPOF**)
39. Associação Nacional de Pós-Graduandos (**ANPG**)
40. Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (**COMPOS**)
41. Centro de Estudos, Sociedade, Universidade e Ciência (**Sou_Ciência**)
42. Clube de Engenharia
43. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (**CBCE**)
44. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (**Crub**)
45. Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (**SOCICOM**)
46. Federação de Arte/Educadores do Brasil (**FAEB**)
47. Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (**Proifes**)
48. Federação de Sociedades de Biologia Experimental (**Fesbe**)
49. Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (**Fortec**)
50. Instituto Serrapilheira
51. Observatório do Conhecimento
52. Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (**SindGCT**)
53. Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (**Sindusfarma**)
54. Sociedade Astronômica Brasileira (**SAB**)
55. Sociedade Botânica do Brasil (**SBB**)
56. Sociedade Brasileira de Administração Pública (**SBAP**)
57. Sociedade Brasileira de Automática (**SBA**)
58. Sociedade Brasileira de Biociências Nucleares (**SBBN**)
59. Sociedade Brasileira de Biofísica (**SBBF**)
60. Sociedade Brasileira de Biologia Celular (**SBBC**)
61. Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (**SBBq**)
62. Sociedade Brasileira de Carcinologia (**SBC**)
63. Sociedade Brasileira de Computação (**SBC**)
64. Sociedade Brasileira de Economia Política (**SEP**)
65. Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia (**Ecotox Brasil**)
66. Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo (**SBMAG**)
67. Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (**SBEB**)
68. Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (**SBEC**)
69. Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (**Socine**)
70. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (**INTERCOM**)
71. Sociedade Brasileira de Etologia (**SBE**)
72. Sociedade Brasileira de Farmacognosia (**SBFgnosia**)
73. Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (**SBFTE**)



74. Sociedade Brasileira de Física (**SBF**)
75. Sociedade Brasileira de Fisiologia Vegetal (**SBFV**)
76. Sociedade Brasileira de Genética (**SBG**)
77. Sociedade Brasileira de Geofísica (**SBGf**)
78. Sociedade Brasileira de Geologia (**SBGeo**)
79. Sociedade Brasileira de Geoquímica (**SBGq**)
80. Sociedade Brasileira de Herpetologia (**SBH**)
81. Sociedade Brasileira de História da Ciência (**SBHC**)
82. Sociedade Brasileira de História da Educação (**SBHE**)
83. Sociedade Brasileira de Ictiologia (**SBI**)
84. Sociedade Brasileira de Lógica (**SBL**)
85. Sociedade Brasileira de Malacologia (**SBMA**)
86. Sociedade Brasileira de Mastozoologia (**SBMz**)
87. Sociedade Brasileira de Matemática (**SBM**)
88. Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (**SBMAC**)
89. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (**SBMT**)
90. Sociedade Brasileira de Micro-ondas e Optoeletrônica (**SBMO**)
91. Sociedade Brasileira de Microscopia e Microanálise (**SBMM**)
92. Sociedade Brasileira de Ornitologia (**SBO**)
93. Sociedade Brasileira de Ótica e Fotônica (**SBFoton**)
94. Sociedade Brasileira de Paleontologia (**SBP**)
95. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais (**SBPMAT**)
96. Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional (**SOBRAPO**)
97. Sociedade Brasileira de Protozoologia (**SBPz**)
98. Sociedade Brasileira de Psicologia (**SBP**)
99. Sociedade Brasileira de Química (**SBQ**)
100. Sociedade Brasileira de Sociologia (**SBS**)
101. Sociedade Brasileira de Telecomunicações (**SBrT**)
102. Sociedade Brasileira de Zoologia (**SBZ**)
103. Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (**SBEQ**)
104. Sociedade Brasileira para o Estudos de Elasmobrânquios (**SBEEL**)



ENTIDADES DA ICTP.BR ENDOSSAM NOTA DA SBPC SOBRE AMEAÇAS À PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

A SBPC manifesta sua profunda preocupação ante os últimos acontecimentos na CAPES, que colocam em risco a pós-graduação brasileira, que até pouco tempo atrás tinha qualidade internacional e sempre serviu de modelo para a educação em nosso País. São duas as ameaças: (1) a Direção da CAPES assinou com o Ministério Público, sem nenhum debate com a comunidade acadêmica, um acordo que submete toda a avaliação a regras impostas por quem não a entende, assim ameaçando o pilar da pós-graduação brasileira, que é a avaliação realizada por pares, e que jamais teve interferência externa, como passa a haver a partir de agora; e (2) a substituição apressada dos coordenadores de área, num processo de consulta precipitado, que compromete a qualidade dos futuros responsáveis pela avaliação, e, portanto, o futuro da Pós-Graduação e pesquisa no Brasil. A SBPC também protesta contra a falta de diálogo da atual direção da CAPES com a comunidade acadêmica e sua displicência em relação à brutal queda na formação de mestres e doutores durante o atual governo federal.

Até 2018, é inegável a rápida evolução da pós-graduação brasileira tanto em número de programas como em qualidade. Em relação à formação de mestres, o Brasil já cumpria, desde 2017, a meta (de formar 80 mil mestres por ano) para 2024, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, e, em 2019, quase atingia a meta de formação de doutores (de 25 mil doutores por ano) fixada para 2024, chegando a titular 24,4 mil doutores. Somente esses resultados do sistema de pós-graduação brasileiro já bastariam para mostrar a qualquer gestor público ou órgão de controle que os recursos públicos investidos na pós-graduação sempre tiveram retorno além do esperado, e que, se falhas houvesse no sistema, o arcabouço regulatório institucional da CAPES e das instituições de ensino superior, bem como o emprego do princípio de autotutela de ambos, efetivariam a melhoria contínua do sistema, como foi o caso até 2019.

O aprimoramento contínuo do sistema de avaliação, alinhado com a racionalidade dos custos da avaliação e investimentos na pós-graduação, fez, ao longo dos anos, o sistema evoluir com a introdução de ferramentas e etapas tais como o Qualis, a realização de seminários de avaliação de meio termo, seminários com banca internacional, modificação no período de avaliação, passando de trienal a quadrienal. Outras mudanças essenciais na ficha de avaliação, priorizando os resultados sobre as formalidades, a criação da Plataforma Sucupira, inclusão de indicadores de impacto social, aumento da transparência, introdução do aplicativo especial para proposta de cursos novos, criação das visitas pedagógicas para programas ou propostas com problemas, substituição de uma cultura punitiva por uma resolutiva, bem como de uma cultura competitiva por uma que valoriza a cooperação, especialmente entre cursos com nota superior e com nota inferior, entre muitas outras, foram adotadas.

Nenhum desses elementos foi introduzido por medida judicial. Todos foram resultados de busca contínua de aprimoramento e racionalidade do sistema, graças essencialmente à autonomia universitária e à pesquisa.

Eis que, em 2020, o Ministério Público (MP) questiona a avaliação, com o objetivo de “impedir distorções na distribuição de recursos públicos e propiciar segurança jurídica e previsibilidade aos administrados, buscando sempre a evolução contínua da ciência”.

Assim paralisada a avaliação da pós-graduação, a Direção da CAPES foi incapaz de mostrar ao MP a forma como o sistema funciona e é aperfeiçoado ano a ano. Também não foi capaz de assinalar a eficácia do sistema



do cumprimento dos seus objetivos, de apontar os prejuízos causados pela paralisação, de apresentar a história da pós-graduação brasileira e da CAPES, que não pertence a uma gestão ou a um governo. Ao contrário, é produto do trabalho árduo e dedicado de milhares de pesquisadores, estudantes e servidores, ao longo de décadas. Essa aparente letargia da CAPES gerou a maior crise que a instituição já conheceu. Mais de cem membros de comitês de assessoramentos, cujos nomes foram escolhidos com ampla participação da comunidade científica, renunciaram a seus mandatos, inconformados com a inércia e submissão da Direção do órgão à judicialização da avaliação da pós-graduação e de seus processos.

Naquele momento, a SBPC, além de participar, com voz, das audiências públicas com o MP, organizou uma Jornada em Defesa da Pós-graduação e agiu ativamente para minimizar os prejuízos da demissão coletiva de membros de comitês de assessoramento. Mais de uma vez, a SBPC empenhou-se em promover o diálogo da Direção da CAPES com os coordenadores de área e membros do Conselho Técnico-Científico (CTC).

As decisões recentes da CAPES demonstram que os temores expressos pela comunidade acadêmica, ao longo do segundo semestre de 2020, não eram infundados. A Direção da CAPES, sem consultar o seu Conselho Técnico-Científico, sem consultar os fóruns de coordenadores de pós-graduação, sem consultar a comunidade científica assina, em 31/08/2022, um Termo de Autocomposição, no qual aceita que procuradores do MP regulem os trâmites e processos da avaliação, numa completa e absurda inversão de papéis. Isso foi feito a título de "impedir distorções na distribuição de recursos públicos", apesar de, na utilização dos recursos públicos, as metas do PNE terem sido superadas vários anos antes do previsto. Estas medidas ocorreram a pretexto de "propiciar segurança jurídica" contra possíveis ações de autoria talvez do próprio MP e de "propiciar previsibilidade aos administrados", previsibilidade que o sistema já garantia com as avaliações de meio termo.

A pretexto de corrigir estas graves distorções, faz-se uma aberração, com clara deturpação dos papéis institucionais do MP e da CAPES. Admite-se até mesmo que os programas que tenham tido sua nota rebaixada na Avaliação que agora se encerra, possam optar por restabelecer a nota da Avaliação anterior, sem uma análise de mérito de tais pedidos. A submissão da Presidência da CAPES aos procuradores federais, neste ponto e em outros, torna a avaliação inútil, a pós-graduação enfraquecida e retira da instituição sua razão de ser. E ainda por cima a Direção da CAPES admite que o Qualis, fundamento para a avaliação da qualidade de boa parte da publicação dos programas de pós-graduação, seja alvo de negociação posterior, implicando mais uma rendição da agência à ingerência externa e não especializada.

Completando a desorganização da instituição, a Direção da CAPES atropela o processo de composição dos comitês de assessoramento para avaliação, impondo um cronograma açodado e permitindo candidaturas sem a legitimidade assegurada pela comunidade, bem como desvinculando os mandatos dos futuros coordenadores de área dos períodos avaliativos usuais. Além disso, faz-se necessária a publicação de todas as indicações feitas pelos Programas de Pós-graduação e pelas Sociedades e Associações Científicas dos nomes para os cargos de Representantes de Áreas com os respectivos índices numéricos nominais.

Nem a Direção da CAPES nem o MP se preocupam com o fato de que a formação de mestres e doutores caiu bruscamente nos anos de 2020 e 2021, em cerca de 15% ou mais. Isso sim deveria suscitar ao MP a preocupação com o mau uso dos investimentos públicos ou com a ausência de investimentos públicos, ferindo as disposições constitucionais que regem a obrigação do Governo Federal de assegurar meios para o cumprimento de metas do PNE.

A SBPC se manifesta veementemente contra a judicialização e interferência injustificada nos processos de avaliação da pós-graduação, fruto do trabalho de décadas e gerações de pesquisadores e estudantes, que visaram tão somente ao desenvolvimento do país e à garantia de sua soberania, bem como contra a indicação precipitada dos novos coordenadores de área.



Finalmente, saudamos a decisão dos coordenadores de área que têm se unido protestando contra medidas que ferem a razão de ser da CAPES, e colocam em questão sua própria missão, fazendo o Brasil retroceder mais de 70 anos, até o período anterior à fundação, por Anísio Teixeira, dessa agência que é, uma das joias da coroa da Educação Brasileira – tanto assim que serve, há quinze anos, com sua experiência acumulada na formação de professores de ensino superior, para melhorar a qualidade na educação básica.

São Paulo, 14 de setembro de 2022.

Diretoria

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



NOTA

A CIÊNCIA BRASILEIRA CONTRA OS VETOS

O atual governo não tem respeitado o financiamento da ciência, para que ela proporcione os ganhos econômicos e melhore as condições de vida do povo brasileiro. Um dos artifícios do Ministério da Economia para não pagar os recursos devidamente arrecadados, que por lei são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, consiste no argumento de que existe uma proporção elevada de recursos na rubrica dos “não reembolsáveis”, que são destinados ao fomento à ciência, tecnologia e inovação – CT&I.

Em mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, o governo federal, auxiliado pelo Ministério da Economia, vetou o Art. nº 183 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 - PLDO, que limita em até 15% do valor total arrecadado pelo FNDCT em recursos “reembolsáveis”, ou seja, destinados a empréstimos para empresas. Com esse Artigo, seria possível elevar o financiamento da Ciência brasileira dos atuais 50% do total do Fundo para 75%, o que daria um importante impulso às políticas de CT&I no país.

Portanto, a decisão presidencial de vetar a priorização dos recursos “não reembolsáveis” faz parte dessa estratégia quase suicida de bloquear o aporte da Ciência para o Brasil progredir. Não bastasse a falta de apreço ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, o governo também coloca em risco o próprio sistema educacional brasileiro, asfixiando universidades e institutos. Sem qualquer justificativa aceitável, o governo vetou os caputs, § 2º e § 3º do art. 25 do PLDO 2023 que garantia a recomposição do orçamento, permitindo a correção das bolsas de permanência e dos valores da alimentação escolar. Ainda mais chocante, nos vetos o governo federal ainda impede a possibilidade de as entidades de ensino superior ter acesso assegurado às receitas obtidas por acordos, convênios e doações. Ou seja, as universidades firmam parcerias e quem fica com o dinheiro é o Ministério da Economia

Por esta razão, as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro conclamam o Congresso Nacional a rejeitar os vetos presidenciais que prejudicam a Ciência e a Educação para que não se sacrifique ainda mais essas importantes áreas para o futuro do país.

Brasília, 12 de agosto de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



As Entidades Acadêmicas e Científicas agradecem e parabenizam os Congressistas que defenderam, integralmente, a ciência brasileira na votação contra a MP da Sucata

As entidades que constituem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br agradecem e parabenizam de público os e as Congressistas que apoiaram e votaram contra o Governo Federal na MP 1.112/2022, a MP da Sucata, numa clara demonstração de consideração e respeito à Ciência ao Desenvolvimento Tecnológico brasileiro.

As entidades compreendem ser inaceitável que o governo federal insista em ações que objetivam o desmantelamento da infraestrutura de pesquisa do país e suas políticas estratégicas de fomento e financiamento. As iniciativas coordenadas que atentam contra as Universidades Públicas e seu orçamento, que buscaram esvaziar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a aprovação da MP da Sucata no Congresso Nacional, são evidências que demonstram a forte ameaça que Ciência brasileira tem sofrido no atual contexto.

A sociedade brasileira precisa ampliar o conhecimento sobre o desmonte que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação está sofrendo e reagir, sob elevado riscos do comprometimento do futuro da Nação, seu desenvolvimento e sua soberania. Por essa razão, as entidades agradecem aos parlamentares que votaram, integralmente, a favor da ciência brasileira entre os dias 02 e 03 de agosto, e contra a MP da Sucata, lamentando, no entanto, sua aprovação na direção contrária da ciência e tecnologia como eixos fundamentais para o desenvolvimento, econômico, social e sustentável.

Sem Educação e Ciência não teremos Justiça Social e Soberania Nacional.

Brasília, 05 de agosto de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Congressistas

CAMARA FEDERAL	SENADO FEDERAL	
<p>RORAIMA – 2 parlamentares Joenia Wapichana - Rede Renato Queiroz - PSD</p> <p>AMAPÁ – 1 parlamentar Professora Marcivania - PCdoB</p> <p>PARÁ – 3 parlamentares Beto Faro - PT Cássio Andrade - PSB Vivi Reis - PSOL</p> <p>AMAZONAS – 1 parlamentar José Ricardo – PT</p> <p>ACRE – 2 parlamentares Leo de Brito - PT Perpétua Almeida - PCdoB</p> <p>TOCANTINS – 2 parlamentares Célio Moura - PT Tiago Andrino - PSB</p> <p>MARANHÃO – 4 parlamentares Bira do Pindaré - PSB Márcio Jerry - PCdoB Rubens Pereira Júnior - PT Zé Carlos - PT</p> <p>CEARÁ – 9 parlamentares André Figueiredo - PDT Célio Studart - PSD Eduardo Bismarck - PDT Idilvan Alencar - PDT José Airton Félix Cirilo - PT Leônidas Cristino - PDT Mauro Benevides Filho - PDT Pedro Augusto Bezerra - PDT Robério Monteiro - PDT</p> <p>PIAUÍ - 3 parlamentares Flávio Nogueira - PT Merlone Solano - PT</p>	<p>MINAS GERAIS – 10 parlamentares Áurea Carolina - PSOL Júlio Delgado - PV Lucas Gonzalez - Novo Mário Heringer - PDT Padre João - PT Patrus Ananias - PT Paulo Guedes - PT Rogério Correia - PT Tiago Mitraud - Novo Wilson da Fetaemg - PSB</p> <p>ESPÍRITO SANTO – 2 parlamentares Helder Salomão - PT Paulo Foletto - PSB</p> <p>RIO DE JANEIRO – 12 parlamentares Alessandro Molon - PSB Benedita da Silva - PT Chico D'Angelo - PDT David Miranda - PDT Glauber Braga - PSOL Jandira Feghali - PCdoB Marcelo Calero - PSD Marcelo Freixo - PSB Paulo Ganime - Novo Paulo Ramos - PDT Ricardo da Karol - PDT Talíria Petrone -PSOL</p> <p>SÃO PAULO – 20 parlamentares Adriana Ventura - Novo Alencar Santana - PT Alexandre Frota - PSDB Alexandre Padilha - PT Alexis Fonteyne - Novo Arlindo Chinaglia - PT Carlos Zarattini - PT Ivan Valente - PSOL Joice Hasselmann - PSDB Kim Kataguirri - União Luiza Erundina - PSOL Nilto Tatto - PT</p>	<p>BAHIA – 1 senador Jaques Wagner – PT</p> <p>CEARÁ – 1 senador Tasso Jereissati – PSDB</p> <p>BRASÍLIA (DF) – 3 senador Izalci Lucas – PSDB Leila Barris – PDT Reguffe - UNIÃO</p> <p>ESPÍRITO SANTO – 2 senadores Fabiano Contarato – PT Marcos do Val – Podemos</p> <p>GOIAS – 1 senador Jorge Kajuru - Podemos</p> <p>MARANHÃO – 2 senadores Eliziane Gama – Cidadania Roberth Bingel – UNIÃO</p> <p>MATO GROSSO DO SUL – 1 senador Simone Tabet – MDB</p> <p>PARÁ – 1 senador Paulo Rocha – PT</p> <p>PARAÍBA – 3 Senadores Daniella Ribeiro – PSD Nilda Gondim – MDB Veneziano Vital do Rêgo - MDB</p> <p>PERNAMBUCO – 1 senador Humberto Costa – PT</p> <p>PARANÁ – 2 senadores Álvaro Dias – Podemos Flávio Mas - Podemos</p>



<p>Rejane Dias - PT</p> <p>RIO GRANDE DO NORTE – 1 parlamentar</p> <p>Natália Bonavides - PT</p> <p>PARAÍBA – 2 parlamentares</p> <p>Frei Anastácio Ribeiro - PT Gervásio Maia - PSB</p> <p>PERNAMBUCO – 7 parlamentares</p> <p>Carlos Veras - PT Danilo Cabral - PSB Gonzaga Patriota - PSB Marília Arraes - Solidariedade Renildo Calheiros - PCdoB Tadeu Alencar - PSB Túlio Gadêlha – Rede</p> <p>ALAGOAS – 3 parlamentares</p> <p>Paulão - PT Sergio Toledo - PV Tereza Nelma - PSD</p> <p>SERGIPE – 2 parlamentares</p> <p>João Daniel - PT Márcio Macêdo –PT</p> <p>BAHIA – 11 parlamentares</p> <p>Afonso Florence - PT Alice Portugal - PCdoB Bacelar - PV Daniel Almeida - PCdoB Félix Mendonça Júnior - PDT Joseildo Ramos - PT Josias Gomes - PT Lídice da Mata - PSB Pastor Sargento Isidório - Avante Valmir Assunção - PT Waldenor Pereira - PT</p>	<p>Orlando Silva - PCdoB Paulo Teixeira - PT Rodrigo Agostinho - PSB Rui Falcão - PT Tábata Amaral - PSB Tiririca - PL Vicentinho - PT Vinicius Poit - Novo</p> <p>MATO GROSSO – 1 parlamentar</p> <p>Professora Rosa Neide - PT</p> <p>DISTRITO FEDERAL (DF) – 2 parlamentares</p> <p>Erika Kokay - PT Professor Israel Batista – PSB</p> <p>GOIÁS – 1 parlamentar</p> <p>Elias Vaz - PSB</p> <p>MATO GROSSO DO SUL – 1 parlamentar</p> <p>Vander Loubet – PT</p> <p>PARANÁ – 5 parlamentares</p> <p>Aliel Machado - PV Enio Verri - PT Gleisi Hoffmann - PT Gustavo Fruet - PDT Zeca Dirceu - PT</p> <p>SANTA CATARINA – 2 parlamentares</p> <p>Gilson Marques - Novo Pedro Uczai - PT</p> <p>RIO GRANDE DO SUL – 6 parlamentares</p> <p>Afonso Motta - PDT Fernanda Melchionna - PSOL Heitor Schuch - PSB Henrique Fontana - PT Marcel van Hattem - Novo Paulo Pimenta - PT</p>	<p>RIO GRANDE DO NORTE – 3 senadores</p> <p>Jean Paul Prates – PT Styvenson Valentim – Podemos Zenaide Maia - PROS</p> <p>RIO GRANDE DO SUL – 2 senadores</p> <p>Lasier Martins – Podemos Paulo Paim – PT</p> <p>SANTA CATARINA – 1 senador</p> <p>Dário Berger – PSB</p> <p>SERGIPE – 2 senadores</p> <p>Alessandro Vieira – PSDB Rogério Carvalho – PT</p> <p>SÃO PAULO – 2 senadores</p> <p>José Serra – PSDB Mara Gabrilli - PSDB</p>
--	---	--



NOTA DE REPÚDIO

A Ciência brasileira sofre mais um duro golpe do Governo Federal

As entidades que constituem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br lamentam a decisão do Congresso Nacional em aprovar a Medida Provisória nº 1.112/2022 (MP da Sucata) que prejudica drasticamente o financiamento da pesquisa científica e tecnológica no setor de óleo e gás. A votação ocorrida nesse dia 03 de agosto, é considerada pelas entidades mais um grave atentado ao sistema de produção de pesquisa e desenvolvimento tecnológico brasileiro e à uma das mais exitosas políticas públicas de cunho estratégico que o país já construiu.

A MP da Sucata, redireciona recursos que, de acordo com a Lei nº 9478/97, provêm de empresas petrolíferas e devem ser destinados às atividades de P&D do setor de óleo e gás. Os recursos serão desviados para uma atividade que não tem qualquer relação com sua finalidade original, destinando-se ao financiamento do Programa Renovar, que tem por objetivo a aquisição, desmonte e tratamento da sucata de caminhões com mais de três décadas de uso.

A Lei 9478/97, esvaziada pela MP da Sucata, obriga que, da receita bruta da produção de óleo e gás pelas empresas petrolíferas, sejam destinados de 0,5 a 1% para projetos de P&D no país, como contrapartida ao Estado pela cessão para exploração de bacias petrolíferas. Há mais de 20 anos esses recursos têm sido aplicados de forma vitoriosa. Graças a essa política estratégica o Brasil alcançou a autossuficiência na produção de petróleo, foram construídos mais de 150 laboratórios, distribuídos por todo o país, adquiridos equipamentos modernos e firmados convênios e contratos com mais de 200 universidades e institutos de pesquisas. Toda essa estrutura emprega atualmente milhares de pessoas altamente qualificadas e pesquisadores de renome internacional

Esses investimentos também propiciaram o desenvolvimento de tecnologias para obtenção de hidrogênio verde, energia eólica em plataformas marítimas e biocombustíveis, todas de grande impacto positivo sobre o meio ambiente e o clima.

Segundo manifestação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), **“é lamentável que o governo persista em desviar verbas da ciência, isto é, da inteligência, para finalidades imediatistas e altamente prejudiciais ao meio ambiente e à nossa economia em médio ou mesmo curto prazo. É lastimável que ignore as mudanças no tocante à energia nos países mais desenvolvidos”**.

O Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies) criticou a decisão e em nota afirma que **“a MP representa um desastre sobre as conquistas da ciência que colocou o Brasil na lista dos 10 maiores produtores mundiais de petróleo, com reservas de 11,8 bilhões de barris de petróleo”**.

As entidades que compõem a ICTP.Br, portanto, lamentam a equivocada decisão do Congresso Nacional! Ela é mais um grande ataque do Governo Federal ao sistema de produção científica e desenvolvimento tecnológico brasileiro, com graves prejuízos ao futuro do país.

Brasília, 04 de agosto de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



NOTA

Entidades da ICTP.Br endossam manifestação da Academia Brasileira de Ciências em defesa do processo do Estado Democrático de Direito e da lisura do processo eleitoral brasileiro

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) vem, mais uma vez, tornar pública sua defesa incondicional do Estado Democrático de Direito, conquistado após anos de muitas lutas e vidas perdidas.

Nosso apoio à Justiça Eleitoral e, em especial, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que têm primado pela transparência das informações e pela busca da participação social ao mesmo tempo em que demonstram a toda a segurança das urnas eletrônicas por meio de testes e informações científicas irrefutáveis. Garantem, dessa forma, a lisura das eleições no país e a continuidade do processo democrático de acordo com as aspirações da nação.

O povo brasileiro não pode ser alvo de farsas e mentiras que buscam destruir o nosso sistema eleitoral e impedir livre manifestação de suas escolhas nas urnas.

A ABC, em consonância com outras instituições nacionais, conclama a sociedade brasileira a dar um basta aos atos que não atendem ao exercício da cidadania e a uma democracia plural.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2022.

Helena Bonciani Nader

Presidente

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



NOTA

Parabéns ao Congresso Nacional, Comunidade Acadêmica, Científica e Representações Empresariais pela Defesa da Ciência Brasileira

Nesse dia 12 de julho, o Congresso Nacional deu uma demonstração de respeito e compromisso com ciência brasileira, quando 197 parlamentares votaram contra o texto original do PLN 17/2022 que extraía do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT recursos orçamentários para remaneja-los para outras áreas. A maioria das lideranças partidárias orientou o voto NÃO, isto é, pela supressão do artigo 59 do PLN.

Assim, as entidades que compõem a ICTP.Br vêm a público agradecer a cada parlamentar por mais uma grande ação em defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileira e pelo futuro do seu desenvolvimento, assim como as demais instituições que se somaram à mobilização de toda comunidade acadêmica e científica, exercendo um papel fundamental nesse momento, como a imprensa brasileira e o setor empresarial, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria - CNI, que atuou e também por nota pública se posicionou contrária à aprovação do artigo 59 do referido PLN.

Brasília, 12 de julho de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



ENTIDADES DA ICTP.Br ENDOSSAM NOTA TÉCNICA DA SBPC REPUDIANDO MANOBRA DO GOVERNO CONTRA A LEI COMPLEMENTAR Nº 177/2021

SEGUE TEXTO DA SBPC:

Em 12 de janeiro de 2021, a Lei Complementar nº 177 era publicada. Um marco para a proteção do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o pilar do financiamento da pesquisa científica nacional. Infelizmente, esta tão importante lei não chegou a ter um único dia de vigência plena e agora corre o risco de ser inativada por completo por uma manobra da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro. Chegou ao conhecimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei para, apesar das restrições legais, impedir por completo a liberação do FNDCT.

De acordo com a LCP nº 177/2021, o FNDCT não pode sofrer nenhum tipo de contingenciamento, seja ele por controle do fluxo financeiro ou alocação em reservas. Na proposta que chegou à Câmara dos Deputados, o governo pretende mudar a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano para permitir que as dotações do Fundo sejam reduzidas. Também autoriza a Receita Federal a se apropriar de eventual excesso de arrecadação ou superávit financeiro do FNDCT. E, por fim, suspende a vigência em 2022 dos percentuais de distribuição de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. Na prática, se o projeto for aprovado, o Ministério da Economia poderá não repassar nenhum recurso do FNDCT neste ano, bloqueando todo o financiamento da ciência no País.

Este não é o primeiro ataque ao FNDCT, que tem se tornado alvo preferencial da equipe do ministro Paulo Guedes. Já no início do governo, Guedes tentou extinguir todos os fundos públicos. E talvez venha daí a repulsa específica ao financiamento da ciência, uma vez que a mobilização da comunidade científica foi crucial para derrubar o apoio dos senadores para o extermínio completo dos fundos. Mesmo aprovada por quase a totalidade do quórum nas duas Casas em que tramitou, a LCP nº 177/2021 foi vetada pelo presidente Bolsonaro para permitir que os recursos continuassem sendo bloqueados pelo Ministério da Economia. O veto foi derrubado, mas nem mesmo a vontade majoritária do Congresso deteve a equipe econômica.

Ainda em 2021, o governo alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para infringir a LCP recém-promulgada e não liberar a totalidade do FNDCT. Já em 2022, o Fundo voltou a ser o principal alvo de cortes, à revelia da lei. Usando uma manobra técnica, a equipe de Paulo Guedes bloqueou R\$ 2,5 bilhões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), corte este que recairá sobre o FNDCT. Há espaço para bloqueios ainda maiores, uma vez que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) havia solicitado que o MCTI se preparasse para um corte de R\$ 2,9 bilhões.

Agora, a equipe econômica decide não ter nenhum compromisso com a liberação do FNDCT e, usando a mesma artimanha legal, tenta mudar a LOA 2022 para descumprir todos os dispositivos da LCP nº 177/2021 que exigem a liberação dos recursos do Fundo. Se este projeto for aprovado pelos parlamentares, as consequências para a ciência nacional são incalculáveis, afetando



universidades, institutos, empresas, startups e toda a cadeia de base tecnológica do País. A ciência simplesmente perderá seu financiamento em 2022, o que pode inclusive paralisar projetos estratégicos como o do reator multipropósito e o acelerador de partículas Sirius. A catástrofe é certa.

Todas essas manobras foram possíveis porque a LCP n° 177/2021 foi aprovada com um artigo que permite que qualquer outra lei possa superar suas determinações mesmo sem revogá-la. Um cavalo de Tróia instalado no projeto e que tem sido usado incessantemente para passar por cima da vontade manifesta pelo Congresso Nacional. É preciso que o Congresso se posicione e impeça mais este ataque ao FNDCT. Também vemos como urgente a necessidade de reformar a LCP n° 177/2021 para que o financiamento da ciência possa, de fato, ocorrer. É preciso proteger a ciência brasileira!

Renato Janine Ribeiro

Presidente Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Brasília, 06 de julho de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 01 de julho de 2022

Governo federal quer pagar desmanche de caminhões velhos com dinheiro que seria para pesquisa e inovação

Em 2021 foram R\$ 3 bilhões. Assunto é tema de Medida Provisória que está na pauta de votações da Câmara Federal.

Está prestes a ser votada na Câmara Federal a Medida Provisória 1112, que pretende retirar recursos que vêm sendo utilizados na realização de pesquisas científicas e inovações tecnológicas nos setores de petróleo, gás e energias renováveis.

Desde 1998 os contratos para extração de petróleo estabelecem que, para cada campo a ser explorado, a empresa concessionária deve destinar 1% da receita bruta para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) que beneficiem o próprio setor.

O governo federal quer que esses recursos, R\$ 3 bilhões em 2021, passem a ter outra finalidade: “promover a atividade de desmonte ou de destruição como sucata dos veículos pesados em fim de vida útil”.

É o que consta na Medida Provisória 1.112/22 ao instituir o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País – Renovar. Na fase inicial do programa, segundo o Ministério da Economia, a intenção é beneficiar caminhoneiros cujos veículos tenham mais de 30 anos de uso. Em 2020 eram 854 mil caminhões nessas condições, conforme dados do Denatran. A “MP da sucata”, como vem sendo chamada na área científica, está no Congresso Nacional e deverá ser votada nos próximos dias.

“Essa MP será uma catástrofe imediata para o setor de gás e petróleo e um prejuízo de longo prazo para o Brasil”, acentua o secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTPBr), Fábio Guedes Gomes. Também professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas, Guedes enfatiza que “os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação possibilitaram que a produção de petróleo no Brasil saltasse de 866 mil barris/dia em 1997 para 3 milhões de barris/dia atualmente, e também ajudaram na descoberta e na exploração do pré-sal”.



Os contratos de concessão determinam que do valor resultante do 1% da receita bruta de cada campo de petróleo, 30% a 40% sejam investidos em instituições de pesquisa, os mesmos percentuais em empresas brasileiras e os valores remanescentes em laboratórios da própria concessionária.

Entre os anos 1999 e 2021, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Petrobras destinou R\$ 22,3 bilhões para projetos de pesquisa. Somando com as outras 15 empresas que exploram campos de petróleo no Brasil, em valores atualizados são R\$ 26,2 bilhões. Com o barril de petróleo hoje a R\$ 560,00 e a produção brasileira diária de 3 milhões de barris (R\$ 1,680 bilhão/dia), a receita de 16 dias compensa os R\$ 26,2 bilhões investidos em pesquisa durante 22 anos.

Participaram dos projetos cerca de 185 instituições de pesquisa, de 25 Estados e do Distrito Federal. As pesquisas são nas áreas de abastecimento, biocombustíveis, exploração e produção de petróleo, gás natural, outras fontes de energia, regulação do setor, e temas transversais. Um dos laboratórios que mais contribuíram para que o Brasil alcançasse a autossuficiência em petróleo é o Tanque Oceânico construído em 2002 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o quarto maior do mundo.

Somente em 2021, os recursos para pesquisa em petróleo, gás e energias renováveis somaram R\$ 3,03 bilhões – valor três vezes maior do que o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. No ano passado o CNPq dispôs de R\$ 1,02 bilhão para financiar pesquisas e bolsas em todas as áreas do conhecimento e em todo o país.

FONTES RENOVÁVEIS – O secretário executivo da ICTPBr observa que os recursos das empresas não são destinados somente para projetos de pesquisa na área de petróleo. “A MP da sucata vai retirar do Brasil a autonomia financeira de fomento numa das áreas em que somos muito competitivos e que pode dar uma enorme contribuição ao futuro do país com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para a superação da dependência dos combustíveis fósseis”.

No campo das energias renováveis, um exemplo citado por Guedes é o Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa (RCGI), financiado pela Shell em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Instalado na USP, o RCGI tem atualmente 19 trabalhos de pesquisa em andamento, como a utilização de gás natural na rede elétrica, a transformação de CO₂ em combustíveis e o aproveitamento de vinhaça para a produção de hidrogênio verde.

Guedes informa que os investimentos das empresas de óleo e gás em fontes renováveis estão aumentando. Conforme dados da ANP, em 2018 foram financiados 42 projetos que demandaram R\$ 80 milhões – 3,8% dos



investimentos totais de R\$ 2,1 bilhões naquele ano. Em 2021 foram financiados 50 projetos ao custo de R\$ 131 milhões – aproximadamente 7% dos investimentos totais do ano (R\$ 1,9 bilhão).

PERDAS E DANOS – Ao direcionar recursos para desmanche de caminhões velhos em vez do financiamento de projetos de pesquisa, a Medida Provisória 1112 promove uma quebra de contrato, o que pode ser visto como inconstitucional. O raciocínio é do engenheiro Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições do Ensino Superior (Confies), uma das entidades que compõem a ICTPBr. Ele prevê também que “a MP repercutirá negativamente no Exterior, onde o ambiente legal é mais sólido e a intenção do governo brasileiro será vista como uma aventura eleitoral”.

“A comunidade científica precisa sensibilizar os deputados e senadores de seu Estado a retirarem da MP 1112 a parte referente ao pagamento de desmanche de caminhões velhos com recursos para P,D&I”, conclama Guedes. “Renovar a frota de caminhões velhos é uma iniciativa elogiável, mas usar recursos da ciência para isso é um enorme contrassenso”.

Ao representar oito entidades da área de ciência e tecnologia, a ICTPBr está em contato permanente com parlamentares federais. Essas entidades são:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

=====



Manifestação de Apoio

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br) vêm através desta manifestar plena concordância com a proposta do Senador da República, Marcelo Castro, de acrescentar no art. 2º da EC nº. 16/2020 o seguinte texto:

“Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.107.....

§ 6º.....

VI – no exercício de 2022, despesas primárias do Ministério da Educação, até o limite de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, até o limite de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais)

.....” (NR)

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasileiro já vem sofrendo com consideráveis reduções dos recursos orçamentários e financeiros, ameaçando colapsar a estrutura de produção do conhecimento científico e formação de recursos humanos qualificados. As instituições de Ensino Superior públicas federais (universidades e institutos de educação, ciência e tecnologia) não encontram mais possibilidades de continuar funcionando plenamente, especialmente no contexto de retorno das atividades presenciais.

Na última medida, o Poder Executivo contingenciou 1,6 bilhão de reais do Ministério da Educação, especificamente das Universidades e Institutos Federais, e bloqueou 2,5 bilhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, deixando absolutamente indisponível a principal fonte de financiamento à ciência do país.

Portanto, para as entidades da ICTP.Br é urgente a necessidade de recomposição do orçamento federal de financiamento às universidades e institutos federais e do fomento à ciência brasileira. Por essa razão, através desta manifestação, **solicitamos o apoio de V. Exa. à proposta de EC que está registrada no SEDOL sob o nº. SF/22779.67790-53.**

Brasília, 27 de junho de 2022

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



CAMPANHA

NÃO aos cortes em Educação e Ciência!

No próximo dia 21 de junho as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br promoverão juntamente com vários segmentos da comunidade acadêmica, científica e instituições do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, um conjunto de atividades que demonstram a indignação com os novos cortes em CT&I em áreas decisivas para o futuro do Brasil, como ciência, educação, cultura, saúde, meio ambiente e inclusão social.

A campanha **Não aos cortes em Educação e Ciência** terá seu momento extraordinário no horário das 14h às 16h do dia 21.06, através no canal oficial no *Youtube* da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

Portanto, convidamos a sociedade brasileira para participar desse importante momento e resistir contra os retrocessos no fomento e políticas públicas em áreas tão fundamentais para o país.

Abaixo segue a programação.

No site da ICTP.Br está disponível também os materiais de divulgação (cards e convocações das organizações participantes) - <https://ictpbr.com.br/2022/06/18/campanha-nao-aos-cortes-em-educacao-e-ciencia/>

Cordialmente,

Renato Janine Ribeiro – SBPC

Helena Nader – ABC

Odir Dellagostin - Confap

Fernando Peregrino - Confies

Marcus David – Andifes

Hideraldo Luiz – Ibrachics

Claudio Alex – Conif

Rafael Pontes - Consecti

Fabio Guedes Gomes – ICTP.Br

Brasília, 19 de junho de 2022.



Confira a programação

1. 08h às 10h - SBF na mobilização pela Ciência e pela Educação (SBF).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/c/SociedadeBrasileiradeF%C3%ADsica>

2. 08h às 10h – Live da Rede Lepel e Gepec “Não aos Cortes em Educação e Ciência”.
Coordenação: Joelma Albuquerque (UFAL), Cassia Hack (UNIFAP) e Celi Taffarel (UFAL/UFBA)
3. 08h30 – “Contexto do financiamento da educação e da ciência no Brasil” (ABA). Palestrante: Gregório Grisa (IFRS). Mediador: Guillermo Vega Sanabria (UFBA).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/c/SociedadeBrasileiradeF%C3%ADsica>

4. 10h – ANPOLL na mobilização pela Ciência e pela Educação. Coordenação: Ana Crélia Dias (UFRJ/ANPOLL). Participantes: Alice Casimiro Lopes (UERJ/FAPERJ), Dani Balbi (SEE-RJ/ALERJ).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/c/CanaldaANPOLL>

5. 14h às 16h – Ato central “A responsabilidade da Economia nos cortes em Ciência e Educação: A meta é desenvolver ou subdesenvolver?”

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/user/canalsbpc>

6. 16h – Debates REMIR-ABET “Não aos cortes em Educação e Ciência” – Mediação: Paula Freitas (UNICAMP). Participantes: João Carlos Salles (UFBA), Graça Druck (UFBA) e Marcos Ferraz (UFPR).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=O61gilSKWWA>

7. 16h – Mesa-redonda “Ciência e Universidade na Atual Conjuntura Sociopolítica Nacional: Desafios e Estratégias Em Tempos de Bloqueios Orçamentários e Sucateamento das Instituições Federais”. Participantes: Inácio Arruda (Consecti), Fabio Guedes Gomes (ICTP.br), Antonio Gomes Souza Filho (UFC), Fernando Peregrino (Confies), Clovis Ricardo Montenegro de Lima (Ibict). Debatedores: Enio Pontes (PROIFES Federação) e Barbara Coelho (UFBA/GT de C&T da APUB).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/user/canalsbpc>



8. 17h30 – Mesa-redonda “Não aos cortes em Educação e Ciência” (UFRN). Mediação: Maralice Freitas (jornalista). Participantes: José Daniel Diniz Melo (UFRN), representantes do Diretório Central do Estudantes (DCE), Sindicato dos Docentes da UFRN (Adurn), Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação de Ensino Superior (Sintest) e Associação dos Técnicos de Nível Superior (Atens).

Canal no Youtube https://www.youtube.com/channel/UCbnu_Rlu_aPVI0FKG3enw_Q

9. 18h – “Não aos Cortes na Educação e Ciência: Mobilização da Marcha pela Ciência em São Paulo 2022” (SBPC-SPI, Cientistas Engajados, APqC, Via Saber)
10. 18h – “Não aos cortes em Educação e Ciência e Cultura” (ABEM/ABET/ANPPOM).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/channel/UCmRe2h-Y7BQdBIWdwnX4ag>

11. 18h – “Impactos dos cortes no financiamento em pesquisa para a produção científica na Bahia” (LAC-FMB-UFBA).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/c/LACFMB>

12. 18h – Ato conjunto: UFABC CONTRA CORTES. Presencial: Campus Santo André, piso vermelho.
13. 18h – Paineis “Sem presente, sem Futuro: Educação e Ciência em Risco” (UFMG). Abertura: Apresentação de vídeo do Cedecom com pronunciamento da Reitora. Mediador: Fernando Reis (pró-reitor de Pesquisa da UFMG). Participantes: Natacha Rena (Escola de Arquitetura da UFMG), Lívia Pancrácio de Errico (Escola de Enfermagem da UFMG), Maria Fernanda Salcedo Repolês (Faculdade de Direito da UFMG), Francisco de Paula Antunes Lima (Escola de Engenharia da UFMG) e Marina de Lima Tavares (Faculdade de Educação da UFMG).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/cacufmg>

14. 18h – Paineis “Educação e Ciência em Risco: Essencialidade da Ciência para a Educação Básica” (UFMG). Abertura: Apresentação de vídeo do Cedecom com pronunciamento da Reitora. Mediadora: Viviane S. Alves (PROEX – UFMG). Participantes: Ana Cristina Ribeiro Vaz (Programa UFMG Jovem Conhecimento para todos), Cleida Aparecida de Oliveira (PROFBIO), Nilma Soares da Silva (COMFIC), Rúbia Santos Fonseca (Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG) e Santer Alvares de Matos (Febrat).

Canal no Youtube <https://www.youtube.com/c/Extens%C3%A3oUFMGcanal/videos>

15. 19h – “NÃO aos cortes em Educação e Ciência em Minas Gerais” (APUBH/CNDE/MG/FEPEMIG/FOMEJA/IFMG).

Canal no Youtube https://www.youtube.com/watch?v=4Pe2nZOon_c



NOTA

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br), comprometidas com o futuro do meio ambiente e comunidades indígenas do país, manifestam sua indignação perante o assassinato do indigenista e funcionário da Funai, Bruno Pereira, e do jornalista britânico, correspondente do jornal The Guardian, Dom Phillips.

Crimes como este, somando-se a inúmeros outros, são resultados diretos dos conflitos na região amazônica, promovidos por grupos contraventores extrativistas que fomentam práticas ilegais de desmatamento e ocupação, que cresceram nos últimos anos de maneira substancial, em decorrência do abandono da região pelas autoridades que têm por missão constitucional e legal protegê-la. Proteger a natureza, proteger os povos originários, proteger os habitantes e os recursos da Amazônia. Essa é uma demonstração objetiva de que o Brasil, atualmente, está na contramão da conservação dos seus biomas e utilização de seus potenciais para criação de riquezas, de maneira sustentável e equilibrada, respeitando os povos tradicionais e sua diversidade cultural.

Para as entidades que subscrevem esse documento, a Amazônia é um ecossistema com infinitas possibilidades no campo das pesquisas e desenvolvimento tecnológico, com importância vital para o equilíbrio climático do planeta e afirmação da soberania do país nas relações internacionais.

A região preservada possui muito mais valor econômico para o Brasil que as práticas predatórias de exploração e a expansão desenfreada da fronteira agrícola e da pecuária, as quais cresceram substancialmente nos últimos cinco anos. Os limites do conhecimento nas áreas da biotecnologia e bioeconomia apontam para o futuro de um novo oásis, que compatibiliza a necessidade de manter a floresta de pé, a permanência e proteção das populações nativas e a geração de riquezas com maior conteúdo tecnológico e valor agregado, compatíveis com os desafios da sustentabilidade do planeta.

Bruno Pereira e Dom Phillips foram brutalmente mortos porque acreditavam que todos esses elementos são necessários para o desenvolvimento brasileiro, contribuição ao equilíbrio do meio ambiente em escala global e à garantia dos direitos humanos dos povos indígenas originários da Amazônia.

Nossos sentimentos e solidariedade às famílias e amigos de Bruno e Dom, assim como a todas as vítimas que ergueram as mesmas bandeiras deles e tombaram pela força das armas dos bárbaros predadores da grande Amazônia.

Nossa indignação, portanto, se coloca diante de uma política que vai contra os valores mais elementares da ética e do convívio digno e humano em sociedade.

Brasília, 16 de junho de 2022.

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



NOTA

A ICTP.Br se posiciona criticamente aos projetos que ferem princípios constitucionais

As entidades que compõem a ICTP.Br manifestam sua veemente crítica ao documento revelado, em admirável furo de reportagem do jornalista Marcelo Godoy, em que três instituições formadas por militares formulam um projeto de Brasil contrário aos valores éticos e políticos que norteiam a Constituição cidadã de 1988.¹

Não concordamos com a proposta demagógica de cobrar mensalidades no ensino superior público, o que criaria uma grande burocracia para identificar os alunos que podem pagar e os que não podem, sendo que a justiça social pode ser muito mais bem promovida pela progressividade das alíquotas no imposto de renda (federal), no imposto sobre veículos automotores (estadual) e no imposto predial e territorial urbano (municipal).

Tampouco estamos de acordo com a proposta de cobrar da classe média pelo uso dos serviços do SUS, que seria decorrência de tornar o acesso a ele pago para quem tenha renda superior a três salários mínimos. Também neste caso, a solução para as desigualdades sociais não reside na conversão de bens eminentemente públicos, como educação e saúde, em mercadorias, mas na universalização dos mesmos, com seu financiamento sendo baseado numa tributação justa e progressiva.

Devemos seguir o exemplo dos países desenvolvidos, reduzindo a taxa de consumo básicos e efetivando uma tributação baseada na renda e na propriedade, seja esta de imóveis urbanos, rurais, de aplicações financeiras ou de veículos.

Finalmente, lembramos que, embora militares aposentados, como todo cidadão, tenham o direito a ter suas opiniões políticas, um princípio básico da democracia é que as pessoas que ela arma, como seus servidores policiais ou militares, têm que preservar um espírito de elevada autocontenção, não se valendo da força física para intimidar os cidadãos, a quem devem servir.

Não esqueçamos que nossas Forças Armadas passaram por uma forte inspiração francesa. No país que cunhou o tríptico básico da democracia - liberdade, igualdade e fraternidade -, o cognome do Exército foi, por muito tempo, “o grande mudo”, aludindo justamente a sua discricção no trato das questões que, por serem políticas, pertencem ao soberano no regime democrático, que é o povo.

Brasília, 25 de maio de 2022

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br

¹ <https://www.estadao.com.br/politica/projeto-de-militares-preve-manter-poder-ate-2035-e-fim-da-gratuidade-no-sus-em-2025/>



NOTA

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br) comprometidas com o futuro democrático de nossa sociedade, vêm a público manifestar sua esperança de que nunca mais se abatam sobre nosso País as trevas da ditadura, da tortura e da censura, como ocorreu devido ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Na convicção de que a democracia é o único regime político aceitável, o Brasil espera que todo brasileiro cumpra seu dever, que no caso consiste em respeitá-la e promovê-la.

Brasília, 31 de março de 2022

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro
ICTP.Br



NOTA

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br) vêm a público manifestar os agradecimentos ao Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), entre 2016 e 2022.

O Prof. Davidovich é daqueles cientistas que honra o povo brasileiro e um incansável defensor das causas da educação, ciência e democracia, fatos demonstráveis em sua ativa carreira profissional e atuação à frente da ABC. Também, foi um importante protagonista na criação da ICTP.Br.

Por essas e outras razões, nos juntamos à comunidade científica e acadêmica brasileira nas manifestações de agradecimentos e parabéns ao Prof. Davidovich

Brasília, 30 de março de 2022

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro
ICTP.Br



NOTA DE PESAR

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro lamentam o falecimento do grande físico brasileiro, **LUIZ PINGUELLI ROSA**.

Pinguelli Rosa foi professor da Coope/UFRJ, presidente da Eletrobrás e um extraordinário pesquisador, principalmente na área de energia nuclear. Contribuiu de maneira intensa à luta por uma ciência e tecnologia nacional mais ativas e de elevada qualificação.

Nossos sentimentos aos familiares e amigos.

Brasília, 03 de março de 2022



Brasília, 21 de fevereiro de 2022.

Declaração de princípios quanto à constituição do SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Princípios Fundamentais

- 1. O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos pilares centrais de uma economia sustentável e moderna, que reduza as desigualdades sociais e traga prosperidade ao nosso país. Deve guiar-se pelo atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Deve ser estruturado como uma política de Estado. A ciência básica constitui a base do SNCTI, o qual possui entre suas finalidades a inovação, que por sua vez depende da prioridade conferida à expansão planejada do conjunto do sistema de pesquisa científica e tecnológica.**

Em conformidade com os Artigos 218 e 219 da Constituição, que determinam os objetivos e prioridades da política de C&T:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

§ 1º O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

- 2. Os objetivos estratégicos de política científica devem contemplar todas as grandes áreas do conhecimento de modo integrado. Devem trabalhar na redução das desigualdades sociais e regionais. A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado.**

Em conformidade com o Artigo 170 da Constituição, que destaca o princípio da redução das desigualdades regionais e sociais:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;



- 3. Institucionalmente, o SNCTI deverá estar inextricavelmente associado ao sistema educacional superior, através das universidades e institutos de pesquisa federais e estaduais. O SNCTI deve ter como uma de suas linhas principais a formação e a capacitação de recursos humanos necessários à CT&I e ao desenvolvimento nacional. Ademais, são de domínio público os desenvolvimentos tecnológicos inovativos produzidos no sistema público (educacional e de pesquisas). Os rendimentos decorrentes desses desenvolvimentos devem ser repartidos entre os agentes produtivos, o capital e o trabalho.**

Em conformidade com os parágrafos § 3º e § 4º do Art. 218 (já citado) da Constituição, que determinam:

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

- 4. O SNCTI deve ser organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. Trata-se de um sistema nacional e não federal, ou seja, a cooperação dos entes federados, instituições de pesquisa e ensino, do setor empresarial e de outros setores envolvidos, deve se dar em pleno respeito e articulação recíprocos. O sistema deve ser dirigido com critérios aliados aos interesses públicos.**
- 5. O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, criado em 1985, foi uma conquista da Comunidade Científica. O MCTI deverá ter função coordenadora do SNCTI, com mecanismos para a coordenação interministerial, viabilizando a produção de inovação econômica e estrategicamente significativa, bem como articulando e harmonizando o sistema.**
- 6. O Presidente da República deve presidir o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e, em sua ausência, pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele foi criado pela Lei nº 9.257/1996 por recomendação da Comunidade Científica como órgão consultivo do Presidente da República sobre os princípios que devem orientar os dispêndios e prioridades dos vários ministérios que têm ações em C&T e para a formulação e implementação da política nacional de ciência, tecnologia e inovação. A sociedade deve ter participação ampla no CCT. É nossa reivindicação que: i) o CCT seja um órgão deliberativo e ii) a SBPC e a ABC, além de outras entidades participantes do sistema, tais como os demais membros da ICTP.Br (Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro), integrem o CCT.**



Em conformidade com o Parágrafo único do Art. 193 da Constituição, que determina:

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

- 7. A função precípua do MCTI é a de coordenação do Sistema e dela deve se ocupar prioritariamente, via CCT, articulando as políticas de CT&I transversais aos demais ministérios ao mesmo tempo que advogue os recursos orçamentários, financeiros e econômicos para o setor junto às autoridades competentes e demais organizações e instituições de fomento.**
- 8. Deve também ser princípio no SNCTI, uma forte redução dos entraves burocráticos que atravancam a pesquisa, desde a sua definição inicial, à execução dos projetos, até a prestação de contas, reduzindo as exigências que sejam irracionais em todas as etapas da pesquisa e do que dela decorre. Também deve ser facilitada a transposição de recursos de uma rubrica a outra, sem depender, como hoje, de prévia autorização do Ministério da Economia. O SNCTI propugnará para que os recursos de ciência e tecnologia estejam inscritos em um único programa orçamentário como Investimento, visando a maior coerência, visibilidade e transparência dos gastos públicos, conforme artigo o Art. 167, parágrafo § 5º da CF e a EC 85/2016.**
- 9. A educação superior e os sistemas de Pós-graduação devem ser integrados em uma política harmônica, envolvendo o SNCTI, com objetivos que atendam às necessidades de formação de recursos humanos de acordo com as necessidades do país, com vistas ao seu pleno desenvolvimento socioeconômico.**
- 10. O SNCTI deve regular as atividades de pesquisa do setor privado, criando mecanismos para que órgãos públicos e privados atuem harmonicamente, dentro dos objetivos do SNCTI.**
- 11. Um dos pontos centrais para a ciência é a garantia plena de liberdade acadêmica e de pesquisa e a disponibilização de recursos adequados para a pesquisa científica básica em todas as áreas do conhecimento.**

Em conformidade com o Inciso IX do Art. 5 da Constituição:

Art. 5. Inc. IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

- 12. A matriz de financiamento do SCNTI deve ser baseada, primariamente, no Orçamento Geral da União, com participação de Fundos relacionados às atividades econômicas de alguns setores produtivos no país, de forma a garantir a ampliação e a estabilidade**



do financiamento da pesquisa, o provimento da infraestrutura necessária e a formação de recursos humanos.

- 13. O SNCTI, como ente nacional e não federal, deve buscar o diálogo com municípios brasileiros, por meio de suas entidades representativas, para que a iniciação científica e o apoio ao desenvolvimento tecnológico empreendedor sejam fomentados, formando-se a base da ciência e da tecnologia nacionais, inclusive alocando recursos para isso.**

Entidades que compõem o Comitê Executivo da ICTP.br:

- Academia Brasileira de Ciências (ABC)
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)
- Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)
- Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)
- Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti)
- Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics)
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)



Brasília, 21 de janeiro de 2023.

Exma. Senhora,
SONIA GUAJAJARA,
Ministra de Estado dos Povos Originários.
República Federativa do Brasil

Assunto: Crise Humanitária Povo Yanomami

Senhora Ministra,

Neste sábado decorridos 21 dias da posse do novo governo eleito democraticamente pelo povo brasileiro para conduzir a Nação nos próximos 4 anos, fomos informados pela imprensa brasileira sobre as estarrecedoras condições de vida e sobrevivência do Povo Yanomami, imerso em crise sanitária e de saúde que envergonha a todos deste país, nos constrange internacionalmente e nos faz perguntar como a sociedade brasileira permitiu que essa tragédia acontecesse.

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br se colocam inteiramente à disposição do Governo Brasileiro, especialmente deste Ministério e dos da Saúde, da Educação, Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate à Fome e de Ciência, Tecnologia e Inovação, para, com nossa rede de influência e ação, colaborar para atenuar e solucionar essa crise, que atinge nossos povos originários que sempre cuidaram desta terra e que beneficiam a todos com seu conhecimento tradicional e herança cultural.

A comunidade acadêmica e científica brasileira, por meio de suas entidades e instituições aqui subscritas, está inteiramente à disposição para ajudar a superar esse crítico e vergonhoso momento da história brasileira, herdado pela caótica e irresponsável gestão do governo anterior em relação aos Povos Originários.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

C/C:

Exma. Sra. **LUCIANA SANTOS**
Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Exma. Sra. **NÍSIA TRINDADE**
Ministra de Estado da Saúde
Exmo. Sr. **CAMILO SANTANA**
Ministro de Estado da Educação
Exmo. Sr. **WELLINGTON DIAS**
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
República Federativa do Brasil



Brasília, 19 de janeiro de 2023.

Exma. Senhora,

LUCIANA SANTOS

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

República Federativa do Brasil

Assunto: Descontingenciamento do FNDCT

Senhora Ministra,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br) receberam, com muitas expectativas, sua condução ao cargo de Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do País, pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Ainda mais, por se tratar da primeira mulher a assumir essa responsabilidade da pasta.

Contribuímos, ativamente, com as discussões do Grupo de Trabalho em CT&I, montado pela equipe de transição do novo governo. A ICTP.Br foi formada em maio de 2019, com objetivo de acompanhar, discutir, cooperar e contribuir, de maneira coletiva, com a pauta da CT&I brasileira.

Um dos aspectos pelos quais a ICTP.Br teve destaque foi a discussão da Lei Complementar 177/2021, que dispõe sobre a proibição de contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Junto a outros atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, à classe política, aos segmentos empresariais e à imprensa, conseguimos que as duas casas do Congresso Nacional aprovassem a LC e derrubassem os vetos presidenciais. Foi uma grande vitória da Ciência brasileira!

A vitória eleitoral do Presidente Lula reacendeu a esperança de dias melhores para as pautas que, verdadeiramente, importam para o País – dentre elas, a educação, a ciência, o meio ambiente, a saúde e o combate à pobreza e à miséria. Também, reforçou, no seio da comunidade acadêmica e científica, o sentimento que o novo governo cumprirá com a LC 177/2021, não somente fazendo perder os efeitos da Medida Provisória 1136/2021, conforme discurso de V. Exa. no anúncio do novo Presidente do CNPq, como, também, recompor o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Importante chamar atenção sobre a alocação e distribuição dos recursos do FNDCT em reembolsáveis e não-reembolsáveis. A Lei 11.540/2007 atribui competência exclusiva ao Conselho Diretor do Fundo para definir políticas, diretrizes e normas para a utilização dos seus recursos nas modalidades previstas pela própria Lei.

Assim, para concluir, as entidades da ICTP.Br, inscritas abaixo, pleiteiam o cumprimento integral da LC 177/2021 e da Lei 11.540/2007, para que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação



brasileiro não acumule mais perdas e prejuízos, bem como contribua, de fato, com os objetivos propostos pelo novo governo, nesta nova fase de recuperação econômica, social, ambiental e científica.

Desejamos sucesso à frente do Ministério. Estamos à disposição para colaborar e cooperar.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 16 de dezembro de 2022.

Exmo. Sr. Deputado Estadual

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

Assunto: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap

Senhor Presidente,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br, demonstram profunda preocupação com a Proposta de Emenda Constitucional, de origem da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que retira recursos da Funcap destinados ao fomento científico, desenvolvimento tecnológico e promoção da inovação.

O remanejamento de 2% da receita tributária líquida estadual para a função de Ciência e Tecnologia, como objetiva a referida PEC, traz sérios riscos ao ecossistema de produção de conhecimento e desenvolvimento das atividades de pesquisas, básicas e aplicadas, no estado do Ceará. Com essa possibilidade de mudança, poderão investimentos estratégicos e focalizados ficar ao sabor da conveniência do momento, pulverizados em uma série de interesses não compatíveis com as necessidades das instituições de pesquisas locais, da comunidade científica e dos segmentos empresariais que, juntamente com o Estado, investem em inovação tecnológica.

A Funcap foi criada em 1990 e nesses últimos anos tem sido imprescindível no aumento da produção científica cearense e na posição do estado no ranking educacional brasileiro. Além disso, seus programas e ações de fomento ao desenvolvimento tecnológico e na inovação empresarial, servem de exemplos para outros estados da federação e estão sendo fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Ceará.

Assim, as entidades da ICTP.Br vêm à V. Ex^a. manifestar total desacordo ao objetivo central da Proposta de Emenda Constitucional em questão, se somando as preocupações da comunidade científica, acadêmica e empresarial do Ceará.

Atenciosamente,

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

CC: Exmos(as) Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br

Secretário-Executivo: Fábio Guedes Gomes

Site: www.ictpbr.com.br

E-mail: ictp.br@gmail.com



Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Exma. Sra. Deputada Federal
LUISA CANSIANI (PSD-PR)
Câmara dos Deputados
República Federativa do Brasil

Assunto: PEC 24/2019

Senhora Deputada,

As entidades da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br, vêm a público manifestar o apoio a sua Proposta de Emenda Constitucional nº 24-A de 2019 que acrescenta o inciso V ao § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A proposta de excluir as despesas das instituições de ensino públicas federais, que tenham como fontes receitas extraordinárias, da base de cálculo e dos limites estabelecidos para as despesas primárias, como variável também de ajuste das metas de superávit primário, é considerada pelas entidades da ICTP.Br como de grande avanço para a autonomia financeira dessas instituições. Além disso, estabelece novos parâmetros de liberdade de atuação para que possam ampliar e construir novas parcerias e estratégias com segmentos da sociedade que valorizam as atividades de produção do conhecimento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, permitindo expandir e diversificar o portfólio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação nas instituições.

Mais de 90% do desenvolvimento científico e tecnológico é produzido em nossas universidades públicas. Como se encontra o arcabouço fiscal-orçamentário em nossa Constituição, esse desenvolvimento sofre impedimentos dado as conjunturas econômicas pelas sucessivas medidas de contingenciamento, cortes ou bloqueios orçamentários, aprofundando a diferença que separa o Brasil dos países que mais investem em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Portanto, as entidades se colocam favoráveis à PEC 24/2019 de autoria de V. Exc.ª e solicitam aos parlamentares da Câmara Federal que apreciem a matéria favoravelmente.

Atenciosamente,

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

CC: Exmos. (as) Deputados e Deputadas



Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Exmo. Sr. Deputado Federal
ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara
República Federativa do Brasil

Assunto: PEC 32/2022

Senhor Presidente,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br acompanham com muita atenção e expectativa o andamento na Casa Legislativa das negociações em torno da PEC 32/2022, conhecida como PEC da Transição, e da PLOA 2023.

Nestes últimos anos, Senhor Presidente, especialmente no exercício do atual mandato governamental, as áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação foram desidratadas no orçamento federal.

Centenas de laboratórios e bibliotecas em diversas instituições de ciência e tecnologia atualmente estão em avançada situação de deterioração; o país tem perdido “cérebros” com elevada competência e qualidade para o exterior; a carreira científica encontra-se em forte desvalorização por causa dos baixos valores das bolsas de estudos; o conjunto dos pesquisadores brasileiros não consegue dar prosseguimento aos projetos e trabalhos de grande impacto por falta de recursos financeiros para manutenção do custeio das pesquisas; várias universidades públicas federais fecharam seus restaurantes universitários nesse final de ano em decorrência da impossibilidade de manter seus custos operacionais.

Portanto, Senhor Presidente, **as entidades da ICTP.Br solicitam à V. Exa. a compreensão e uso de sua capacidade de articulação para que a PEC 32/2022 seja aprovada por esta casa legislativa como veio do Senado Federal, assegurando os recursos fiscais necessários na PLOA 2023 para as áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação.** A PEC é também considerada pelas entidades da ICTP.Br como uma grande oportunidade do Brasil para o combate à fome, erradicação da pobreza, redução das desigualdades e do crescimento econômico com geração de oportunidades.

Atenciosamente,

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

CC: Exmos. (as) Deputados e Deputadas



Brasília, 25 de novembro de 2022.

À Vossa Excelência, Senador MARCELO COSTA E CASTRO

Relator do Orçamento

República Federativa do Brasil

Assunto: Proposta para discussão de recomposição orçamentária

V. Exa. Sen. **Marcelo Castro**,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP, em reunião realizada no dia 11 de novembro, discutiram entre outros pontos de pauta, a necessidade de apresentar uma proposta de recomposição orçamentária para discussão geral.

A proposta toma por base os valores correspondentes a LOA 2022 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq e Capes, ou seja, as instituições pilares do financiamento das estratégias e políticas públicas de CT&I do país e que contam, diretamente, com recursos do Tesouro Nacional.

As entidades da ICTP.Br compreendem a complexidade do momento político brasileiro, que envolve a eleição de um novo governo que tomará posse nos próximos dias, a necessidade de negociação com um Congresso Nacional que está em vias de encerrar um ciclo parlamentar, a importância de encontrar espaços fiscais na PLOA 2023 para atender os propósitos do novo governo e os compromissos assumidos em campanha pelo novo governo que somente poderão ser cumpridos com recursos que não comprometam a Lei 95/2016 (Lei do Teto dos Gastos).

Nesse sentido, a proposta de recomposição orçamentária que segue no quadro abaixo é bastante realista diante do quadro que abordamos de maneira sumária no parágrafo anterior. Tomamos a Lei Orçamentária 2022 como parâmetro para acrescentar 30% nas rubricas gerais do MCTI, CNPq e Capes.

O orçamento do MCTI sairia de R\$ 5,2 bi, como está colocado na PLOA 2023, e alcançaria R\$ 8,9 bi, incluindo o orçamento do CNPq. Esta agência, por sua vez teria um acréscimo geral de 40%, de R\$ 1,3 bi passaria para R\$ 1,8 bi, valor muito próximo a PLOA 2016 (R\$ 1,9 bi) e superior a LOA 2016 (R\$ 1,5 bi). Ainda no CNPq, importante observar que a recomposição na rubrica fomento é de cerca de 90%. Nesse ponto é necessário considerar que os recursos não reembolsáveis do FNDCT, quando não contingenciados, poderão apoiar as estratégias de fomento do CNPq.

No caso da Capes, embora a agência esteja alocada no Ministério da Educação, consideramos essencial também enfatizar a importância da recomposição de seu orçamento o raciocínio segue a mesma estratégia de acrescentar 30% em cima do valor da LOA 2022 para uma proposta de recomposição na PLOA 2023. Assim, esta agência saltaria de R\$ 3,3 bi como encontra-se na PLOA 2023 para R\$ 4,9 bi numa nova proposta. Valor este muito próximo ao verificado na LOA 2015 (R\$ 5,3 bi) e superior a todos os demais anos entre 2016 e 2022.



Síntese - proposta de recomposição na PLOA 2023						
Unidades	Rubricas Geral	LOA 2022	PLOA 2023	Variação	% recomposição base 2022	R\$ Reconstituido
MCTI	Custeio para estratégias e investimentos (+CNPq)	6,9 bi	5,2 bi	-24,2%	30%	8,9 bi
CNPQ		1,321 bi	1,357 bi	2,7%	40%	1,850 bi
	Administração	279 mi	268 mi	-3,7%	5%	292 mi
	Fomento	48,5 mi	32,8 mi	-67,6%	87%	90 mi
	Bolsas	956,5 mi	1,009 bi	5,5%	40%	1,412 bi
	Fomento Ino. Tec.	9,0 mi	1,0 mi	-88,8%	900%	10 mi
	Bolsa Inovação	25 mi	46 mi	84,0%	0%	46 mi
Capes		3,8 bi	3,3 bi	-12,2%	30%	4,9 bi
	Gestão e Manutenção	185 mi	207 mi	11,4%	0%	207 mi
	Fomento	41,5 mi	41,6 mi	0,02%	30%	54 mi
	Bolsas	2,5 bi	2,0 bi	-18%	30%	3,3 bi
	Ed. Básica	673 mi	483 mi	-26,70%	45%	975 mi

Com essa proposta, as entidades que compõem a ICTP.Br acreditam que o novo governo poderá encontrar uma saída muito mais realista de recomposição orçamentária para que a Ciência brasileira inicie, em 2023, sua retomada em termos de investimentos e contribuição aos objetivos defendidos pelo governo eleito, como formar jovens, garantir oportunidades no mercado de trabalho, gerar receitas fiscais e contribuir com o aumento da competitividade do país e seu desenvolvimento, econômico, social e ambiental.

Certos que podemos, mais uma vez, avançar nas pautas que dizem respeito à Ciência e Educação brasileira, especialmente nesse momento decisivo para a Nação, desejamos muito êxito na relatoria do Orçamento da União.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 23 de novembro de 2022.

Ao Sr. Luiz Antônio Elias
Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação (GT-CT&I)
Comissão de Transição do Governo Eleito

Assunto: Proposta para discussão de recomposição orçamentária

Prezado Senhor,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP, em reunião realizada no dia 11 de novembro, discutiram entre outros pontos de pauta, a necessidade de apresentar uma proposta de recomposição orçamentária para discussão geral.

A proposta toma por base os valores correspondentes a LOA 2022 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq e Capes, ou seja, as instituições pilares do financiamento das estratégias e políticas públicas de CT&I do país e que contam, diretamente, com recursos do Tesouro Nacional.

As entidades da ICTP.Br compreendem a complexidade do momento político brasileiro, que envolve a eleição de um novo governo que tomará posse nos próximos dias, a necessidade de negociação com um Congresso Nacional que está em vias de encerrar um ciclo parlamentar, a importância de encontrar espaços fiscais na PLOA 2023 para atender os propósitos do novo governo e os compromissos assumidos em campanha pelo novo governo que somente poderão ser cumpridos com recursos que não comprometam a Lei 95/2016 (Lei do Teto dos Gastos).

Nesse sentido, a proposta de recomposição orçamentária que segue no quadro abaixo é bastante realista diante do quadro que abordamos de maneira sumária no parágrafo anterior. Tomamos a Lei Orçamentária 2022 como parâmetro para acrescentar 30% nas rubricas gerais do MCTI, CNPq e Capes.

O orçamento do MCTI sairia de R\$ 5,2 bi, como está colocado na PLOA 2023, e alcançaria R\$ 8,9 bi, incluindo o orçamento do CNPq. Esta agência, por sua vez teria um acréscimo geral de 40%, de R\$ 1,3 bi passaria para R\$ 1,8 bi, valor muito próximo a PLOA 2016 (R\$ 1,9 bi) e superior a LOA 2016 (R\$ 1,5 bi). Ainda no CNPq, importante observar que a recomposição na rubrica fomento é de cerca de 90%. Nesse ponto é necessário considerar que os recursos não reembolsáveis do FNDCT, quando não contingenciados, poderão apoiar as estratégias de fomento do CNPq.

No caso da Capes, embora a agência esteja alocada no Ministério da Educação, consideramos essencial também enfatizar a importância da recomposição de seu orçamento o raciocínio segue a mesma estratégia de acrescentar 30% em cima do valor da LOA 2022 para uma proposta de recomposição na PLOA 2023. Assim, esta agência saltaria de R\$ 3,3 bi como encontra-se na PLOA 2023 para R\$ 4,9 bi numa nova proposta. Valor este muito próximo ao verificado na LOA 2015 (5,3 bi) e superior a todos os demais anos entre 2016 e 2022.



Síntese - proposta de recomposição na PLOA 2023						
Unidades	Rubricas Geral	LOA 2022	PLOA 2023	Variação	% recomposição base 2022	R\$ Re composto
MCTI	Custeio para estratégias e investimentos (+CNPq)	6,9 bi	5,2 bi	-24,2%	30%	8,9 bi
CNPQ		1,321 bi	1,357 bi	2,7%	40%	1,850 bi
	Administração	279 mi	268 mi	-3,7%	5%	292 mi
	Fomento	48,5 mi	32,8 mi	-67,6%	87%	90 mi
	Bolsas	956,5 mi	1,009 bi	5,5%	40%	1,412 bi
	Fomento Ino. Tec.	9,0 mi	1,0 mi	-88,8%	900%	10 mi
	Bolsa Inovação	25 mi	46 mi	84,0%	0%	46 mi
Capes		3,8 bi	3,3 bi	-12,2%	30%	4,9 bi
	Gestão e Manutenção	185 mi	207 mi	11,4%	0%	207 mi
	Fomento	41,5 mi	41,6 mi	0,02%	30%	54 mi
	Bolsas	2,5 bi	2,0 bi	-18%	30%	3,3 bi
	Ed. Básica	673 mi	483 mi	-26,70%	45%	975 mi

Com essa proposta, as entidades que compõem a ICTP.Br acreditam que o novo governo poderá negociar com o Congresso Nacional uma situação muito mais realista de recomposição orçamentária para que a Ciência brasileira inicie, em 2023, sua retomada em termos de investimentos e contribuição aos objetivos defendidos pelo governo eleito, como formar jovens, garantir oportunidades no mercado de trabalho, gerar receitas fiscais e contribuir com o aumento da competitividade do país e seu desenvolvimento, econômico, social e ambiental.

Certos que podemos, mais uma vez, avançar nas pautas que dizem respeito à Ciência e Educação brasileira, especialmente nesse momento decisivo para a Nação, desejamos muito êxito nas atividades e conclusão dos trabalhos.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Ao Sr. Luiz Antônio Elias

Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação (GT-CT&I)

Comissão de Transição do Governo Eleito

Assunto: Reunião com as entidades da ICTP.Br

Prezado Senhor,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br, acompanham com muita expectativa os trabalhos da Comissão de Transição do Governo eleito, especialmente do GT de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com objetivo de contribuir com o GT-CT&I, as entidades solicitam uma reunião com seus representantes para apresentar e discutir propostas que certamente serão muito valiosas para o futuro das estratégias e políticas públicas em Ciência e Educação brasileira, sob a condução do novo governo.

A propósito, as entidades já encaminharam ao GT, nos dias 23 e 24 de novembro, duas cartas que sugerem estratégias que abordam o FNDCT e a recomposição orçamentária do MCTI, CNPq e Capes.

Para tratar de detalhes sobre a reunião, o Secretário Executivo da ICTP.Br, Sr. Fábio Guedes Gomes, estará disponível no e-mail ictp.br@gmail.com e número 82 9 8831-2166

Brasília, 24 de novembro de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 23 de novembro de 2022.

Ao Sr. Luiz Antônio Elias

Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação (GT-CT&I)

Comissão de Transição do Governo Eleito

Assunto: PEC da transição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Prezado Senhor,

As principais e maiores entidades representativas da comunidade científica e acadêmica do país vêm, respeitosamente, sugerir ao Grupo de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação (GT-CT&I), constituído pela Comissão de Transição que assessora o Governo eleito, acrescentar em suas discussões e como ponto substancial no relatório final, a inserção na chamada PEC da transição os recursos não reembolsáveis previstos para 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Nesse sentido, é primordial que esse Grupo de Trabalho também sugira à Comissão de Transição a negociação desse assunto com o Relator do Orçamento da União, Sen. Marcelo Castro.

Desde 2015 que o Brasil sofre com o desmantelamento das estruturas de pesquisa científica e tecnológica, bem como de educação, que nossa sociedade laboriosamente constituiu, fruto de uma dedicação ímpar de nossa comunidade e de investimentos públicos ao longo dos decênios.

O mais recente movimento naquela direção foi a edição da MP 1.136/2022, que afronta a Lei Complementar 177/2021, aprovada por este Congresso Nacional. Essa MP foi prorrogada pelo Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, Sen. Rodrigo Pacheco, e encontra-se em plena validade até início de fevereiro do próximo ano

Somente em 2022, a Ciência brasileira perdeu cerca de R\$ 2 bilhões, representando 45% dos recursos destinados. Em 2021, o desvio deles foi ainda maior, R\$ 5,3 bi, representando 90% do total. Conforme se percebe, em apenas dois anos a Ciência brasileira deixou de receber R\$ 7,3 bilhões em investimentos do FNDCT. Um grave prejuízo para o sistema de conhecimento do país e um completo desvio de finalidade na utilização desses recursos.

Importante mencionar que são múltiplas as fontes que compõem o FNDCT, portanto, são receitas extraordinárias que têm por origem a dinâmica de atividades econômicas. Nesse sentido, é completamente justificável e as entidades abaixo relacionadas solicitam o empenho desse GT na defesa **pela exclusão do FNDCT na PLOA 2023, limitada pela Lei 95/2016, e sua incorporação na PEC da transição**, assim como tem se observado nas negociações em relação as receitas extraordinárias das Universidades Públicas Federais e Institutos Federais.



Certos que podemos, mais uma vez, avançar nas pautas que dizem respeito à Ciência e Educação brasileira, especialmente nesse momento decisivo para a Nação, desejamos muito êxito nas atividades e conclusão dos trabalhos.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 22 de novembro de 2022.

À Vossa Excelência, Senador MARCELO COSTA E CASTRO

Relator do Orçamento

República Federativa do Brasil

Assunto: PEC da transição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

V. Exa. Sen. **Marcelo Castro**,

As principais e maiores entidades representativas da comunidade científica e acadêmica do país vêm, respeitosamente, sugerir o empenho de V. Exa. no sentido de acrescer na chamada PEC da transição que se encontra em discussão no Congresso Nacional, os recursos não reembolsáveis previstos para 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Desde 2015 que o Brasil sofre com o desmantelamento das estruturas de pesquisa científica e tecnológica, bem como de educação, que nossa sociedade laboriosamente constituiu, fruto de uma dedicação ímpar de nossa comunidade e de investimentos públicos ao longo dos decênios.

O mais recente movimento naquela direção foi a edição da MP 1.136/2022, que afronta a Lei Complementar 177/2021, aprovada por este Congresso Nacional, inclusive com sua importante contribuição. Essa MP foi prorrogada pelo Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional, Sen. Rodrigo Pacheco, e encontra-se em plena validade até início de fevereiro do próximo ano

Somente em 2022, a Ciência brasileira perdeu cerca de R\$ 2 bilhões, representando 45% dos recursos destinados. Em 2021, o desvio deles foi ainda maior, R\$ 5,3 bi, representando 90% do total. Conforme se percebe, em apenas dois anos a Ciência brasileira deixou de receber R\$ 7,3 bilhões em investimentos do FNDCT. Um grave prejuízo para o sistema de conhecimento do país e um completo desvio de finalidade na utilização desses recursos.

Importante mencionar que são múltiplas as fontes que compõem o FNDCT, portanto, são receitas extraordinárias que têm por origem a dinâmica de atividades econômicas. Nesse sentido, é completamente justificável e as entidades abaixo relacionadas solicitam a compreensão e empenho de V. Exa., **pela exclusão do FNDCT na PLOA 2023, limitada pela Lei 95/2016, e sua incorporação na PEC da transição**, assim como tem se observado nas negociações em relação as receitas extraordinárias das Universidades Públicas Federais e Institutos Federais.

Certos que podemos, mais uma vez, e especialmente nesse momento decisivo para a Nação brasileira, contar com a consideração e o respeito de V. Exa. pela Ciência e Educação do país, desejamos muito êxito nas negociações no Congresso Nacional em todos esses temas.



Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 31 de agosto de 2022.

Ao Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional
República Federativa do Brasil

Assunto: Medida Provisória nº 1.136, de 26 de agosto de 2022.

Vossa Excelência Sen. Rodrigo Pacheco,

As principais entidades acadêmicas e científicas do Brasil vêm à presença de V.Exa. ponderar e solicitar o seguinte:

1. Estamos assistindo ao desmantelamento das estruturas de pesquisa científica e tecnológica, bem como de educação, que nossa sociedade laboriosamente constituiu, fruto de uma dedicação ímpar de nossa comunidade e de investimentos públicos ao longo dos decênios;
2. O mais recente desses golpes, todos eles vibrados pelo Poder Executivo Federal, ocorreu nesta segunda-feira, com a edição da MP 1.136, que – mais uma vez – afronta a Lei Complementar 177/2021, em especial a proibição que referido diploma legal estabelece de contingenciamentos no FNDCT; sabemos que tal lei complementar admite alterações por lei ordinária aos seus dispositivos não dependentes apenas de lei complementar, mas lei ordinária deve ser entendida como um diploma que teve tramitação regular no Congresso antes de ser sancionado ou vetado, não uma MP, que tem vigência imediata.
3. Esse caso é apenas mais um numa série de afrontas às atribuições constitucionais do Congresso Nacional. Presencia-se uma sucessão de atos presidenciais anulando a aplicação de leis devidamente aprovadas pelo Poder Legislativo, em especial quando sua promulgação decorreu de derrubada do veto presidencial. Lembrando que o veto requer maioria altamente qualificada para ser derrubado, percebe-se as MPs que adiaram ou suspenderam a aplicação das Leis que determinavam a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para acudir aos estudantes de baixa renda, das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc e agora, não pela primeira vez, da LC 177/2021, obedecem a uma ofensiva sistemática do Executivo Federal contra as atribuições do Poder Legislativo, o que ofende um dos pilares de nossa estrutura constitucional, aquele que determina que os poderes são independentes e harmônicos entre si;



4. Por estas razões, Sr. Presidente, vimos pedir a V.Exa. que proceda à devolução da MP 1136, por ser manifestamente inconstitucional, eis que não se pode utilizar a via excepcional concebida ao Chefe do Poder Executivo para tornar nulas as deliberações do Congresso Nacional.

Colocamo-nos à disposição de V.Exa. e dos dignos parlamentares para qualquer esclarecimento ou colaboração de que necessitem, para a defesa dos superiores interesses nacionais.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**);

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**);

Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**);

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**);

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**);

Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**);

Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**);

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



MANIFESTAÇÃO DE APOIO PELA APROVAÇÃO DA PEC 96/2019

Ao Exmo. Deputado **Arthur Oliveira Maia** (União Brasil – BA - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC) e demais Deputados e Deputadas integrantes da CCJC

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br manifestam total apoio à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 96/2019, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS, que torna obrigatória a execução da programação orçamentária relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino e educação.

Entendemos que a educação e ciência devem ser tratadas com elevada prioridade pela Nação brasileira e os investimentos nessas áreas devem ser contínuos, se quisermos que o país supere as barreiras do perverso grau de analfabetismo, elevada desigualdade socioeconômica e atraso tecnológico que o separam das sociedades desenvolvidas.

Assim, as entidades conclamam os Exmos. Deputados e Deputadas a se manifestarem pela aprovação da PEC 96/2019 para que os objetivos da Constituição Cidadã de 1988 seu plenamente alcançados

Brasília, 05 de julho de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 28 de junho de 2022

Exmo. Sr. **Senador Jean Paul Prates**

Presidente da Comissão Legislativa de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Senado Federal

Prezado Senador,

No dia **08 de julho** é comemorado o **Dia Nacional da Ciência** e nesta data as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro o convidam para participar de um painel sobre o tema **Ciência e Democracia**.

Consideramos sua participação essencial pela história que o seu partido tem na construção tanto do projeto democrático de país que vivenciamos, como também pelo papel que exerce na defesa dos interesses da ciência brasileira nas últimas duas décadas.

A programação prever o horário da discussão **14h as 15h30min**, com a participação de dois representantes das entidades da ICTP.Br e dois parlamentares, um da Câmara e outro do Senado. Cada participante terá entre 10min e 15min para seu pronunciamento. A participação será virtual, com o link disponibilizado no dia anterior ao painel, e o mesmo será transmitido pelo canal oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC no *youtube*.

Aguardamos com grande expectativa o retorno de V. Exa. ao convite e renovamos nossos votos de consideração e estima.

Fábio Guedes Gomes

Secretário Executivo da ICTP.Br

ENTIDADES:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 28 de junho de 2022

Exmo. Sr. **Deputado Federal Milton Coelho**

Presidente da Comissão Legislativa de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Câmara dos Deputados

Prezado Deputado,

No dia **08 de julho** é comemorado o **Dia Nacional da Ciência** e nesta data as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro o convidam para participar de um painel sobre o tema **Ciência e Democracia**.

Consideramos sua participação essencial pela história que o seu partido tem na construção tanto do projeto democrático de país que vivenciamos, como também pelo papel que exerce na defesa dos interesses da ciência brasileira nas últimas duas décadas.

A programação prever o horário da discussão **14h as 15h30min**, com a participação de dois representantes das entidades da ICTP.Br e dois parlamentares, um da Câmara e outro do Senado. Cada participante terá entre 10min e 15min para seu pronunciamento. A participação será virtual, com o link disponibilizado no dia anterior ao painel, e o mesmo será transmitido pelo canal oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC no *youtube*.

Aguardamos com grande expectativa o retorno de V. Exa. ao convite e renovamos nossos votos de consideração e estima.

Fábio Guedes Gomes

Secretário Executivo da ICTP.Br

ENTIDADES:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 28 de junho de 2022

Exmos(as) **Deputados(as) e Senadores(as)**
Congresso da República Federativa do Brasil

Prezados(as) Congressistas,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br) vêm através desta manifestar plena concordância com a proposta do Senador da República, Marcelo Castro, de acrescentar no art. 2º da PEC nº. 16/2022 o seguinte texto:

“Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.107.....

§ 6º.....

VI – no exercício de 2022, despesas primárias do Ministério da Educação, até o limite de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, até o limite de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais)

.....” (NR)

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasileiro já vem sofrendo com consideráveis reduções dos recursos orçamentários e financeiros, ameaçando colapsar a estrutura de produção do conhecimento científico e formação de recursos humanos qualificados. As instituições de Ensino Superior públicas federais (universidades e institutos de educação, ciência e tecnologia) não encontram mais possibilidades de continuar funcionando plenamente, especialmente no contexto de retorno das atividades presenciais.

Na última medida, o Poder Executivo contingenciou 1,6 bilhão de reais do Ministério da Educação, especificamente das Universidades e Institutos Federais, e bloqueou 2,5 bilhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, deixando absolutamente indisponível a principal fonte de financiamento à ciência do país.

Portanto, para as entidades da ICTP.Br é urgente a necessidade de recomposição do orçamento federal de financiamento às universidades e institutos federais e do fomento à ciência brasileira. Por essa razão, através desta manifestação, **solicitamos o apoio de Vs. Exas. à proposta de EC que está registrada no SEDOL sob o nº. SF/22779.67790-53.**

ENTIDADES:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Exmo. Sr. Paulo Alvim

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação
República Federativa do Brasil

Assunto: contingenciamento e bloqueio de recursos do MCTI e FNDCT

Sr. Ministro,

As entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br ficaram muito preocupadas e apreensivas com o anúncio de contingenciamento, por parte do governo federal, de R\$ 8,2 bilhões em verbas de ministérios no orçamento previsto para 2022.

Circulou em toda a comunidade científica brasileira a informação que essa medida afetaria as despesas discricionárias do MCTI em R\$ 426.128.000,00 e a rubrica dos recursos não reembolsáveis do FNDCT em R\$ 2.500.000.000,00. Portanto, o total seria de R\$ 2.926.128.000,00.

Entretanto, de acordo com o Decreto nº 11.086, de 30 de maio de 2022, verifica-se que em seu anexo I o limite total de movimentação e empenho do MCTI encontra-se em R\$ 6.872.806.304,00, considerando emendas individuais (R\$ 24.722.730,00) e de bancada (R\$ 40.126.738,00). Portanto, esses valores estão iguais ao publicado no Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022. Com isso, subentende-se que a medida de contingenciamento não afetou o MCTI e suas unidades orçamentárias vinculadas.

Conforme última verificação no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, os valores do MCTI previstos no Decreto nº 10.961/2022 continuam preservados.

Importante mencionar que os recursos do FNDCT não podem ser contingenciados por força da Lei Complementar 177/2021.

No entanto, no Anexo XXIII do Decreto nº 11.086/2022, o governo federal expõe os “valores estimados para pagamento”, revelando um déficit entre o limite de empenho autorizado (exceto emendas) de R\$ 6.807.957.000,00 e um pagamento estimado de R\$ 5.013.714.000,00. Com isso, o governo estima que não pagará R\$ 1.794.243.000,00 das despesas discricionárias do MCTI. As emendas individuais e de bancada, por serem de pagamento obrigatório, estão fora deste bloqueio. Da forma com que a restrição foi estabelecida, não é possível saber quais os programas ou unidades orçamentárias que serão atingidas.

Assim, **gostaríamos que o MCTI informasse sobre as possibilidades reais de bloqueio dos recursos do próprio Ministério e do FNDCT, em quais programas e ações, além da referência à publicação que define essa medida além do Decreto supramencionado.**



Por sua vez, lamentamos que as Universidades e Institutos Federais tenham sido incluídas na medida de contingenciamento no percentual de 14,5%, cerca de R\$ 1 bilhão, justamente no contexto de retorno das atividades presenciais e quando o número de matrículas no sistema federal de ensino superior caiu pela primeira vez desde 1990, especialmente pelas dificuldades financeiras dos alunos em se manter estudando, cortes nos recursos da assistência estudantil e em várias modalidades de bolsas fomentadas pelo Ministério da Educação e Capes..

Para finalizar, salientamos que qualquer corte de recursos orçamentários ou limitação dos níveis de empenho no MCTI e suas unidades representarão graves prejuízos às políticas estratégicas em andamento e as ações ordinárias do Ministério, sob ameaça de extinguir a própria institucionalidade que levou décadas para ser construída e exigiu muito esforço da sociedade brasileira.

Temos plena confiança no esforço deste Ministério para reverter a situação e nos colocamos à disposição, mais uma vez, para o diálogo sobre Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em nosso país.

Brasília, 01 de junho de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Brasília, 13 de abril de 2022.

Ao Sr. PAULO ALVIM
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações
República Federativa do Brasil

Assunto: Projeto de Lei de instituição do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Sr. Ministro,

As entidades que constituem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br), gostariam de uma agenda com Vossa Excelência entre os dias 26 e 27 de abril, aproveitando a oportunidade da comemoração dos 70 anos do CNPq, momento em que vários representantes da ICTP.Br também estarão presentes. A preferência é que esse encontro aconteça no dia 26.04, quando podemos aproveitar o maior número possível dos nossos representantes. Mas, estamos completamente a disposição da conveniência de sua agenda nesses dois dias.

Aguardamos retorno a esta solicitação com a confirmação do dia e horário.

Grato pela atenção e renovamos nossos votos de apreço e consideração

FÁBIO GUEDES GOMES

Secretário Executivo da ICTP.Br

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).



Ao Excelentíssimo Deputado Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: MP 1.112/2022: Brasil troca conhecimento por sucata

Senhores e Senhoras Parlamentares,

A Medida Provisória nº 1.112 de 31 de março de 2022 ataca de forma inusitada e drástica o financiamento da pesquisa científica e tecnológica do setor de óleo e gás. Trata-se de uma ameaça de destruição de uma política pública exitosa, que já viabilizou marcantes conquistas tecnológicas, com importantes consequências econômicas e estratégicas para o País!

Nos seus artigos 7º e 12º, a Medida Provisória nº 1.112/2022 redireciona recursos que, de acordo com a Lei nº 9478/97, provêm de empresas petrolíferas e devem ser destinados às atividades de P&D do setor de óleo e gás. Por essa nova MP os recursos serão desviados para uma atividade que não tem qualquer relação com sua finalidade original, destinando-se ao financiamento de um programa para o desmonte e sucateamento de veículos automotores, objetivando a renovação da frota de veículos pesados com mais de três décadas de uso. Este programa, de acordo com a MP vigorará até o ano 2027 e inclui recursos gerados antes de 2022, caso não tenham sido quitadas as obrigações de sua aplicação pelas empresas petrolíferas, nos termos da legislação até agora em vigor.

Ou seja, recursos que deveriam financiar projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), propiciando avanços da produtividade econômica e empresarial, estão sendo desviados para a desmobilização de uma frota de automotores pesados e o tratamento de sua sucata.

A Lei 9478/9, esvaziada pela MP 1.112/2022, obriga que, da receita bruta da produção de óleo e gás pelas empresas petrolíferas, sejam destinados de 0,5 a 1% para projetos de P&D no país, como contrapartida ao Estado pela cessão para exploração de bacias petrolíferas. A Medida Provisória possibilita às empresas exploradoras de petróleo e gás aplicar, sem limites, esses recursos para a atividade de desmonte ou de destruição como sucata dos veículos pesados em fim de vida útil, atividade essa inconsistente com o objetivo central da política de Estado para o setor, estabelecida pela própria Lei.

De fato, a Lei nº 9478/97 estabeleceu uma política de Estado, de natureza estratégica. Isto é, tem alcance e efeitos muito além das políticas de governo. Há mais de 20 anos tem sido aplicada de forma vitoriosa, gerando tecnologias pioneiras no mundo e frutos tangíveis para o País, como a autossuficiência na produção de petróleo. O seu sucesso é comprovado pelo aumento de 34% na produção de petróleo, entre 2011 e 2022, inclusive decorrente da exploração de poços a mais de 3.000 metros de profundidade, período no qual de um déficit externo de 2,7 mil m³ de petróleo por dia, chegou-se a um superávit de 167 mil m³ por dia (Fonte: Agência Nacional do Petróleo – ANP).



Graças à Lei nº 9478/97, foram construídos mais de 150 laboratórios, distribuídos pelo país, e firmados convênios e contratos com mais de 200 universidades e institutos de pesquisas; adquiridos equipamentos modernos, empregando pessoal altamente qualificado – além de graduados, mestres e doutores, formados com auxílio de um programa de capacitação e qualificação de recursos humanos.

Esses recursos propiciaram o desenvolvimento de tecnologias para obtenção de hidrogênio verde, energia eólica em plataformas marítimas e biocombustíveis, todas de grande impacto positivo sobre o meio ambiente e o clima.

A entidades abaixo, que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), alertam o Congresso Nacional sobre as ameaças que a MP 1.112/2022 traz ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI, especialmente à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do país, e mais uma vez solicitam o apoio desta Casa. Conclamamos, especificamente, a supressão dos Art. 7º e Art. 12º da MP nº 1.112/2022, sob pena do país sucatear, verdadeiramente, um dos seus maiores patrimônios tecnológicos: o do setor de óleo e gás.

Brasília, 06 de abril de 2022

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

C/C

**Excelentíssimo Senhor Sen. Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal**



Exmo. Sr. Marcos Cesar Pontes
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações
República Federativa do Brasil

Assunto: Manifestação sobre o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - PNCTI

Senhor Ministro,

As Entidades abaixo que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento se manifestam através desta carta sobre os encaminhamentos da proposta de Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação através de dois aspectos centrais:

- 1) A absoluta necessidade de adiamento dos prazos de conclusão, validação e consulta pública do PNCTI, para que o mesmo possa receber as contribuições das entidades abaixo e de outros atores relevantes na política brasileira de ciência, tecnologia e inovação;
- 2) As entidades encaminham as considerações sobre a proposta anexa de PNCTI, que incorporou as contribuições da CNI/MEI e do Coordenador e Vice Coordenador da Comissão II do CCT, Luiz Davidovich e Emmanuel Zagury Tourinho, respectivamente. Considerações estas que serão devidamente enriquecidas, ao longo do debate solicitado no item 1, por outras dos protagonistas da política de CT&I.

Brasília, 25 de março de 2022.

Entidades:

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).

C/C

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Diretor Presidente

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CERTIFICADO

Certificamos que o professor Fábio Guedes, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) participou do Seminário 70 anos do CNPq (1951-2021) – Passado, Presente e Futuro Pensando e Transformando o Brasil, organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), como palestrante da mesa redonda intitulada "O Futuro do CNPq".

A referida mesa aconteceu no dia 27 de Abril de 2022 e foi composta pelos seguintes participantes:

Mesa 6 – O Futuro do CNPq

Moderação: Carlos Alberto Pereira dos Santos, diretor de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq

- Evaldo Ferreira Vilela (presidente do CNPq)
- Fábio Guedes (presidente da FAPEAL)
- Helena B. Nader (vice-presidente da ABC)
- Paulo Artaxo (vice-presidente da SBPC)
- Roberto Muniz (presidente da Associação dos Servidores do CNPq)

Evaldo Ferreira Vilela
Presidente do CNPq



Documento assinado eletronicamente por **EVALDO FERREIRA VILELA, Presidente do CNPq - Portaria MCTIC nº 191 de 16 de abril de 2020**, em 10/05/2022, às 19:49, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cnpq.br/verifica.html> informando o código verificador **1381749** e o código CRC **7B56FD3E**.

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins, que o senhor **FABIO GUEDES GOMES**, portador do **CPF 789.989.054-34** participou como palestrante da LIVE “A ATUAL CRISE NO SETOR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL, FINANCIAMENTO E OBSCURANTISMO”, realizada no dia 29 de abril de 2022, a partir das 15h. O debate foi transmitido no canal do YouTube da Associação dos Docentes da Ufal (Adufal) e promovido pela mesma entidade junto com o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal).

Maceió, 03 de maio de 2022.



Prof. Dr. Jailton de Souza Lira

Presidente da Associação dos Docentes da Ufal



18 a 21 de maio
Hotel Ritz

Novos desafios, caminhos trilhados e heranças:
que aprendizagens a pandemia ensina às nossas
universidades?

Certificamos que

Fábio Guedes Gomes

Proferiu uma palestra com o tema

Caminhos e Descaminhos na Política de Fomento à Ciência e Tecnologia no País

no 67º Fórum Nacional de Reitores da ABRUEM,
realizado em conjunto com a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL,
no período de 18 a 21 de maio de 2022, na cidade de Maceió, AL,
tendo como temática “*Novos desafios, caminhos trilhados e heranças: que aprendizagens a pandemia ensina às nossas universidades*”.



Reitor Rodrigo Bruno Zanin
Presidente da ABRUEM



Odilon Máximo de Morais
Reitor da Uneal

Realização:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2022.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados, com a PRESENÇA dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Angela Amin - Vice-Presidente; Rrenato Queiroz - Suplente. Compareceu também o Deputado Celso Russomanno, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Aliel Machado, Amaro Neto, Bibó Nunes, Capitão Fábio Abreu, Cezinha de Madureira, David Soares, Denis Bezerra, Gustavo Fruet, Igor Timo, Jefferson Campos, José Rocha, Julio Cesar Ribeiro, Leonardo Gadelha, Luisa Canziani, Luiza Erundina, Luizianne Lins, Márcio Jerry, Marcos Soares, Merlong Solano, Milton Coelho, Nilto Tatto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Perpétua Almeida, Roberto Alves, Silas Câmara, Vander Loubet, Vinicius Poit e Vitor Lippi. ABERTURA: A Presidente em exercício, deputada Angela Amin, declarou iniciados os trabalhos da Audiência Pública (semipresencial) destinada a debater a "Ameaça à destinação de recursos para pesquisa e inovação na MP 1112/22", convocada em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 7/2022, do deputado Milton Coelho, subscrito pelo deputado Merlong Solano, e nº 20, de 2022, também do deputado Milton Coelho. A Presidente convidou os expositores para comporem a mesa e informou que o Ministério da Educação, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações haviam comunicado a impossibilidade de participar do debate. Na oportunidade, a Presidente em exercício saudou os presentes e informou que seria concedida a palavra aos expositores por até dez minutos, não sendo permitidos apartes e, em seguida, os deputados que desejassem, poderiam pronunciar-se, respeitada a ordem de inscrição, pelo prazo de até três minutos cada, tempo semelhante ao que o expositor teria para responder às indagações; e, por fim, os convidados poderiam apresentar suas considerações finais em até três minutos. A Presidente informou que a reunião estava sendo transmitida ao vivo pela internet, em formato interativo, e poderia ser acessada pela página da Comissão, no portal da Câmara, ou pelo Youtube, no canal oficial da Casa. Lembrou também que, na página da Comissão, estaria disponível o link para o portal e-Democracia, onde seria possível enviar perguntas aos palestrantes. Comunicou ainda que, após a audiência, todas as apresentações em

multimídia seriam disponibilizadas para consulta na página da Comissão. Ato contínuo, a Presidente passou a palavra aos seguintes palestrantes: FERNANDO PEREGRINO, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – Confies; VALDER STEFFEN, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; ÁLVARO TOUBES PRATA, Diretor da Academia Brasileira de Ciências – ABC; ROBERTO MUNIZ, representante do Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Servidores das Carreiras de Ciência e Tecnologia - Fórum de C&T; FÁBIO GUEDES GOMES, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br. Após as apresentações, a Presidente teceu considerações sobre o tema. Em continuidade, passou a palavra aos convidados que fizeram suas considerações finais. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Antes lembrou que estava convocada Reunião Deliberativa Extraordinária para quarta-feira, dia 1º de junho, às 10 horas, com pauta a ser divulgada oportunamente; e Painel "gestão inteligente - cidades digitais", em conjunto com a frente parlamentar mista da inteligência artificial, também para quarta-feira, dia 1º, às 14h30. E, para constar, eu, Eduardo Nunes dos Santos, lavrei a presente Ata, que por ter sido aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Milton Coelho, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião..



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2022.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados: Zé Neto - Titular. Compareceu também a Deputada Liziane Bayer, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Bosco Saraiva, Eli Corrêa Filho, Glaustin da Fokus, Guiga Peixoto, Helder Salomão, Laercio Oliveira, Lourival Gomes, Maurício Dziedricki, Otto Alencar Filho, Sidney Leite e Vinicius Farah. O Deputado Josivaldo Jp justificou sua ausência. **ABERTURA:** o Coordenador dos Trabalhos, Deputado Zé Neto, declarou iniciada a reunião e informou que a Audiência Pública estava sendo realizada com o objetivo de debater “**A situação do financiamento à ciência e tecnologia do país, bem como seu impacto no desenvolvimento e na soberania nacional**”. O Coordenador informou, também, que a realização do debate decorria da aprovação do requerimento nº 7/2022, de sua iniciativa, e que a Audiência estava sendo transmitida pela página da Câmara dos Deputados e pelo YouTube, no canal oficial da Câmara, e que o público externo poderia participar enviando perguntas pelo site do e-democracia. Em seguida, o Deputado Zé Neto anunciou os convidados daquela Audiência: **Sérgio Freitas de Almeida**, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Anderson Lozi**, Diretor de Gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação; **Roberto Muniz**, Presidente do Sindicato Nacional dos Gestores Públicos em Ciência e Tecnologia - SindGCT; **Fábio Guedes Gomes**, Secretário-Executivo da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.br; **Júlia Bustamante**, Representante do Observatório do Conhecimento. Composta a audiência, o Coordenador informou as regras de condução da audiência e discorreu sobre o tema do debate. Logo após passou a palavra aos senhores Júlia Bustamante, Roberto Muniz, Sérgio Freitas de Almeida, Anderson Lozi e Fábio Guedes Gomes. Finalizadas as exposições, o Coordenador teceu considerações e passou a palavra à senhora Andreia Stinger, da Associação de Docentes da Universidade Federal do Paraná e membro do Observatório do Conhecimento. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a audiência às doze horas e cinquenta e quatro minutos, convocando antes, porém, os

senhores membros para a Reunião Deliberativa Extraordinária, a ser realizada dia 08 de junho, às 10 horas, naquele mesmo plenário. E, para constar, Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli, lavrei a presente Ata, que por ter sido aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Sidney Leite, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

RESULTADO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 11/07/2022

TEMA: "Perdas de recursos na área de C&T e possibilidades de recuperação"

(Requerimento nº 31, de 2022, da deputada Jandira Feghali)

PALESTRANTES:

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

Subsecretário de Programas de Infraestrutura do Ministério da Economia

FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA

Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representando o presidente da entidade, Renato Janine Ribeiro

MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE

Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) para a região Minas Gerais e Centro-Oeste, representando a presidente da instituição, Helena Nader

VINÍCIUS SOARES

Diretor de Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representando a presidente da entidade, Flávia Calé da Silva

FÁBIO GUEDES GOMES

Secretário-Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br)

LOCAL: Anexo II, Plenário 13

HORÁRIO: 14h



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 817-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, lido na décima reunião realizada em 29/06/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de senador membro desta Comissão, para análise da matéria pelo Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 17, de 2022-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), aditado pelos Requerimentos nº 25 e 26/2022-CCT, com a finalidade de debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), com a participação de Paulo Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Sergio Freitas de Almeida, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Sergio Machado Rezende, Professor de Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia no período de 2005 a 2010; Ildeu de Castro Moreira, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Muniz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT); e Fábio Guedes Gomes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/07/14>

74^a
REUNIÃO
ANUAL
DA SBPC

Ciência,
independência
e soberania nacional

24 a 30 de julho de 2022
UnB - Brasília - DF



CERTIFICADO

Certificamos que **FÁBIO GUEDES GOMES** coordenou a Mesa-Redonda "CT&I NO PARLAMENTO", realizada no dia 27 de julho de 2022, durante a 74^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, ocorrida no período de 24 a 30 de julho de 2022, na Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Emissão: 2022.

Certificado nº AC74RA4 - Este número permite a verificação da autenticidade deste documento no site da SBPC:
<https://reunioes.sbpcnet.org.br/certificados/>




Renato Janine Ribeiro
Presidente da SBPC


Cláudia Linhares Sales
Secretária-Geral da SBPC
Coordenadora da 74^a Reunião Anual da SBPC

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e direitos que o Professor Doutor **FABIO GUEDES GOMES**, *Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.br*, participou na qualidade de Conferencista da **47ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC**, dia 27/07/2022, das 9h às 12h30min, onde apresentou a Conferência de Abertura: *Cenários da Ciência, Pesquisa e Inovação brasileira: seus percalços e horizontes*.

Por ser verdade, firmo a presente.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Claudio', with a stylized flourish extending to the right.

CLAUDIO ALCIDES JACOSKI

Presidente ABRUC

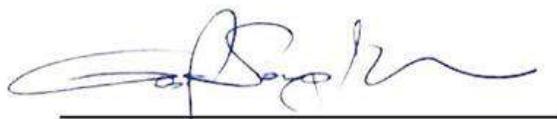


XVI Encontro Nacional FORTEC
VI Congresso Internacional PROFNIT
XII ProspeCT&I

De 3 a 8 de outubro de 2022
MACEIÓ • BRASIL

CERTIFICADO

Certificamos que **Fábio Guedes Gomes** participou do XVI Encontro Nacional FORTEC, VI Congresso Internacional PROFNIT e XII ProspeCT&I, ocorridos entre os dias 3 e 8 de outubro de 2022, em Maceió – Brasil, como expositor da Mesa **Parcerias Institucionais para Inovação - Estratégicas e Conjunturas** ocorrida no dia 04 de outubro de 2022.



Gesil Sampaio Amarante Segundo
Presidente do FORTEC



Wagner Piler Carvalho dos Santos
Coordenadora Acadêmica Nacional do PROFNIT

Organização:



Patrocínio:



Apoio:



Apoio técnico:



Clipping de artigos e
matérias publicados
na grande imprensa

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Bolsas de estudo alcançam o menor valor da história

Programas de pós-graduação altamente qualificados têm vagas ociosas

O Brasil orgulha-se de ter alcançado a 13ª posição no ranking internacional de publicação científica. A área da ecologia aplicada à biologia ocupa o 3º lugar nessa classificação, por exemplo. Uma conquista graças ao fortalecimento da pós-graduação, com expressivo crescimento na formação de mestres e doutores.

Mais de 90% do conhecimento científico é produzido em nossas universidades e por jovens pesquisadores. Os alunos de pós-graduação conseguem se dedicar integralmente às atividades de pesquisa quando recebem bolsas de estudo. Elas são concedidas por agências federais, como a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e por fundações de fomento estaduais.

O valor das bolsas deveria garantir o sustento dos alunos pesquisadores, proporcionando condições para se dedicarem às atividades acadêmicas. Entretanto isso não tem sido possível. Nas últimas três décadas, o valor das bolsas nunca atingiu um nível tão baixo! Em 1995, por exemplo, uma bolsa de doutorado era de R\$ 1.073, o que correspondia a dez salários mínimos à época e possibilitava a aquisição de 12 cestas básicas. Sem reajuste até 2003, o poder aquisitivo e a relação com o salário mínimo caíram pela metade. De 2003 a 2013 houve quatro reajustes, elevando o valor nominal a R\$ 2.200, o que equivalia a quatro salários mínimos e seis cestas básicas.

Não há nenhum reajuste desde março de 2013! Atualmente, o valor de uma bolsa de doutorado se aproxima de 1,8 salário mínimo e permite comprar três cestas básicas. De março de 2013 a dezembro de 2021, a inflação acumulada foi de mais de 66%, o que elevaria a R\$ 3.666 a bolsa de doutorado. Essa forte desvalorização ocorre também com as bolsas

de mestrado e demais modalidades.

As consequências da defasagem no valor das bolsas afetam não somente os bolsistas, mas a ciência brasileira, tornando insustentável seu desenvolvimento. A pós-graduação vem perdendo sua capacidade de atrair bons alunos. Os estudantes têm preferido buscar empregos que, embora com salários modestos, geralmente são superiores aos valores das bolsas.

Muitos programas de pós-graduação altamente qualificados não estão preenchendo as vagas nas seleções públicas. Estamos sob a ameaça de um grande apagão de inteligência pela impossibilidade de formação de novos talentos. Por exemplo: os estudantes que conseguem se sustentar com a bolsa de doutorado, ao se titularem, encontram outra situação dramática. A escassez de oportu-

nidades na área acadêmica, o baixo valor da bolsa de pós-doutorado e a crise no financiamento da pesquisa forçam esses pesquisadores a buscar formas de subempregos ou, mais grave que isso, oportunidades em outros países, resultando na evasão de cérebros e agravando a possibilidade de apagão.

Precisamos mudar essa dramática situação, garantir a formação de talentos que ajudarão na geração de conhecimento, base para a inovação, motor para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa já reajustaram o valor das bolsas em pelo menos 25%. Outras já anunciaram a intenção de seguir nessa direção.

Precisamos agora que o governo federal, através da Capes e do CNPq, sinalize para isso. Se o governo concedesse um aumento neste mesmo percentual para as bolsas de pesquisa do CNPq a partir deste mês de março haveria a necessidade de suplementação orçamentária de R\$ 212 milhões. Para reajustar as bolsas da Capes seriam necessários R\$ 492 milhões. Com mais um aumento no mesmo percentual em 2023, conseguiríamos recompor o valor de 2013. Esses valores são infinitamente menores que o orçamento destinado a outras ações do governo, consideradas pela sociedade não tão importantes, como o "Orçamento secreto" e o fundo eleitoral. A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia (ICTP.Br), constituída pelas entidades que assinam este artigo, defende que investimentos contínuos na formação de talentos e pesquisa científica resultam em mais bem-estar e competitividade ao Brasil!

[...]

A escassez de oportunidades na área acadêmica, o baixo valor da bolsa de pós-doutorado e a crise no financiamento da pesquisa forçam esses pesquisadores a buscar formas de subempregos ou, mais grave que isso, oportunidades em outros países, resultando na evasão de cérebros e agravando a possibilidade de apagão

Luiz Davidovich (ABC); Marcus Vinicius David (Andifes); Odir Dellagostin (Confap); Fernando Peregrino (Confies); Sônia Regina de Souza Fernandes (Conif); Patrícia Ellen (Consecti); André Gomyde (Ibrachics); e Renato Janine Ribeiro (SBPC)

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A destruição do sistema de saber brasileiro

Célere, desmonte evidencia antipatriotismo e irracional motivação ideológica

Fábio Guedes Gomes

Professor de economia e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal); secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTPBr)

Desde o seu início, o mandato de Jair Bolsonaro (PL) acumula desfeitos contra a ciência brasileira: orçamentos anuais exíguos, negação de recursos mesmo para demandas especiais, como o desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus, e desprezo com a comunidade científica.

Nos meses de abril e maio, contudo, o governo desferiu duros golpes no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, que reúne instituições de pesquisa públicas e privadas e empresas inovadoras — aquelas que desenvolvem produtos e serviços de maior valor agregado.

Há dois exemplos em curso do movimento de destruição do sistema de saber do país pela administração Bolsonaro.

Um, do início de abril, a edição da medida provisória 1.112/2022, ao criar o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País, que visa retirar de circulação de veículos de carga com mais de 30 anos de uso. A medida é até meritória. O problema reside no fato de o governo querer financiar o programa com recursos oriundos de contratos entre a Agência Nacional de Petróleo e as empresas concessionárias que exploram poços de óleo e gás. Desses contratos, 1% se destina a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para a área de petróleo e gás.

Entre 2016 e 2022, mais de 2.500 projetos foram contemplados, envolvendo cerca de R\$ 10 bilhões e 94 instituições de pesquisa espalhadas por quase todos os estados da federação. Desde 1998 a área de petróleo e gás usufrui dos resultados desses projetos; sem eles, o Brasil não teria elevado a produção de 866 mil de barris/dia, em 1997, para os atuais 3 milhões de barris/dia. O valor despendido em PD&I pelas conces-

[...]

Bloqueio [a fundo científico] afetará centenas de projetos de pesquisa e programas especiais e estratégicos para o Brasil; entre eles, a título de exemplo, a construção do reator multipropósito. O equipamento atenderá a demanda do país em radiofármacos e produção de medicamento para combate ao câncer

sionárias em 22 anos equivale, atualmente, à produção brasileira de petróleo de 20 dias.

Se já havíamos aprendido a transformar riqueza em conhecimento, esses investimentos mostram que aprendemos também a fazer o caminho inverso: transformar conhecimento em riqueza. Se a MP 1.112/22 não for derrubada pelo Congresso Nacional, o Brasil sucateará uma espetacular rede de financiamento à PD&I, com potenciais gigantescos de inserir o país na economia de baixo carbono.

A segunda ação destruidora, do final de maio, é o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões (55%) do total dos recursos previstos para este ano do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (R\$ 4,5 bilhões). O FNDCT é a maior fonte de financiamento da ciência brasileira. O bloqueio afetará centenas de projetos de pesquisa e programas especiais e estratégicos para o Brasil; entre eles, a título de exemplo, a construção do reator multipropósito. O equipamento atenderá a demanda do país em radiofármacos e produção de medicamento para combate ao câncer.

O que levou décadas para a sociedade brasileira construir está sendo desmontado com elevada rapidez, incompreensível antipatriotismo e irracional motivação ideológica.

29/07/22 – web

Da ciência básica ao desenvolvimento tecnológico

Sem investimentos em ciência um país não tem os conhecimentos necessários para superar desafios impostos pela natureza, sociedade e economia

29.jul.2022 às 8h44

Esta coluna foi escrita para a campanha #ciêncianaseleições, que celebra o Mês da Ciência. Em julho, colunistas cedem seus espaços para refletir sobre o papel da ciência na reconstrução do Brasil. Quem escreve é **Fábio Guedes Gomes**, diretor-presidente da Fapeal (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas) e secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro.

★

Os países que alcançaram a maturidade no desenvolvimento econômico e se firmaram no grupo hegemônico de poder internacional no século 20 não fizeram esse caminho sem um longo período de investimento em conhecimento científico (<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/05/entidades-alertam-para-possivel-corte-bilionario-em-ciencia-no-brasil.shtml>). É responsabilidade da ciência

(<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/>) desafiar a si mesma, compreendendo os fenômenos que cercam a sociedade e a natureza. Dessa forma uma nação consegue superar grandes dilemas ou problemas, se mostrando mais preparada diante de seus concorrentes no plano da competição intercapitalista.

Sem investimentos em ciência básica um país não conta com os conhecimentos que possibilitem a superação de desafios impostos pela dinâmica da natureza, da sociedade e da economia. Nesse sentido, ficam visíveis os desdobramentos que o desenvolvimento da ciência básica promove sobre as possibilidades de progresso das ciências aplicadas e avanços tecnológicos. O desenvolvimento econômico e o domínio tecnológico da Alemanha, por exemplo, têm relação direta com o conhecimento acumulado em setores como química, engenharia de motores, componentes elétricos e processos.

Os sucessivos contingenciamentos orçamentários e cortes financeiros da ciência brasileira (<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/06/governo-federal-bloqueia-r25-bilhoes-do-financiamento-da-ciencia.shtml>), a partir de 2015, além de afetar a produção do conhecimento nacional e dismantlar sua estrutura – universidades e centros de pesquisa –, prejudicam o desenvolvimento tecnológico e empresarial, contribuindo com a baixa produtividade do país. A recente tentativa do governo federal em remanejar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico interromperia programas públicos promissores de fomento à criação de empresas de base tecnológica e inovação industrial, como o Centelha, o Tecnova e os projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Esses programas e estratégias têm o potencial de alimentar a cultura do empreendedorismo tecnológico e conectar o conhecimento técnico-científico produzido nas instituições universitárias e centros de pesquisa e desenvolvimento aos problemas de empresas e mercados.

Duas áreas, entre outras, se beneficiaram do alinhamento entre ciência básica e progresso tecnológica no Brasil: saúde e agricultura (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/agricultura/>) tropical. Na década de 1970, os estudos sobre a fixação biológica de nitrogênio, liderados pela pesquisadora Johanna Döbereiner na

Embrapa, revolucionaram a produção agrícola brasileira. Nos anos 1990, a produção de insulina humana injetável a partir da insulina de porco, pela empresa Biobrás e com o apoio de bioquímicos da UFMG, coordenados pelos pesquisadores Marcos Luiz dos Mares Guia e Lewis Greens, revolucionou o tratamento da diabetes. Na mesma década, realizou-se pela primeira vez o sequenciamento genético da bactéria *Xylella fastidiosa*, causadora de uma temida praga nos laranjais, dentro do Projeto Genoma-Fapesp, abrindo largas possibilidades à área de biologia molecular.

Exemplos como esses, associando grandes desafios, ciência, tecnologia e inovação, apontam para a importância e a necessidade de contarmos com a sensibilidade de lideranças políticas, gestores públicos e parlamentares na defesa dos investimentos na ciência do país e em sua infraestrutura de pesquisa.

ESPAÇO ABERTO

Ciência? Pra que ciência?!

Fábio Guedes Gomes

Em fevereiro de 2021 o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) tinha pleno conhecimento de que 16 vacinas contra o novo coronavírus vinham sendo desenvolvidas no Brasil. Desse montante, seis estavam em estágio avançado e necessitavam de aportes extras de recursos para viabilizar sua continuidade.

Ao reconhecer que a criação de uma vacina nacional seria fundamental na busca da autonomia do País para o combate à covid-19, o MCTI solicitou ao Ministério da Economia um crédito suplementar de R\$ 390 milhões.

Em consonância com o discurso presidencial, o Ministério da Economia afirmou que “a demanda por crédito extraordinário para pesquisa em andamento, quando havia vacinas aprovadas e em uso em alguns países, não preenchia os requisitos constitucionais demandados para uma proposição de uma medida provisória” destinada à liberação de mais recursos para o fomento à ciência e tecnologia.

Neste momento, vale relembrar a dramática situação que o Brasil viveu em 2015, quando mais de 2.400 crianças, em 20 Estados da Federação, nasceram com microcefalia. Antes

que a situação ganhasse dimensão de calamidade sanitária, uma rede de pesquisadores de instituições de Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais intensificou as investigações para compreender o fenômeno. Muito rapidamente, identificaram que a causa da microcefalia estava associada a uma infecção provocada pelo zika vírus. Mas o fundamental, neste caso, foi a disposição do governo federal em liberar cerca de R\$ 70 milhões para financiar os projetos de pesquisa que buscavam soluções para o problema. Sem esses esforços, seguramente o número de vítimas teria sido muito maior.

Como ocorrera com o zika vírus, também no caso da covid-19 o Brasil poderia ter dado um grande exemplo ao mundo não somente no combate à doença, mas também na colaboração internacional da produção de vacinas. Temos expertise na área. Por exemplo, a vacina contra o sarampo foi desenvolvida e lançada pela Fiocruz em 1983. Quando adequadamente financiada, a ciência brasileira entrega resultados. Não por acaso, ocupamos o 14.º lugar no ranking mundial da produção científica, posição que nos coloca vizinhos de países como França, Espanha, Coreia do Sul e Austrália.

Exemplos recentes são assustadores e ilustrativos de que Jair Bolsonaro vai muito além do discurso negacionista

Contudo, nem mesmo a necessidade de combater a maior e mais grave pandemia que o mundo enfrentou depois da gripe espanhola conseguiu motivar o presidente da República a admitir a importância do conhecimento científico e reconhecer a competência da ciência brasileira. Não foi por escassez de múltiplas evidências e inúmeros exemplos de atitudes políticas. Trata-se de uma posição eminentemente

ideológica que está levando o Brasil para um patamar de desestruturação de instituições e políticas públicas em que o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico atuam direta e indiretamente, sempre em benefício do País.

Não constitui exagero afirmar que a grande irresponsabilidade do governo federal com o futuro é algo somente comparável aos efeitos destrutivos causados por guerras ou desastres naturais. A diferença é que, enquanto estes provocam efeitos imediatos, a política de sufocar financeiramente o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação faz diminuir nossas universidades e instituições científicas, sucateando aos poucos sua infraestrutura e provocando a migração de pesquisadores para o exterior.

Exemplos recentes são assustadores e ilustrativos de que Jair Bolsonaro vai muito além do discurso negacionista. No início de junho, ele bloqueou R\$ 2,5 bilhões (55%) do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Já agora, em julho, tentou anular a Lei Complementar n.º 177/2021, que impede o governo de contingenciar recursos do FNDCT. Aliás, mais do que contingenciar, o governo preparou um ar-

cabouço legal para se apropriar do FNDCT. Foi derrotado no Congresso Nacional, fruto de acirrada mobilização das entidades científicas e empresariais dos setores inovadores da economia.

O FNDCT é a principal fonte de financiamento da ciência brasileira. É constituído não por tributos federais, mas sim, majoritariamente, por contribuições de empresas exploradoras ou concessionárias de diversas atividades econômicas, como petróleo, energia, transporte e recursos hídricos, por exemplo. É dinheiro “carimbado” para ciência e inovação.

Também no início de junho, o governo cortou R\$ 1,6 bilhão (7,2%) do orçamento das universidades e institutos federais, que, então, correm risco enorme de não fecharem as contas de 2022. Em 2019, o orçamento discricionário dessas instituições foi de R\$ 6,2 bilhões; na lei orçamentária de 2022, de R\$ 5,3 bilhões; e, agora, com o corte de R\$ 1,6 bilhão, restarão a elas R\$ 4,9 bilhões.

Sob Bolsonaro, o Brasil do conhecimento científico se esvai. Custará caro reconstituí-lo. ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA LOCAL, É SECRETÁRIO EXECUTIVO DA INICIATIVA PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PARLAMENTO (ICTP)

12/07/22 – web

CONGRESSO NACIONAL (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/congresso-nacional/>)

Congresso rejeita medida que bloqueava R\$ 2,5 bilhões da ciência

Projeto era criticado por entidades por abrir brecha para aplicação do recurso em outras áreas; proposta foi aprovada sem o trecho

12.jul.2022 às 18h15

Samuel Fernandes (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/samuel-fernandes.shtml>)

SÃO PAULO Um dispositivo que abriria brecha para o bloqueio e a transferência de mais de R\$ 2,5 bilhões destinados ao financiamento científico (<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/05/sou-ciencia-promove-seminario-sobre-financiamento-da-ciencia.shtml>) do Brasil foi rejeitado nesta terça (12) em votação no Congresso Nacional.

A medida fazia parte do PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) 17/22, que foi aprovado e será encaminhado para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL). Porém, por 197 votos contra 187, os parlamentares decidiram retirar o trecho criticado por entidades científicas, que viam um ataque ao orçamento destinado para o setor.

Em junho, o Governo Federal bloqueou o valor (<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/06/governo-federal-bloqueia-r25-bilhoes-do-financiamento-da-ciencia.shtml>) de R\$ 2,5 bilhões do orçamento previsto do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O fundo foi criado em 1969 e é um importante mecanismo para financiar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Uma lei publicada em janeiro de 2021, no entanto, havia proibido o contingenciamento dos recursos do (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2021/09/nao-se-combate-a-fuga-de-cerebros-com-migalhas.shtml>) FNDCT (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2021/09/nao-se-combate-a-fuga-de-cerebros-com-migalhas.shtml>). O trecho agora excluído da proposta visava dar segurança jurídica ao bloqueio do governo Bolsonaro por meio de um novo instrumento legislativo.

"Não tem base jurídica para manter esse bloqueio, então eventualmente isso seria desbloqueado", afirma José Roque da Silva, diretor-geral do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais).

O texto permitiria ainda que o orçamento do fundo pudesse ser utilizado para outros fins. Essa transferência, no entanto, não seria automática — seria necessária a edição de novos projetos de lei que disponibilizassem esse valor para outras ações que não aquelas ligadas ao fundo.

O atual congelamento de recursos e a possibilidade de aprovação da medida que prolongaria o contingenciamento preocupam entidades. No caso de Silva, a apreensão maior é com a continuidade dos projetos do CNPEM, centro onde se desenvolve o Sirius, um acelerador de partículas localizado em Campinas (SP)

(<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/06/em-campinas-acelerador-de-particulas-investigara-o-interior-da-materia.shtml>).

O diretor explica que o acelerador envolve várias estações de trabalho que podem chegar a 38. No momento, o projeto encontra-se na fase 1 de desenvolvimento, em que deveriam funcionar 14 dessas estações, mas só seis estão operando. "O orçamento para a conclusão da fase 1 estava alocado dentro desses R\$ 2,5 bilhões. Então o cancelamento dessa dotação impediria que o Sirius pudesse ser concluído

(<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioessau/2021/10/malor-investimento-no-sirius-foi-no-governo-temer-com-bolsonaro-houve-cortes-na-ciencia.shtml>)", afirma.

O presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência), Renato Janine Ribeiro (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2020/02/governo-federal-ameaca-a-autonomia-universitaria.shtml>), escreveu uma nota que repudiava o PLN 17. O texto foi ratificado por outras entidades científicas do país, como a ABC (Academia Brasileira de Ciências).

Para Ribeiro, a decisão do Congresso foi "uma vitória importante" para a comunidade científica. "Vamos continuar mobilizados em defesa da ciência, tecnologia e educação, mas hoje conseguimos uma vitória graças ao empenho da comunidade científica e a participação dos parlamentares comprometidos", declarou.

Fábio Gomes, secretário executivo da ICTP (Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento), diz que a rejeição ao trecho do PLN 17 foi uma salvação ao financiamento científico no Brasil. "A ciência, tecnologia e inovação brasileiras não podem mais recuar de seus investimentos porque há alguns anos que a ciência e a educação vêm perdendo recursos" (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/05/governo-bolsonaro-corta-r32-bilhoes-do-orcamento-do-mec.shtml>), afirma. A organização atua junto ao Legislativo em prol do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Na votação desta terça, o deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO), relator que fez um parecer favorável ao PLN, afirmou que o projeto não retirava verba do fundo e que, se isso ocorresse, o governo tinha firmado um compromisso para recompor a verba, se fosse necessário.

Parlamentares contrários à medida rebateram. O deputado Afonso Florence (PT-BA) disse que, mesmo com a reposição posterior do valor retirado, o projeto teria impacto negativo por suspender editais e pesquisas financiados no momento pelo FNDCT.

Indicado pelo Palácio do Planalto para comentar a medida, o Ministério da Economia afirmou que o projeto de lei traria maior segurança jurídica ao FNDCT. O ministério também reiterou que a proposta está de acordo com as atribuições do Poder Executivo conforme a Constituição Federal.

02/09/2022 – web

UNIVERSIDADE ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/UNIVERSIDADE/](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/universidade/))

CONGRESSO NACIONAL ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CONGRESSO-NACIONAL/](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/congresso-nacional/))

Ciência brasileira neste ano acabou, diz pesquisador sobre MP que limita gastos

Fábio Gomes, presidente de fundação de fomento, cobra do Congresso devolução da medida e diz que área sofre perseguição sob Bolsonaro

2.set.2022 às 13h05

Atualizado: 2.set.2022 às 15h21

Phillippe Watanabe (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/phillippe-watanabe.shtml>)

SÃO PAULO A ciência brasileira está sofrendo perseguição e uma tentativa de sufocamento, alerta Fábio Guedes Gomes, presidente da Fapeal (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas) e secretário-executivo da ICTPBr (Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro).

A declaração é dada no momento em que sociedades científicas se movimentam para reverter o contingenciamento do FNDCT

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/manobra-de-bolsonaro-permite-corte-em-ciencia-e-cultura-para-desbloquear-orcamento.shtml>) (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com duração até 2026, determinada pela MP (Medida Provisória) 1.136/2022.

A medida foi publicada na segunda (29), pelo governo Jair Bolsonaro (PL) (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/jair-bolsonaro/>), e determina um limite de gastos de 58% do fundo para 2023, de 68% em 2024, de 78% em 2025 e de 88% em 2026.

Com essa MP e uma segunda, que corta verba da área cultural, o objetivo do governo Bolsonaro é redirecionar espaço no Orçamento para acomodar outras despesas, inclusive emendas parlamentares, e ajudar a fechar as contas da proposta para 2023 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/governo-corta-42-da-saude-e-depende-de-emendas-para-cumprir-gasto-minimo.shtml>).

"Parece que tem uma linha de perseguição à ciência, que se reveste da tecnicidade das contas públicas", afirma Gomes, que aponta não ser a primeira vez que Ministério da Economia toma medidas para retirar dinheiro da pesquisa nacional (<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/05/entidades-alertam-para-possivel-corte-bilionario-em-ciencia-no-brasil.shtml>), "A pasta da Economia sempre foi um problema histórico para a ciência brasileira."

Procurado pela reportagem, o Ministério da Economia afirmou que não se trata de contingenciamento. "Porque contingenciamento ocorre quando recursos previstos são passíveis de limitação, e os recursos referenciais previstos para aplicação do fundo estão garantidos", disse a pasta, em nota.

O ministério também cita outra parte da MP que diz respeito à taxa de juros. A taxa de juros de longo prazo, conhecida como TJLP, foi substituída pela taxa referencial, o que visa, segundo o governo, reduzir tanto o custo dos empréstimos feitos pelo FNDCT (considerando a parte dos recursos reembolsáveis que compõem o fundo) quanto a despesa com equalização de juros do próprio fundo.

"Ou seja: espera-se que o Fundo consiga, com as mudanças realizadas, emprestar mais recursos e a um custo menor, tanto para o tomador final quanto para o próprio Fundo", diz o ministério, em nota.

Com a medida, nem mesmo dinheiro para o resto deste ano há, diz Gomes. A MP coloca um limite de verba de R\$ 5,5 bilhões para 2022. "Se essa medida provisória não for devolvida pelo Congresso ao presidente, acabou a ciência e tecnologia este ano", diz. "Há uma linha de trabalho para sufocar a área."

Despesas que deveriam ser pagas neste ano terão que ficar para o ano que vem, e assim por diante, o que vai inviabilizar a ciência nacional, segundo o presidente da Fapeal. "Você não vai ter nada novo até 2026, não tem dinheiro", afirma.

Gomes aponta que já há projetos com chamadas abertas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) que serão impactados pelo contingenciamento de recursos do FNDCT.

"Em um linguajar bem comum, é um bando de cheque sem fundo", afirma o secretário-executivo da ICTPBr. "Essa semana mesmo eu assinei um acordo com o CNPq de fixação de jovens doutores. Esses programas, em parceria com as fundações estaduais, estão completamente ameaçados."

Entidades científicas têm afirmado que as ações do governo envolvendo o FNDCT passam por cima da lei complementar 177, de 2021. O artigo 11, parágrafo 3º, afirma que é "vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência".

Em nota assinada por dezenas de associações científicas nacionais, o presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Renato Janine Ribeiro (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2022/07/como-a-ciencia-pode-nos-ajudar-a-fortalecer-a-democracia.shtml>), afirma que essa medida provisória faz parte de uma sucessão de "atos arbitrários pelos quais a Presidência da República anula ou suspende a execução de leis aprovadas pelo Congresso".

Além da MP atualmente sendo contestada, o representante da Fapeal relembra da apelidada "MP da Sucata" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/senado-aprova-mp-que-permite-a-empresas-de-petroleo-usar-dinheiro-de-pesquisa-para-renovar-frota-de-caminhoes.shtml>) (MP 1.112 de 31 de março de 2022), enviada ao Congresso pelo governo e aprovada nas Casas legislativas no início de agosto. Nesse caso, recursos de companhias petrolíferas que deveriam ir para atividades de pesquisa em óleo e gás serão transferidas para o financiamento de desmonte e sucateamento de veículos pesados com mais de 30 anos.

As entidades científicas agora pressionam o Congresso para que a MP que contingencia o FNDCT até 2026 seja devolvida ao governo Bolsonaro.

No Senado, já há movimentação para que a devolução ocorra. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) protocolou, nesta quinta (1º), dois requerimentos para pressionar pela devolução (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/09/eduardo-braga-pressiona-por-devolucao-de-mps-que-adiam-dinheiro-para-cultura-e-ciencia.shtml>). A decisão de devolver uma MP é do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pacheco e a advocacia do Senado declararam que analisam a MP.

14/10/2022

Governo Bolsonaro retira R\$ 1,2 bilhão de recursos para ciência

Dinheiro para o FNDCT foi direcionado aos ministérios da Economia, do Desenvolvimento Regional e do Trabalho

Samuel Fernandes

SÃO PAULO O governo Jair Bolsonaro (PL) publicou três portarias que retiram mais de R\$ 1,2 bilhão do FNDCT (Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A ação fez com que seja aberto espaço no orçamento para os ministérios da Economia, do Desenvolvimento Regional e do Trabalho e Previdência.

O FNDCT é um importante mecanismo para financiar o desenvolvimento científico e tecnológico. Parte desse recurso é destinada para institutos de pesquisas. Outra parcela compõe um crédito voltado para empresas que desejam realizar pesquisas.

A Folha entrou em contato com a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, área vinculada ao Ministério da Economia e de onde a portaria foi editada, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

O governo federal já havia tentado bloquear os recursos do fundo em outras oca-

siões. Um desses casos ocorreu em julho e envolveu um dispositivo contido no PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) 17/22 que abria uma brecha para o bloqueio e a transferência de mais de R\$ 2,5 bilhões. Mas na votação do Congresso Nacional o trecho foi rejeitado.

Passado um pouco mais de um mês, no final de agosto, o governo editou a MP (Medida Provisória) 1.136/2022 que permite cortar verbas na área de ciência e tecnologia, redirecionando o espaço no Orçamento para acomodar outras despesas, incluindo emendas parlamentares.

O mais recente bloqueio ocorreu por meio de três portarias com efeitos desde sua publicação, nos dias 3, 5 e 8 de outubro. Na prática, elas têm uma finalidade parecida com a da MP 1.136: disponibilizar recursos do Orçamento para outras finalidades à custa de diminuir os fundos destinados ao financiamento científico.

O novo mecanismo fez com que entidades científicas criti-

cassem a decisão do governo. Uma nota foi publicada nesta quinta (13) pela ICTP (Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento) e assinada por outras organizações, como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ABC (Academia Brasileira das Ciências).

No documento, as entidades afirmam que projetos financiados pelo FNDCT "serão drasticamente prejudicados com a descontinuidade no financiamento, devido à nova Portaria".

Uma dessas iniciativas é o Sirius, um acelerador de partículas localizado nos arredores de Campinas, no interior de São Paulo. O projeto teve R\$ 77 milhões bloqueados pela portaria. Antes desse bloqueio, o programa já passava por dificuldades no seu orçamento.

Além dele, mecanismos de fomento em diversas áreas científicas tiveram seus recursos suspensos. Para o financiamento de pesquisas na área de saúde, por exemplo, foram mais de R\$ 30 milhões bloqueados.

Ministério da Ciência recompõe orçamento em 2022, mas cientistas ainda não comemoram. Saiba por quê

Na Fapesp, que banca pesquisas em São Paulo, receita cresceu, mas produção científica não acompanhou ritmo

Rafael Garcia
18/02/2022 - 03:30

SÃO PAULO - Em 2022, o financiamento da ciência brasileira começou com notícias positivas. Após passar 2021 com o pior orçamento da década, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem agora R\$ 6,9 bilhões livres de gastos com pessoal para investir em pesquisa. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) tem previsão de orçamento recorde, com R\$ 1,85 bilhão, e outros órgãos estaduais do setor em geral estão em boa saúde financeira.

Cientistas exibem muita cautela, porém, em demonstrar otimismo, porque temem que um volume significativo de recursos seja contingenciado, como ocorreu em anos recentes. E na agência de fomento paulista, que é maior que as do governo federal, a quantidade de projetos de pesquisa não cresceu na mesma proporção do dinheiro, culpa sobretudo do impacto da pandemia.

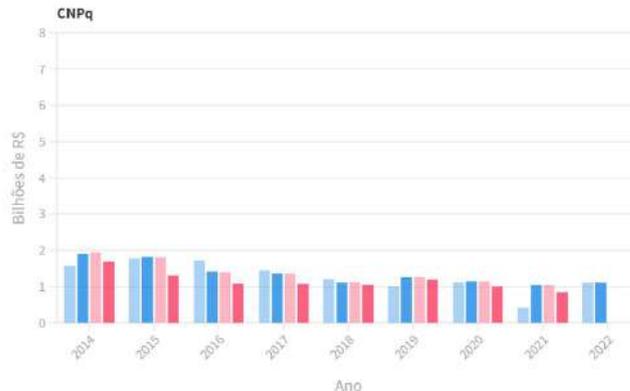
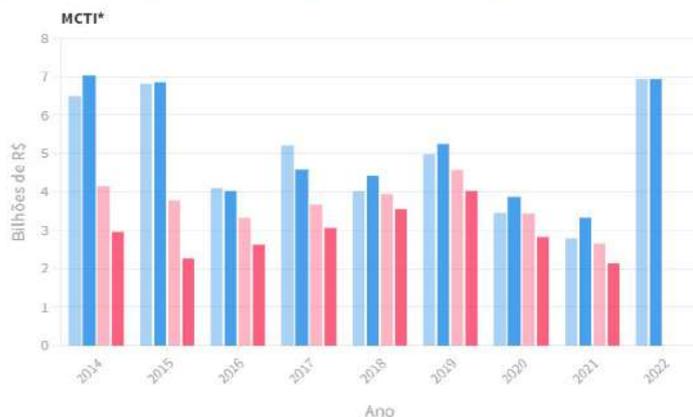
Se o orçamento inicial do MCTI conseguir manter se manter no mesmo patamar ao longo das próximas três etapas de execução ("revisar", "empenhar" e "realizar" os gastos previstos), os recursos para ciência brasileira triplicariam de um ano para outro. Agremiações acadêmicas, porém, acreditam que isso seja pouco provável.

Verbas da ciência

A diferença entre o orçamento aprovado e efetivamente realizado no MCTI

Apesar de aumento na previsão inicial, lei orçamentária não recompõe perdas do CNPq

■ Orçamento inicial ■ Orçamento atualizado ■ Orçamento empenhado ■ Orçamento realizado



Dados: Portal da Transparência • (Valores não corrigidos pela inflação)
* Cálculo inclui CNPq e exclui despesa obrigatória com pessoal/encargos. Recursos externos sob supervisão do FNDCT não incluídos.

Para o filósofo Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um dos problemas do atual orçamento federal para ciência é que uma boa parte dele (cerca de R\$ 3 bilhões) fica sob os auspícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

— O FNDCT não pode sustentar o orçamento do MCTI. A ideia do FNDCT era de que ele fosse um 'plus' para a ciência. Nos últimos anos, além disso, o Ministério da Economia tem preferido liberar com mais ênfase os recursos reembolsáveis, ou seja, empréstimos — diz o professor da USP.

Esse problema deixava o FNDCT mais vulnerável aos cortes de verba para ajuste fiscal, os "contingenciamentos", porque nem sempre o fundo conseguia rolar toda sua carteira reembolsável.

No ano passado, uma lei complementar federal determinou que o FNDCT não pode mais ser contingenciado, novidade que os cientistas comemoraram por pouco tempo, até o governo usar um subterfúgio para reter recursos do fundo de novo.

— Há um artigo que diz que os assuntos dessa lei que não são reservados a leis complementares podem ser mudados por lei ordinária. Isso aconteceu ainda no ano passado, com a retenção de recursos no fundo, o que não deveria ocorrer porque a lei já estava em vigor. Esperamos que neste ano não ocorra — afirma Janine.

Uma das consequências do peso desproporcional do FNDCT no orçamento federal é que a principal agência federal de fomento à pesquisa, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), continua com as contas estranguladas. Com cerca de R\$ 1,1 bilhão livres de gastos com pessoal e encargos, o valor representa 40%

bilhão livres de gastos com pessoal e encargos, o valor representa 40% menos do que era 8 anos atrás, quando começou a ser afetado pela crise fiscal. Além disso, uma parte pequena desse valor se destina a investimentos de infraestrutura e equipamento e não são bolsas de pesquisa.

No vácuo da falta de verbas do CNPq, as chamadas FAPs (fundações estaduais de amparo à pesquisa) começaram a ganhar mais protagonismo no financiamento à ciência.

— No ano passado todas elas juntas executaram cerca de 3,5 bilhões, mais que o triplo do CNPq — afirma o economista Fábio Guedes Gomes Fábio Guedes Gomes, presidente da FAP de Alagoas.

Gomes também é secretário-executivo da ICTP (Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento), articulação acadêmica para proteger os recursos do setor em diálogo com o Congresso Nacional. Segundo ele, o grupo está trabalhando com deputados para recompor parte do orçamento perdido do CNPq, que é uma das frentes mais estranguladas do sistema federal de ciência e tecnologia.

— As fundações estaduais têm cumprido seu papel, mas não podem, claro, substituir a função do governo federal — diz. — Existem hoje muitos estudantes de pós-graduação sem bolsa de mestrado e doutora, e boa parte dos estados têm comunidade acadêmica grande, que sofreu muito com o corte foi profundo e o contingenciamento de 2016 a 2021.

Na Fapesp, faltam projetos de pesquisa

Na Fapesp, se o problema atual não é falta de verbas, mas de iniciativas de pesquisa e inovação, que vem se prolongando como efeito da pandemia.

— Uma parte da atividade científica foi muito intensa nesse período. Quem trabalha com virologia, imunologia, vacina, por exemplo, foi muito demandado e atuou num ritmo muito forte. Mas outras atividades que requerem trabalho presencial foram muito impactadas no Brasil e no mundo — diz Luiz Eugênio Mello, diretor científico da Fapesp.

Segundo ele, a fundação, que tem por lei direito a 1% da receita estadual de ICMS, está fazendo um esforço extra para a atividade de pesquisa em São Paulo recobrar forças neste ano. Uma das medidas que a agência paulista tomou após o anúncio da receita recorde é o reajuste no valor das bolsas de pesquisas neste ano, em 15%.

— Ainda no ano passado, nós fizemos uma chamada no modelo Cepid (Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão) com 720 milhões de reais. A Fapesp nunca tinha feito nada desse tamanho na história, mas com a perspectiva de aumento de arrecadação, isso abria espaço para ações mais ambiciosas — disse.

Blogs / Míriam Leitão



Míriam Leitão

O olhar único que há 50 anos acompanha o que é notícia no Brasil e no mundo

Entidades de ciência e inovação repudiam MP que retira verba de pesquisa para a renovação da frota de caminhões

Cientistas consideraram que é o 'mais um grave atentado ao sistema de produção de pesquisa e desenvolvimento tecnológico brasileiro'

Por Ana Carolina Diniz



A aprovação da MP que cria o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária gerou repúdio das entidades de ciência e inovação do país. Isto porque o texto aprovado altera a Lei N° 9.478, de 6 de agosto de 1997, que obriga as empresas petrolíferas a destinarem de 0,5 a

1% de sua receita bruta para projetos focados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I). Esta verba, de 2022 a 2027, será destinada para custear a renovação da frota de caminhões do país. Agora vai para a sanção presidencial.

Marcela Flores, diretora executiva da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), critica o desvio do recurso. Para ela, cortar recursos de pesquisa é sacrificar o futuro da inovação no Brasil.

Em nota, as entidades que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro lamentam a decisão e consideraram mais um grave atentado ao sistema de produção de pesquisa e desenvolvimento tecnológico brasileiro e à uma das mais "exitosas políticas públicas de cunho estratégico que o país já construiu".

"Os recursos serão desviados para uma atividade que não tem qualquer relação com sua finalidade original"

Segundo as entidades, graças a esses recursos, o Brasil alcançou a autossuficiência na produção de petróleo, foram construídos mais de 150 laboratórios, distribuídos por todo o país, adquiridos equipamentos modernos e firmados convênios e contratos com mais de 200 universidades e institutos de pesquisas. Toda essa estrutura emprega atualmente milhares de pessoas altamente qualificadas e pesquisadores de renome internacional.

"Esses investimentos também propiciaram o desenvolvimento de tecnologias para obtenção de hidrogênio verde, energia eólica em plataformas marítimas e biocombustíveis, todas de grande impacto positivo sobre o meio ambiente e o clima."



Governo federal prepara corte de R\$ 2,9 bilhões no orçamento da ciência

Redução ainda não anunciada oficialmente representa 42% dos gastos da pasta; medida viola lei que impede contingenciamento de fundo do setor, dizem cientistas

Por Rafael Garcia — São Paulo
27/05/2022 15h30 · Atualizado há 3 meses



O governo prepara um corte de R\$ 2,5 bilhões no orçamento de 2022 da principal fonte de recursos federais para a ciência, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A medida, que ainda não foi anunciada oficialmente, consta de um documento que circulou entre cientistas nesta sexta-feira junto com informação de uma redução de R\$ 426 milhões a serem retirados diretamente do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI).

Os dois cortes, uma vez confirmados, configuram uma perda de R\$ 2,9 bilhões, ou 42% do orçamento para o setor neste ano, descontada a folha de pagamento e outros gastos obrigatórios.

A decisão, tomada a pedido do Ministério da Economia, contraria determinação da lei complementar 177 de 2021, que proíbe o contingenciamento de verbas do FNDCT. Sociedades científicas brasileiras afirmam que já estão articulando uma ação judicial para contestar a redução.

Dos R\$ 6,9 bilhões orçados inicialmente para a ciência com gastos discricionários, restariam R\$ 4 bilhões. Segundo o Portal da Transparência do governo federal, até agora já foram empenhados R\$ 2,6 bilhões (R\$ 760 milhões já foram efetivamente pagos). Restaria então R\$ 1,4 bilhão em verbas federais para a ciência sobreviver pelo resto do ano.

No entendimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), objetivo do corte é abrir espaço para as medidas de reajuste do funcionalismo público anunciadas pelo governo federal, que custariam R\$ 8,2 bilhões aos cofres públicos.

O Globo entrou em contato com o MCTI para saber de onde o dinheiro deve ser retirado, mas não recebeu retorno até o início da tarde de sexta. A Academia Brasileira de Ciências (ABC), manifestou preocupação de que o corte pode afetar programas de pesquisa importantes a serem lançados nas áreas de doenças raras, novos medicamento, meio ambiente, fiscalização de solos e outros.

— A Lei Orçamentária Anual já era horrível e agora ficou pior ainda. Se existe uma lei complementar que diz que não pode contingenciar, como ele faz isso? — afirmou a cientista Helena Nader, presidente da entidade. — A sensação que me dá é de um desacato, inclusive com relação ao parlamento que votou essa lei.

Segundo a presidente, como o orçamento do próprio ministério começou a ser desidratado ao longo dos anos, o FNDCT cresceu muito em importância para a ciência do país, e um corte no fundo afeta mais do que afetaria em anos anteriores.

'Cheque sem fundo'

O detalhamento do corte de gastos ainda não foi divulgado, e a Secretaria de Orçamento Federal deu o dia de hoje como prazo para que o ministério informasse de onde as verbas seriam retiradas.

Segundo o economista Fábio Guedes Gomes, secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP), os cortes devem afetar programas já em andamento, não só aqueles que o governo pretendia anunciar ao longo do ano.

— Praticamente todas as ações de fomento à ciência que iam ser pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) através do ministério e através da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) estão prejudicadas — diz o professor da UFAL (Universidade Federal de Alagoas). — Cortando naquilo que não foi pago, é como se o governo tivesse assinado um cheque sem fundo.

A reação das entidades científicas à redução de orçamento vai depender de qual tipo de mecanismo o governo vai usar para efetivar o corte. A depender de se ocorrer um decreto, uma portaria ou uma tentativa de mudar a lei orçamentária, o instrumento de reação legal é diferente.

Segundo o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, a escolha da ciência como uma das áreas com maior corte para acomodar o reajuste do funcionalismo seria uma forma de punir a comunidade acadêmica por boa parte dela não se alinhar à administração Bolsonaro.

— É inacreditável que, mesmo depois de todas as contribuições da ciência nestes anos difíceis da pandemia de Covid-19, a ciência siga sendo atacada pelo governo federal — disse o filósofo e professor, em comunicado.

Na opinião da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o corte no orçamento da ciência prejudicará a recuperação econômica do país.

"As principais estratégias dos países mais avançados têm como base a inovação, a ciência e a tecnologia como vetores principais do desenvolvimento. No Brasil, os recursos têm sido reduzidos tanto no FNDCT quanto em outros orçamentos de CT&I" disse em nota o presidente da entidade, Robson Braga de Andrade.

Bloqueio de recursos de fundo da ciência deve prejudicar mais de 70 projetos, dizem entidades

Em carta, instituições pedem que Rodrigo Pacheco devolva a MP ao Executivo

Por Paula Ferreira

30/08/2022 15h31 · Atualizado há 5 meses



Entidades brasileiras ligadas à Ciência afirmam que mais de 70 ações e programas serão prejudicados pela **Medida Provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro** para limitar o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Uma nota divulgada pelas instituições acusa o governo de "sacrificar" a ciência brasileira e pede que o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD), devolva a MP ao Executivo "sob pena de nosso País assistir ao colapso de sua produção científica".

Na segunda-feira, o governo editou uma medida que permite o bloqueio de parte do fundo de maneira escalonada até 2027. Já para este ano a medida fixou um teto de R\$ 5,5 bilhões para uso do FNDCT, bem abaixo da receita de R\$9 bilhões arrecadados pelo fundo neste ano. A MP tenta reverter uma derrota do governo no Congresso. Em junho, o legislativo impediu remanejamento de recursos do FNDCT para outras áreas. Com a MP, no ano que vem, por exemplo, haveria obrigação legal de gastar apenas 58% do total da arrecadação prevista no ano e não o valor integral, como definia a legislação.

"Considerando que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à CT&I, pode-se concluir que os valores empenhados de cerca de R\$ 2,7 bilhões não serão mais honrados em 2022. Pune-se as instituições por serem eficientes no uso e transparência dos recursos públicos", diz a nota, complementando:

"Isso significa que mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq, Finep e das Organizações Sociais vinculadas ao Ministério, serão diretamente prejudicados, com um prejuízo impossível de avaliar para a Ciência brasileira."

A nota divulgada pela Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), que reúne oito grandes entidades científicas brasileiras — entre elas a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)—, classifica a MP como uma "manobra para retirar recursos do financiamento à Ciência brasileira" e afirma que a medida é uma "afronta" ao Congresso.

"Para agravar a situação, a MP ainda impõe um escalonamento até 2027 dos percentuais do Orçamento que serão liberados para o FNDCT. Na prática, todas as ações e programas que não forem honrados no exercício de 2022, serão transferidos para o ano de 2023, comprometendo, assim, o orçamento liberado deste ano, e assim por diante, até 2027", argumenta o documento. "Essa Medida Provisória afronta o Congresso Nacional que, em 2021, foi altivo e demonstrou seu respeito à Ciência brasileira, aprovando a Lei Complementar nº 177, derrubou o veto presidencial e manteve a obrigatoriedade do Governo Federal em executar todo o orçamento do FNDCT."

Entidades da indústria, comércio, serviços e bancos condenam atos terroristas

Febraban, CNI, CNC, Abia, estão entre as instituições que cobram punição dos responsáveis

Por Bruno Rosa, Glauce Cavalcanti, Luciana Casemiro e Mariana Barbosa

09/01/2023 20h22 - Atualizado há um mês



Entidades representantes da indústria, comércio, serviços e setor divulgaram notas condenando os atos terroristas ocorridos neste domingo na capital federal do país. Além disso, as instituições pedem que sejam aplicadas punições severas aos responsáveis, destacando que a estabilidade institucional e a manutenção da democracia são fundamentais para a economia brasileira.

Veja a seguir as notas de repúdio divulgadas pelas entidades que emitiram posicionamento:

Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro - ICTP.Br

Em nota, as entidades da iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro - ICTP.Br dizem que a "sociedade brasileira não pode aceitar, tampouco ser conivente, com movimentos radicais, de natureza fascista da extrema direita, que buscam golpear a democracia brasileira, não reconhecendo o resultado da eleição presidencial de 2022".

Entre as entidades que assinam a nota estão a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Brasil

Congresso barra proposta do governo que liberava corte em principal fundo da Ciência

Projeto abria brecha para remanejar recursos do FNDCT, que financia pesquisas no país; associação destaca 35 projetos que podem ser afetados

Por **Fernanda Trisotto**, O Globo — Brasília
12/07/2022 12h07 - Atualizado há 3 meses



Em um revés para o governo, o Congresso rejeitou nesta terça-feira dispositivo que liberaria o corte de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento de pesquisas científicas no país. Na lista dos estudos que poderiam ser afetados estava o que prevê o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. A proposta foi rejeitada por meio de um destaque apresentado por parlamentares da oposição.

Ao custo de R\$ 310 milhões, os estudos para desenvolver um imunizante estão na terceira fase das pesquisas, e têm como fonte de recursos o FNDCT, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O projeto que foi analisado nesta terça, na prática, permitiria que o governo usasse recursos deste fundo de financiamento de pesquisa para outros fins. Esse tipo de remanejamento é vetado.

Parte do orçamento desse fundo já está contingenciada — **são R\$ 2,5 bilhões bloqueados, mais da metade da verba prevista** —, mas com a possibilidade de serem liberados até o fim do ano. A outra parte do orçamento do FNDCT deste ano, R\$ 2 bilhões, já foi executada no primeiro semestre. Ou seja, caso o projeto fosse aprovado, o fundo poderia ficar completamente sem recursos para financiar pesquisas até o fim do ano. O valor previsto, mesmo sem cortes, já estava aquém do que o próprio fundo precisava para bancar todos os projetos neste ano, estimado em R\$ 6,456 bilhões.

A proposta do governo de transformar o bloqueio em corte vinha sendo criticada por entidades ligadas ao setor, como a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que listou 35 projetos de pesquisas que poderiam ser afetados com a medida, incluindo os estudos para a vacina de Covid.

A estratégia da oposição para derrotar o governo uniu parlamentares de diferentes legendas da oposição, como PT, União Brasil, PSD, Podemos, MDB e PSDB. O destaque — emenda ao texto principal do projeto — para retirar o trecho que permitiria o corte dos recursos foi aprovado por uma diferença de apenas dez votos na Câmara, por 197 a 187. Com isso, o texto nem precisou ser avaliado pelo Senado.

Para o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), que se opôs ao corte, o Congresso já havia decidido por não permitir o remanejamento dos recursos para pesquisas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada no ano passado. Segundo ele, os recursos do FNDCT devem ser executados integralmente.

— É um investimento fundamental para ciência e tecnologia nesse país, que contribuirá para a retomada econômica e qualificação profissional dos nossos jovens — afirmou o parlamentar.

Desestímulo à ciência

Em entrevista ao GLOBO, o secretário-executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), Fábio Guedes Gomes, disse que, de 2018 até este ano, o FNDCT já sofreu cortes de cerca de R\$ 25 bilhões. De acordo com o especialista, há ^[Sem título]esperança de que a verba contingenciada seja reposta até o final do ano, devido à pressão de pesquisadores junto ao governo. No entanto, a ausência de recursos, além de impedir o desenvolvimento de novas pesquisas, leva à estaca zero iniciativas que já estão sendo estudadas e requerem continuidade.

— Muitos ensaios tem validade, precisam de continuidade para terem série histórica, e o atraso de tempo traz um prejuízo duplo, porque justamente se perde o que já foi feito. Não haverá desistência por parte dos pesquisadores, mas há um desestímulo à ciência brasileira.

Ainda segundo o secretário-executivo da ICTP.Br, os sucessivos desestímulos à Ciência e Tecnologia no Brasil para beneficiar outras áreas estão diretamente relacionados à corrida eleitoral. Na visão do especialista, a educação não é prioritária no governo Bolsonaro.

— A reeleição do atual presidente está colocando em segundo plano a ciência, a educação e a saúde. Todos esses cortes vão gerar desafios para o próximo governo, que terá que recompor o orçamento, que já é o menor desde 2014.

Uma nota técnica conjunta das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado já alertava para problemas na proposta do governo, que queria usar os recursos do fundo para outros fins.

Uma nota técnica conjunta das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado já alertava para problemas na proposta do governo, que queria usar os recursos do fundo para outros fins.

“É imperioso destacar que há lei que não admite a adoção de qualquer procedimento que vise impedir a execução integral das despesas autorizadas no âmbito do FNDCT. Além disso, a lei de diretrizes orçamentárias não tem o condão de alterar essa ‘obrigatoriedade de execução’, uma vez que se ^[Sem título]determinada na lei específica do referido fundo”, alertaram.

Os consultores ainda explicam que esse tipo de despesa ultrapassa a fronteira de gastos discricionários, que podem ser usados livremente pelo governo, e não podem ser “constrangidos sequer com vistas ao cumprimento do teto de gastos da União”.

Entidades científicas criticam propostas de SUS pago e de mensalidade em universidades públicas

Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento afirma que o projeto militar é 'contrário aos valores éticos e políticos que norteiam a Constituição cidadã de 1988'

A **Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br)** - composta por entidades como Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** - publicou nesta quarta-feira, 26, comunicado contrário à "proposta demagógica de cobrar mensalidades no ensino superior público".

A nota da ICTP.Br foi publicada em posicionamento crítico após matéria do **Estadão** revelar o **projeto de militares, ligados aos Institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista, sugerindo a cobrar mensalidades em universidades federais**, além de propor a 'neutralização' de ideologias de ensino. A criação de mensalidades em instituições públicas de ensino superior também é tema da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206**, que entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Na carta, a ICTP.Br chama essas ideias militares de "projeto de Brasil contrário aos valores éticos e políticos que norteiam a Constituição cidadã de 1988". E diz que isso "criaria uma grande burocracia para identificar os alunos que podem pagar e os que não podem, sendo que a justiça social pode ser muito mais bem promovida pela progressividade das alíquotas no imposto de renda (federal), no imposto sobre veículos automotores (estadual) e no imposto predial e territorial urbano (municipal)".

A reportagem do **Estadão** também mostra que esse projeto dos militares prevê manter o poder até 2035 e defende o fim da gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento dos militares aborda 37 temas estratégicos. Trata de geopolítica, governança nacional, desenvolvimento, ciência, tecnologia, educação, saúde, defesa nacional e segurança.

A ICTP.Br também discorda das propostas para a saúde. "Tampouco estamos de acordo com a proposta de cobrar da classe média pelo uso dos serviços do SUS, que seria decorrência de tornar o acesso a ele pago para quem tenha renda superior a três salários mínimos."

O grupo de entidades científicas afirma que a "solução para as desigualdades sociais não reside na conversão de bens eminentemente públicos, como educação e saúde, em mercadorias, mas na universalização dos mesmos, com seu financiamento sendo baseado numa tributação justa e progressiva", diz a nota.

Ao final, a ICTP.Br direciona uma mensagem aos militares. "Finalmente, lembramos que, embora militares aposentados, como todo cidadão, tenham o direito a ter suas opiniões políticas, um princípio básico da democracia é que as pessoas que ela arma, como seus servidores policiais ou militares, têm que preservar um espírito de elevada autocontenção, não se valendo da força física para intimidar os cidadãos, a quem devem servir."

Converter educação em mercadoria não é saída, diz presidente da SBPC

Em artigo publicado no **Jornal da Ciência**, o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, enumera problemas relacionados à proposta de cobrar mensalidade no ensino superior público. "O primeiro é que os defensores dessa cobrança muitas vezes não sabem que mudou completamente o perfil do aluno da universidade pública, em especial graças à política de cotas. Não é mais verdade que o universitário típico, nas instituições federais, seja alguém que estudou em colégios particulares caros. Cada vez temos mais alunos que vêm das escolas públicas e cada vez mais descendentes de africanos ou de indígenas", destaca o filósofo.

Ciência e tecnologia Bloqueio de recursos

Entidade vê riscos a novos projetos de pesquisa com a edição de MP

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), Fábio Guedes Gomes, alerta para a bola de neve que será formada se a medida provisória que adia e limita gastos reservados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) não for devolvida ou rejeitada rapidamente pelo Congresso Nacional. Uma das principais consequências do texto, acrescenta ele, será a de dificultar a aprovação de novos projetos de pesquisa.

Pelos cálculos do ICTP.br, movimento organizado da comunidade brasileira de ciência e tecnologia para atuação permanente no Congresso, mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo CNPq, pela Finep e por organizações sociais vinculadas, como o Inpe, serão diretamente prejudicados.

ças do Centrão. Presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) está sendo pressionado por diversas entidades para devolver a MP.

A bola de neve será formada porque, se a despesa pre-

vista para a área de ciência e tecnologia não for paga neste ano, fica para 2023 e próximos anos, afetando os projetos que estão em andamento, inclusive aqueles que precisam de recursos do fomento ao custeio. A MP ainda

impõe um escalonamento até 2027 dos percentuais do orçamento que serão liberados para o FNDCT.

Na prática, todas as ações e programas que não forem honrados no exercício de 2022 serão transferidos para o ano de 2023, comprometendo, assim, o orçamento liberado deste ano, e assim por diante, até 2027.

“Vai comer o orçamento do FNDCT do próximo ano e assim para frente, o que significa dizer que, praticamente,

além de sufocar a área de ciência e tecnologia, não vai ter mais nada de novo”, diz o secretário. “Como revitalizar a pesquisa ou dar continuidade a ela se não tiver mais edital para os projetos?”, questiona ele. É por meio dos editais que os projetos são aprovados e ficam aptos a receber os recursos do FNDCT.

O orçamento de 2022 para o FNDCT era de R\$ 9 bilhões, enquanto a medida provisória limita os recursos em R\$ 5,5 bilhões. ●

OBRAS INICIADAS



UM EMPREENDIMENTO SINGULAR
NO BAIRRO MAIS PLURAL DE SÃO PAULO.



Perspectiva artística da praça. Imagem preliminar sujeita a alterações.

O melhor do mundo se encontra em São Paulo. E o melhor de São Paulo está no Itaim: infraestrutura sem igual, consumo de luxo, alta gastronomia e cultura global se unem para fazer da Praça Lindenberg uma opção imperdível de investimento e negócios. Aproveite esta oportunidade.

APTOS. DE 135 M², 154 M² E 191 M²*

2 E 3 SUÍTES | PÉ-DIREITO DIFERENCIADO DE 3,34 M**

VISITE OS APTOS. DECORADOS POR JOÃO ARMENTANO

RUA CLODOMIRO AMAZONAS, 529
ITAIM BIBI / SÃO PAULO / SP / (11) 3181-4359
PRACALINDENBERG.COM.BR



ESCANEE O
QR CODE
AO LADO E
SAIBA MAIS.

*A mensagem pode variar de acordo com a disponibilidade do depósito da unidade, conforme memorial descritivo. **Pé-direito de 3,34 m de piso a piso para as unidades tipo. Informações e imagens preliminares sujeitas a alterações. Monza Incorporação SPE Ltda. Registro de Incorporação sob nº 04, na matrícula 198.456, do 4º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 27/11/2020. Foranza Incorporação SPE Ltda. Registro de Incorporação sob nº 04, na matrícula 198.457, do 4º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 21/5/2021. Intermediação: Lindenberg Vendas Ltda., Rua Joaquim Floriano, 466, Ed. Corporata, 2º andar - CEP: 04534-002 - CRECI 70267-1. Houste.com Consultoria Imobiliária Ltda., Rua Fernão Dias, 11 O, Cj. 5 e 6 - CEP: 05427-010 - CRECI 245961.

Governo bloqueia recursos da Educação durante jogo da seleção brasileira; entidades protestam



Por Italo Lo Re
29/11/2022 | 16h27
Atualização: 29/11/2022 | 20h01

Quem bloqueia recursos da 0:00 

Medida pode travar R\$ 1,4 bilhão na área, sendo R\$ 344 milhões de universidades

Entidades ligadas ao ensino superior no Brasil protestam desde segunda-feira, 28, contra um novo bloqueio de recursos do **Orçamento** pelo governo federal. A medida pode travar um valor de cerca de R\$ 1,4 bilhão na área da Educação, sendo R\$ 344 milhões de universidades. No **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**, o impacto seria de R\$ 450 milhões.

Reprodução de comunicado do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Tesouro Nacional, divulgado pelas entidades nas redes sociais nesta segunda mostra que o governo federal “deliberou pelo bloqueio de dotações de despesas discricionárias”. Segundo o documento, objetivo é cumprir a regra do teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirmou, em nota, ter recebido a notícia do corte “com surpresa e consternação”. “Esperamos que essa inusitada medida de retirada de recursos, neste momento do ano, seja o mais brevemente revista, sob pena de se instalar o caos nas contas das universidades.”

Conforme a Andifes, o novo bloqueio de recursos das universidades é estimado em R\$ 344 milhões. A entidade apontou que a situação “praticamente inviabiliza as finanças de todas as instituições”, uma vez que, justifica, ocorre após bloqueio orçamentário de R\$ 438 milhões feito na metade do ano.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) afirma que um bloqueio tão próximo ao fim do ano é considerado como corte pelos gestores. “Corte, uma vez que por essa regra, depois do dia 9/12 a instituição não poderá mais empenhar ou terá de aguardar uma nova janela. Soma-se a isso a insegurança, caso o bloqueio vire um corte definitivo”, afirma.

A entidade estima que R\$ 184 milhões já foram cortados da área da Educação neste ano. “A situação é grave pois, novamente, o cancelamento deve ocorrer nos recursos destinados à manutenção das instituições. Ou seja, a assistência estudantil, bolsas de estudo, atividades de ensino, pesquisa e extensão, visitas técnicas e insumos de laboratórios, por exemplo, devem ser afetadas”, complementa.

Em nota, as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br), como a **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** e a **Academia Brasileira de Ciências (ABC)**, demonstram “muita preocupação de que esse novo bloqueio atinja, novamente, a Ciência brasileira”.

O bloqueio total no Orçamento é de R\$ 5,7 bilhões, sendo R\$ 450 milhões só do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, estimam as entidades que assinam a nota. A principal preocupação, apontam, é que o novo corte comprometa o pagamento das chamadas públicas que estão abertas e as que estão em fase de divulgação de resultados, executadas pelo **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**.

A nota reforça que os recursos orçamentários do CNPq que ainda constam como não utilizados não devem ser observados como ^[sem título] **saldo financeiro** sem execução e, portanto, passíveis de realocação ou contingenciamento.

“O CNPq formula, implementa e executa chamadas públicas, que precisam de provisão financeira enquanto o cronograma dessas chamadas, muitas vezes longo, é executado”, destacam. “As entidades que compõem a ICTP.Br protestam energicamente contra mais um corte anunciado nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, que comprometem seriamente o futuro delas e do País.”

O que diz o MEC

O MEC informou, em nota, que recebeu a notificação do Ministério da Economia a respeito dos bloqueios orçamentários realizados. “É importante destacar que o MEC mantém a comunicação aberta com todos e mantém as tratativas junto ao Ministério da Economia e à Casa Civil para avaliar alternativas e buscar soluções para enfrentar a situação”, aponta a pasta.

Já o Ministério da Economia afirmou que foi indicada no relatório de receitas e despesas do quinto bimestre uma “necessidade de bloqueio de R\$ 5,67 bilhões para cumprimento do teto de gastos, em virtude do aumento da projeção de despesas obrigatórias”.

“Como resultado, no Ministério da Educação houve um bloqueio adicional de R\$ R\$ 1.434,7 milhões, perfazendo um bloqueio total até o momento de R\$ 2.368,4 milhões para despesas discricionárias (RPs 2, 8 e 9)”, afirma o ministério. “Esses valores poderão ser reavaliados em razão de fatores supervenientes ou mudanças nas projeções de despesas primárias.”

A reportagem busca contato com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. A Presidência da República não se pronunciou.

Em outubro, a Andifes afirmou que o governo federal bloqueou mais R\$ 328,5 milhões de recursos do MEC que seriam destinados às **universidades federais**. Diante da pressão de reitores, a pasta recuou da medida à época.

Em maio, os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, além da pasta da Saúde, foram os mais atingidos por um **bloqueio de R\$ 8,2 bilhões do Orçamento**. Como mostrou o **Estadão**, **auxílio estudantil, bolsas de pesquisas e projetos acadêmicos foram diretamente prejudicados**.

Bolsas da Capes: UNE e outras entidades estudantis vão à Justiça para exigir pagamento



Por Renata Cafardo

07/12/2022 | 14h33

Atualização: 07/12/2022 | 18h48

Ouvir: es estudantis vão à j. 0:00 ouvir

Decreto presidencial impede que milhares de bolsas da Capes e de médicos residentes sejam pagas

Entidades estudantis entraram nesta quarta-feira, 7, com uma ação no **Supremo Tribunal Federal (STF)** para exigir que seja suspenso o decreto presidencial que impede o pagamento de bolsas de mestrado, doutorado e residência médica no País. Como revelou o **Estadão**, o **Ministério da Educação (MEC)** teve seu caixa zerado e não tem como pagar mais de 200 mil estudantes em dezembro.

Os advogados das três entidades, **União Nacional dos Estudantes (UNE)**, **Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)** e **União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubés)**, alegam na peça à Justiça que o alunos precisam das bolsas para subsistência. Um dos requisitos é que o estudante contemplado não tenha outra atividade remunerada.

“É a única fonte de renda desses alunos, eles precisam do dinheiro para pagar alimentação, aluguel, transporte”, diz Rogean Vinícius Santos Soares, presidente da ANPG. “O aluno passa por seleção, dedica seu tempo para pesquisa e desenvolvimento do País e o Estado financia. Ele está cumprindo a parte dele, a bolsa não pode ser cortada de repente”, completa o advogado Humberto Fabretti, que representa as três entidades.

As bolsas deveriam ter sido pagas até esta quarta, que é o quinto dia útil do mês. As bolsas de mestrado têm valor mensal de R\$ 1.500 e as de doutorado, de R\$ 2.200, há anos sem reajuste. A residência médica paga R\$ 4.106.

O **Ministério da Economia** divulgou nota na segunda-feira dizendo que “verificou-se um incremento atípico e acima do esperado das despesas obrigatórias com benefícios previdenciários” em 2022, o que pressionou o teto de gastos. Assim, “despesas importantes que seriam realizadas neste ano ou no começo de 2023 não poderão mais ser empenhadas e praticamente todas as despesas discricionárias que seriam pagas em dezembro estão suspensas”. Estão asseguradas apenas as despesas obrigatórias, como folha de pagamento de servidores, aposentadorias, pensões e benefícios. As bolsas não entram nesse grupo.

Na terça-feira, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao **Ministério da Educação (MEC)**, divulgou nota dizendo que os cortes orçamentários promovidos pelo governo federal impõem “severa asfixia” ao órgão, que vê comprometido o pagamento de mais de 200 mil bolsas. A Capes detalhou os efeitos de **dois contingenciamentos impostos pelo Ministério da Economia** e disse ter sido surpreendida com a edição de um decreto que “zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro”.

A informação sobre a impossibilidade do pagamento das bolsas foi passada à equipe de transição do governo eleito na segunda-feira. Segundo Henrique Paim, coordenador da área de educação, o próprio ministro Victor Godoy se mostrou preocupado na reunião.

Em nota, as entidades que compõem a Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro – ICTP.Br classificaram como “muito grave a situação” do País. O texto – assinado por entidades como a Andifes, a associação dos reitores das universidades federais, e a Academia Brasileira de Ciências, a ABC – destaca que vários programas têm sido “interrompidos pela completa falta de planejamento e provisão do governo federal”.

A informação sobre a impossibilidade do pagamento das bolsas foi passada à equipe de transição do governo eleito na segunda-feira. Segundo Henrique Paim, coordenador da área de educação, o próprio ministro Victor Godoy se mostrou preocupado na reunião.

Os 14 mil médicos residentes que atuam em hospitais universitários federais têm um custo de R\$ 65 milhões. Neles estão incluídos, por exemplo, os que trabalham no Hospital São Paulo, na capital, ligado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e outros dezenas de hospitais universitários. Na Capes, são cerca de 200 mil, entre estudantes de mestrado, doutorado e pós doutorado no Brasil e exterior, além de bolsas de formação de professores e residência pedagógica.

Na **Universidade de São Paulo (USP)**, os restaurantes foram liberados gratuitamente para todos os pós-graduandos, após os cortes das bolsas.

Como é um decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL), o mandado de segurança, usado quando se impede um direito líquido e certo, será encaminhado ao STF. A expectativa das entidades é que o dinheiro seja liberado até o fim da semana.

Na ação, os advogados sustentam que é “evidente a violação a direito adquirido dos bolsistas que já firmaram Termo de Compromisso com o próprio ente público”, além de abuso de poder. Dizem que muitos dos bolsistas só têm essa renda para pagar aluguéis, por exemplo, ou se alimentar. E que o governo poderia fazer cortes em bolsas futuras, mas nunca para as que já foram concedidas. A peça é assinada por Fabretti e Fernanda Massad, ambos sócios do Fabretti, Tolentino, Massad e Matos Advogados.

O MEC chegou a empenhar os recursos mas não há caixa para fazer os pagamentos. “Isso retirou da Capes a capacidade de desembolso de todo e qualquer valor – ainda que previamente empenhado – o que a impedirá de honrar os compromissos por ela assumidos, desde a manutenção administrativa da entidade até o pagamento das mais de 200 mil bolsas”, informou o órgão.

A Capes diz ter cobrado das autoridades a “imediata desobstrução dos recursos financeiros essenciais”, “sem o que a entidade e seus bolsistas já começam a sofrer severa asfixia”. “As providências solicitadas se impõem não apenas para assegurar a regularidade do funcionamento institucional da Capes, mas, principalmente, para conferir tratamento digno à ciência e a seus pesquisadores”, acrescentou.

Entrevista ao vivo ao Jornal da CBN, em rede nacional
11/05/2022

QUARTA, 11/05/2022, 08:15

Jornal da CBN - Entrevista

Secretário da ICTP critica possível perda de recursos da área de energia para a frota de caminhões

O governo publicou uma MP para criação do programa Renovar, que tem como objetivo renovar a frota de caminhões no Brasil. Alguns pontos da nova lei, no entanto, têm gerado reações na área da ciência, já que o governo quer financiar o desmanche de caminhões antigos com a verba que era destinada a pesquisas científicas no setor de óleo e gás. Em entrevista ao Jornal da CBN, o secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento, Fábio Guedes Gomes, explica que transferir esses recursos para o desmanche de caminhões pode afetar o desenvolvimento tecnológico da área de energia no Brasil.



Jornal da CBN - 11/05/2022

CBN Rádio CBN
314 mil inscritos

Inscrição

548



Compartilhar

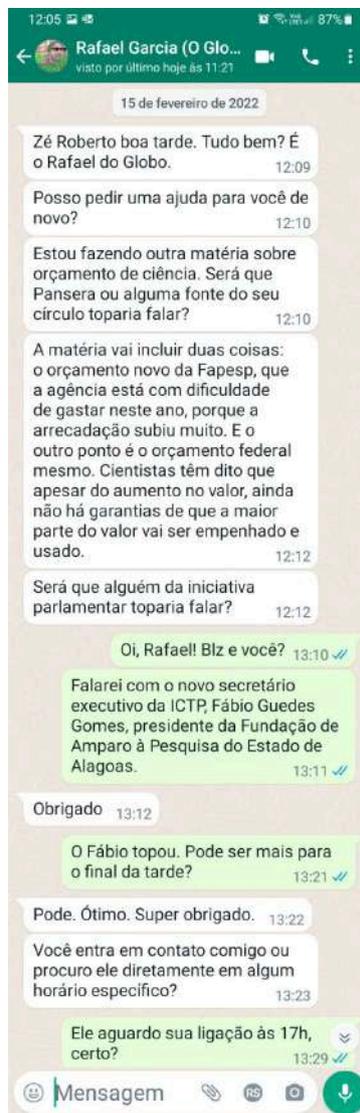
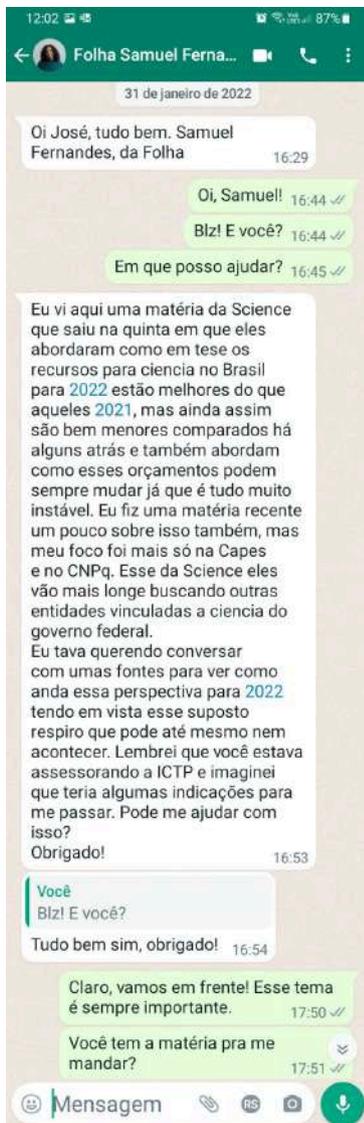


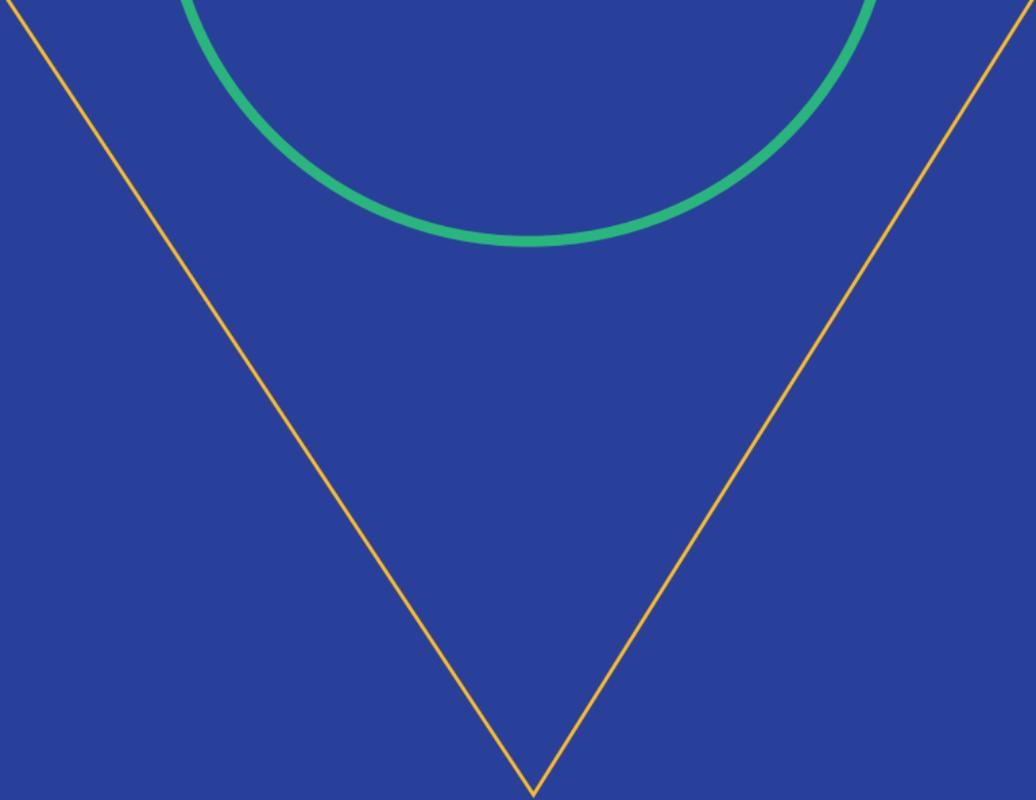
Repetição das principais mens
esta desempregado e com mu

A imprensa vai à ICTP

Mensagens dos jornalistas Samuel Fernandes, da *Folha de S. Paulo*, e Rafael Garcia, de *O Globo*, solicitando entrevista com o secretário executivo da ICTP, e de Milton Jung, da Rádio CBN, pedindo sugestões de temas para entrevista com a ministra de C,T&I, Luciana Santos.

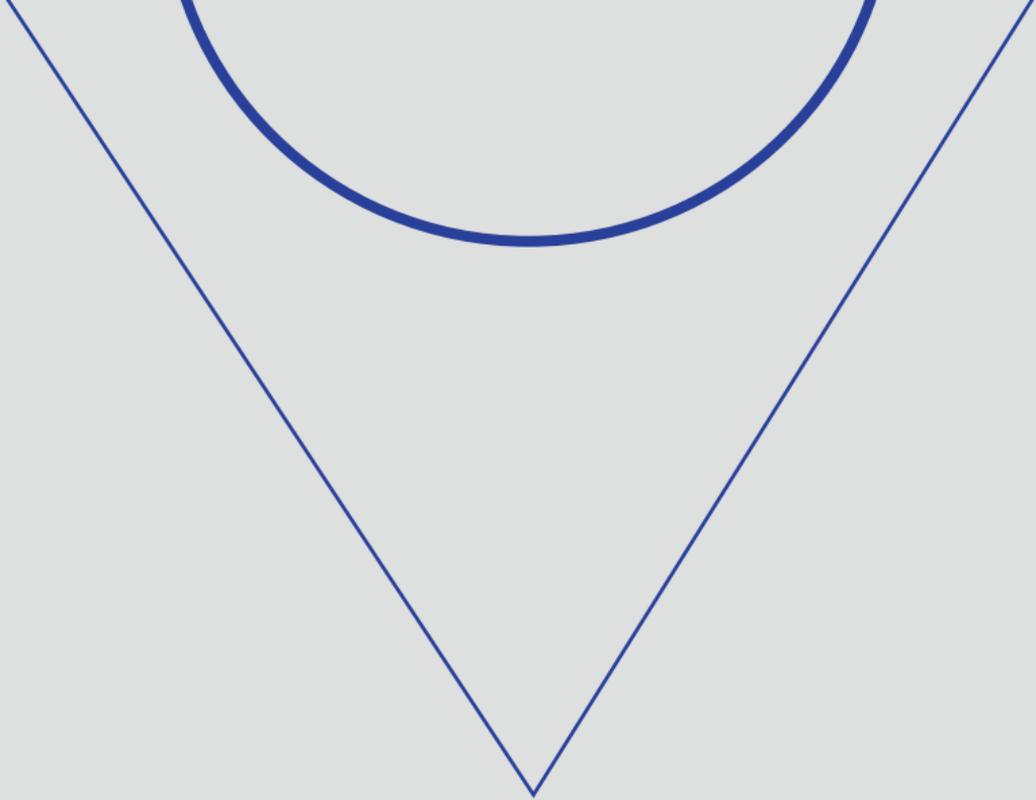
São demonstrações de que a ICTP se tornou fonte qualificada e com credibilidade pela imprensa.





FACES
da **CIÊNCIA**
no **Brasil**

Comemorações do Bicentenário da Independência



FACES
da **CIÊNCIA**
Brasil no

Comemorações do Bicentenário da Independência

A ciência **brasileira** tem muitas faces.

Muitas faces fizeram e fazem a ciência, a tecnologia e a inovação no Brasil. Rostos de todos os matizes, de todas as regiões, de todas as etnias e gêneros, de todas as classes sociais, de todas as áreas do conhecimento.

Historicamente esta diversidade esteve e ainda está longe de ser equitativa. Restrições de muitas ordens cercearam fortemente a participação de mulheres, negros, pobres e segmentos sociais diversos.

Essas faces superaram inúmeras dificuldades, a ausência de estímulo, a falta de recursos, perseguições e restrições as mais diversas. Dedicaram décadas de suas vidas à ciência brasileira. Alguns se foram jovens, muitos atingiram a idade plena. Todos produziram intensamente e difundiram um conhecimento importante para a sociedade.

As faces da ciência são um elemento essencial na construção do conhecimento científico. Mas não se pode esquecer que a ciência é, antes de tudo, uma construção coletiva, feita por grupos de pesquisa e por instituições, e que responde às políticas sociais e econômicas.

Nesta exposição estão 37 faces de personalidades que muito fizeram pela ciência brasileira. Existiram e existem muitas e muitas mais.

A amostra que aqui se apresenta é pequena. Ela é, no entanto, representativa pela qualidade das contribuições legadas à sociedade e ao país e pela diversidade que expressa.

Que milhões de outras faces, de jovens brasileiros e brasileiras, surjam, sejam estimuladas e carreguem a tocha da ciência com o brilho e a dedicação com que as faces da ciência aqui retratadas o fizeram.

Esta é uma exposição que visa comemorar 200 anos da ciência no Brasil, integrada às comemorações do Bicentenário da Independência. Foi organizada e é de responsabilidade da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.br, que envolve as seguintes entidades: ABC, ANDIFES, CONFAP, CONFIES, CONIF, CONSECTI, IBRACHICS e SBPC.

José Bonifácio de Andrada e Silva

(1763-1838)

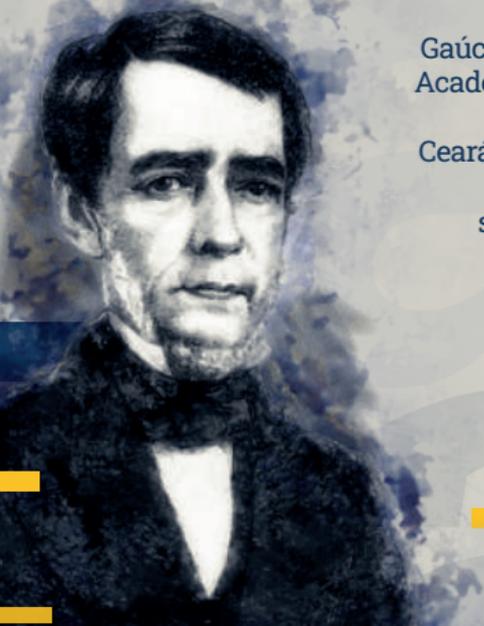
Nascido em Santos, político, cientista, químico e mineralogista, descobridor de quatro minerais, o que levaria à identificação posterior do lítio e do flúor. Teve papel decisivo no processo de independência do Brasil e é considerado o Patriarca da Independência.



Candido Baptista de Oliveira

(1801-1865)

Gaúcho, engenheiro e professor da Real Academia Militar. Foi deputado pelo RS, ministro de Estado e senador pelo Ceará. Propôs a criação do Observatório Nacional, em 1827, e a adoção do sistema métrico decimal no Brasil.



Fritz Müller

(1822-1897)

Nascido na Alemanha, colono, lavrador, professor da educação básica e naturalista em Santa Catarina. Naturalizou-se brasileiro e manteve cooperação intensa com Darwin durante 17 anos. Fez muitos trabalhos sobre a flora e da fauna da Mata Atlântica e contribuiu decisivamente para a aceitação da teoria da evolução por meio da seleção natural.



Joaquim Gomes de Souza

(1829-1864)

Engenheiro e médico maranhense, um dos pioneiros da matemática no Brasil. Foi eleito deputado pelo Maranhão por três vezes, em 1856, 1860 e 1864.



João Barbosa Rodrigues

(1842-1909)

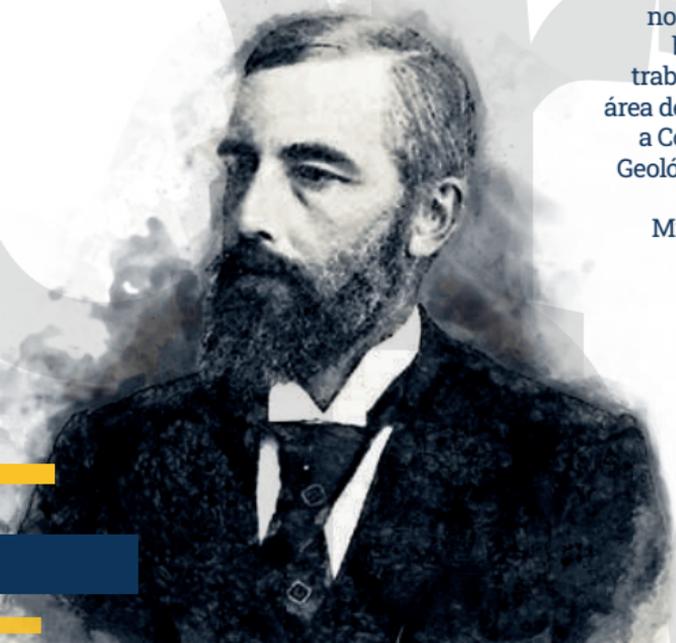
Engenheiro, naturalista e botânico nascido em MG. Dirigiu o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e fez trabalhos relevantes sobre as orquídeas e as palmeiras do Brasil.



Orville Derby

(1851-1915)

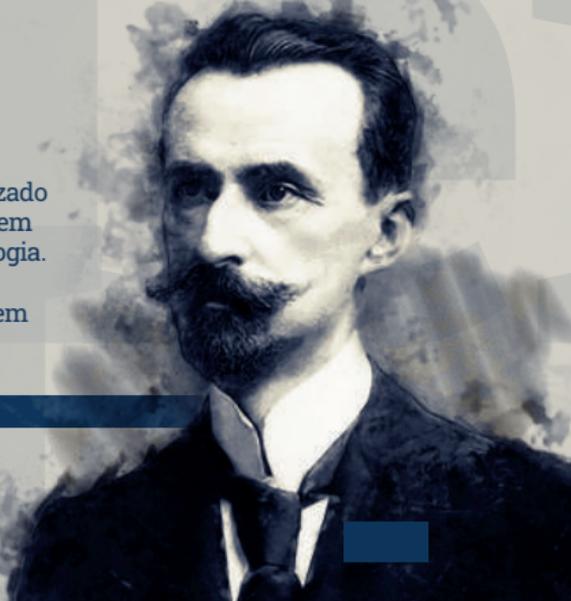
Geólogo e geógrafo nascido nos EUA e naturalizado brasileiro. Fez muitos trabalhos de destaque na área de geociências. Dirigiu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.



Henrique Morize

(1860-1930)

Nascido na França e naturalizado brasileiro. Engenheiro, atuou em astronomia, física e meteorologia. Teve papel destacado nas observações do eclipse solar em Sobral (1919), foi diretor do Observatório Nacional e um dos criadores e primeiro presidente da Academia Brasileira de Ciências.



Vital Brasil (1865-1950)

Mineiro, formou-se em medicina e foi imunologista e biomédico.

Tornou-se conhecido internacionalmente pela descoberta da especificidade dos soros anti-peçonhentos e pelo desenvolvimento de tecnologia para a sua produção, o que salvou milhares de vidas nos anos seguintes. Criou o Instituto Butantan (SP) e o Instituto Vital Brazil (RJ).



Juliano Moreira

(1872-1933)

Nascido na Bahia, médico que é considerado o fundador da psiquiatria no Brasil. Na direção do Hospital dos Alienados, lutou para mudar o tratamento às pessoas com transtornos mentais. Aboliu camisas-de-força, retirou grades, derrubou quartos de isolamento, valorizou as oficinas de trabalho e buscou a reintegração dos pacientes à sociedade.



Alberto Santos Dumont

(1873-1932)

O inventor, cientista e aeronauta, nascido em Minas Gerais, realizou em Paris, em 1906, o voo pioneiro de um avião com o 14 Bis. Em 1900, em outro grande feito, contornou a Torre Eiffel pela primeira vez com um balão dirigível.



Carlos Chagas

(1878-1934)

O médico mineiro, fez uma grande descoberta tríplice: anunciou a identificação de uma nova doença (que mais tarde levaria seu nome), seu agente causador e o vetor responsável por sua transmissão.

Oswaldo Cruz

(1872-1917)

Médico sanitaria paulista, dirigiu os trabalhos de saneamento e de combate às epidemias no Rio de Janeiro, no início do século XX, e teve papel fundamental no estabelecimento de uma instituição decisiva para a pesquisa e a saúde pública no Brasil: a atual Fiocruz.

Adolpho Lutz

(1855-1940)

Carioca, foi um dos pioneiros no uso do método pasteuriano e na medicina tropical.

Foi pesquisador no Instituto Bacteriológico, que hoje leva seu nome.



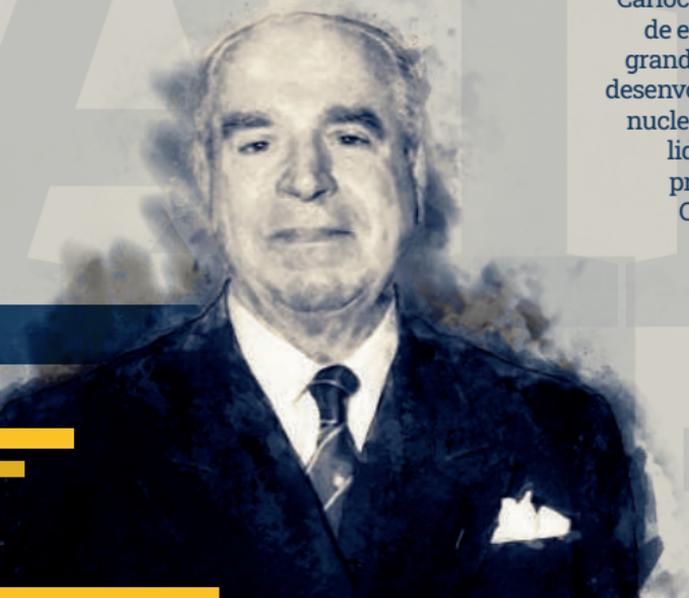
Fritz Feigl (1891-1971)

Químico de origem austríaca e naturalizado brasileiro, que fez contribuições importantes para a química analítica ao formular uma maneira nova de identificar substâncias orgânicas ou inorgânicas: a Análise de Toque (Spot Test).



Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (1889-1976)

Carioca, químico e inventor de explosivos, foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da energia nuclear no Brasil. Em 1951, liderou a criação e foi o primeiro presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).



José Baeta Vianna

(1894–1967)

Natural de Minas Gerais, foi um dos precursores da bioquímica no Brasil. Em 1930, demonstrou a relação entre a carência de iodo e o bócio endêmico. Isso levou o governo brasileiro, muitos anos depois, a tornar obrigatória a iodação do sal para consumo humano, extinguindo assim a incidência do bócio.



Djalma Guimarães

(1894–1973)

Geólogo mineiro. Pesquisou em diversas áreas das geociências e descobriu diversos minerais novos. Fez importantes descobertas de pirocloro, mineral rico em nióbio, e de grandes jazidas de fosfatos.



Bertha Lutz

(1894-1976)

Nascida em São Paulo, bióloga que atuou no Museu Nacional desenvolvendo pesquisas em herpetologia. Liderança do movimento feminista, foi a segunda deputada mulher do Brasil, em 1936, mas seu mandato se encerrou um ano depois com o fechamento do Congresso. Desempenhou importante papel, atuando como diplomata, em defesa dos direitos das mulheres na Carta das Nações Unidas de 1945.



Gilberto Freyre (1900-1987)

Nascido no Recife, formou-se em antropologia no EUA. Sua obra de maior destaque, *Casa-grande e senzala*, publicada em 1933, foi um marco importante no estudo da formação do povo brasileiro, de suas relações cotidianas, da sociedade patriarcal e do surgimento de novas estruturas sociais. Foi deputado constituinte em 1946.



Anísio Teixeira

(1900-1971)

Jurista, escritor e educador, nascido na Bahia, teve contribuições decisivas para a educação no Brasil. Foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Fundou a Universidade do Distrito Federal (1935), foi um dos criadores da Universidade de Brasília e o principal articulador da criação da Capes, em 1951. Sofreu perseguições políticas no Estado Novo e no período militar.



Nise (1905-1999) da Silveira

Alagoana, psiquiatra e primeira mulher a se formar em medicina na Bahia. Revolucionou o tratamento mental no Brasil, tendo sido pioneira no uso das interações entre humanos e animais, na valorização da terapia ocupacional e na incorporação das emoções e da arte nos tratamentos. Criou o Museu de Imagens do Inconsciente.



Joaquim da Costa Ribeiro

(1906-1968)

Físico carioca que descreveu um importante efeito termodielétrico, que tem o seu nome, a partir de estudos com a cera de carnaúba.



Leopoldo Nachbin

(1922-1993)

Matemático pernambucano, realizou pesquisas em equações diferenciais, análise funcional e espaços vetoriais topológicos, nos quais se destacou particularmente. Foi um dos criadores do IMPA.



Enedina Alves Marques

(1913- 1981)

Nascida em Curitiba, formou-se em engenharia civil, em 1945.

Foi a primeira mulher engenheira do Paraná e a primeira engenheira negra do Brasil. Trabalhou no Plano Hidrelétrico do estado, atuou no aproveitamento das águas de diversos rios no Paraná e na construção da Usina Capivari-Cachoeira.



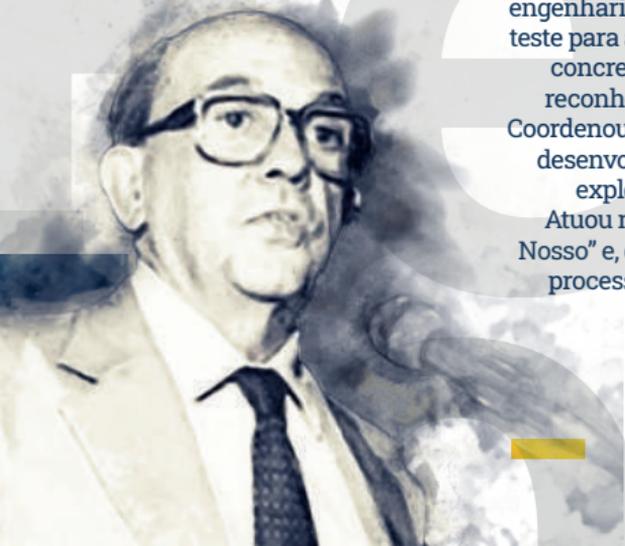
Fernando Lobo Carneiro

(1913-2001)

Carioca, engenheiro e pesquisador que deu início à pós-graduação em engenharia civil no Brasil. Criou um teste para a análise da resistência do concreto à tração (Brazilian Test) reconhecido internacionalmente.

Coordenou estudos essenciais para o desenvolvimento da tecnologia de exploração do petróleo no mar.

Atuou na campanha "O Petróleo é Nosso" e, como deputado federal, no processo de criação da Petrobrás.





Mário Schenberg

(1914-1998)

Físico pernambucano com pesquisas relevantes em diversas áreas da física teórica, em particular na astrofísica, onde explicou o mecanismo da explosão das supernovas. Em 1942, com o Prêmio Nobel de Física Chandrasekhar, estabeleceu o chamado limite de Schenberg-Chandrasekhar. Sofreu perseguições políticas e tornou-se crítico de arte, após ser aposentado pelo AI-5. Foi deputado estadual em SP por duas vezes (1946 e 1962), sendo impedido de terminar os seus mandatos.



Maurício da Rocha e Silva

(1910-1983)

Médico nascido no Rio de Janeiro, fez sua carreira de farmacologista em São Paulo. Em 1949, junto com dois colegas, descobriu a bradicinina, a partir de estudos com o veneno da jararaca, substância que possibilitou a produção posterior de fármacos para o tratamento da hipertensão. Foi um dos criadores da SBPC.

Celso Furtado

(1920-2004)

Um dos maiores economistas da América Latina, nasceu na Paraíba. Sua obra de maior destaque é Formação Econômica do Brasil. Atuou na Cepal e na Sudene, foi Ministro de Planejamento e, após exílio de 15 anos, Ministro da Cultura. Suas pesquisas tinham como objetivo central a redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais e o desenvolvimento do país.



Florestan Fernandes

(1920-1995)

Nascido em São Paulo, tornou-se um dos maiores sociólogos brasileiros, com pesquisas sobre os indígenas, os negros e a revolução burguesa no Brasil. Aposentado compulsoriamente pelo AI-5, foi eleito deputado federal constituinte em 1986 e reeleito em 1990. Na Constituinte, teve papel de destaque na defesa da educação pública e da ciência e tecnologia.



Darcy Ribeiro

(1922–1997)

Antropólogo, escritor, educador, político, ministro da Educação e senador pelo Rio de Janeiro (1991 a 1997). Foi cassado em 1964 e exilou-se por alguns anos no Uruguai. Considerado um dos precursores da Etnologia brasileira, liderou a fundação da Universidade de Brasília e atuou na criação do Parque Indígena do Xingu e do Museu do Índio.



Paulo Freire (1921–1997)

Educador pernambucano, considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo estabelecido um método inovador de alfabetização. Sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970) é o terceiro livro mais citado no mundo em ciências sociais. Foi perseguido politicamente, tendo ficado no exílio entre 1964 e 1980, e é Patrono da Educação Brasileira.



Cesar Lattes

(1924-2005)

Físico paranaense teve papel essencial nas pesquisas, com mais dois colegas, que confirmaram a existência de uma nova partícula atômica, o méson Pi, em 1947. Em 1948, com Eugene Gardner, produziu pela primeira vez os mésons artificiais, em um acelerador de partículas nos EUA.



Johanna Döbereiner (1924-2000)

Cientista tcheca, naturalizada brasileira, que estabeleceu no Brasil o método de se utilizar a fixação do nitrogênio em plantas, por meio de bactérias. Isso possibilitou dispensar o uso de adubos nitrogenados, em especial na cultura da soja, o que trouxe enorme economia para o país. Foi indicada ao Prêmio Nobel de Química.



Milton Santos

(1926-2001)

Nascido na Bahia, foi um geógrafo e professor reconhecido internacionalmente por seus trabalhos fundamentais para a geografia. Ficou exilado no exterior e foi professor em diversos países, entre 1964 e 1977. Recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, considerado o Nobel desta área.



Sérgio Mascarenhas

(1928-2021)

Físico-químico carioca, pesquisador e professor universitário com inovadoras contribuições à física, biofísica e medicina. Foi fundador da UFSCar e do primeiro curso de Engenharia de Materiais da América Latina.



Roberto Landell de Moura

(1861-1928)

Gaúcho, foi um padre católico e inventor que realizou experimentos e inventos, alguns patenteados, sobre a transmissão de sinais sem fio, por meio de ondas de rádio e luz. Teve dificuldades técnicas e financeiras em suas pesquisas, encontrou resistências e pouco apoio de autoridades. É patrono dos radioamadores brasileiros.



José Márcio (1954-2003)

Ayres

Paraense e biólogo que estudou os primatas na Amazônia. Destacou-se por seus trabalhos e ações sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo tido papel decisivo na criação do Instituto Mamirauá no Amazonas.



Agradecimentos

Deputada Jandira Feghali
Marianna Mazza
Fábio Guedes

Créditos

Curadoria

Ildu de Castro Moreira - Professor do Instituto de Física da UFRJ e Presidente de Honra da SBPC.

Colaboração

Anderson Pereira Antunes

Execução

Aparato

Direção de Arte

Felipe Brito

Diagramação

Pedro Rodrigues

Montagem

Leonardo Moura

